

Universidade Federal De Minas Gerais
Instituto De Geociências
Departamento De Geografia

ARTHUR MORAIS FAASEN

CORPOS HIPOTECADOS

**O DISPOSITIVO DA DÍVIDA EM SUA ARTICULAÇÃO COM
MICROCRÉDITO PRODUTIVO E FINANCIAMENTO ESTUDANTIL**

Belo Horizonte
2020

Arthur Morais Faasen

CORPOS HIPOTECADOS
O DISPOSITIVO DA DÍVIDA EM SUA ARTICULAÇÃO COM O MICROCRÉDITO
PRODUTIVO E FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia

Área de concentração: Organização do Espaço
Linha de Pesquisa: Produção do Espaço
Orientador: Sérgio Manuel Merêncio Martins

Belo Horizonte
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

CORPOS HIPOTECADOS: O DISPOSITIVO DA DÍVIDA EM SUA ARTICULAÇÃO COM MICROCRÉDITO PRODUTIVO E FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

ARTHUR MORAIS FAASEN

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 17 de julho de 2020, pela banca constituída pelos membros:



Prof(a). Sérgio Manuel Merêncio Martins - Orientador
UFMG

Prof(a). Doralice Barros Pereira

UFMG

Prof(a). Felipe Nunes Coelho Magalhães
UFMG

Belo Horizonte, 17 de julho de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio dado durante todo o meu período formativo e também pela compreensão às minhas escolhas. Agradeço em especial à minha mãe pela intrepidez e pela força. Agradeço ao meu padrasto pela solidez de caráter e por seu altruísmo. Agradeço também a minha irmã pela compreensão disfarçada de braveza.

Agradeço aos amigos que durante tanto tempo contribuíram nos diversos debates formativos e pelas festividades despropositadas. Agradeço ao João, pelas afinidades afetivas e teóricas. Ao Bruno, pela serenidade cotidiana e pelas gargalhadas. Ao Francisco, agradeço por tudo que ainda não discutimos e pelas ficções que abandonamos. Ao Leandro e Gabriel pelas brigas sinceras. Ao Thiago pelo companheirismo e pelos cigarros.

Agradeço também a Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local BH, pelos intermináveis debates, pela formação política e pela disposição vacilante, mas inextinguível.

Agradeço por fim, ao meu orientador Sérgio, pelas contribuições a este texto e pela paciência em ser minucioso e preciso. Agradeço aos professores Doralice Barros e Felipe Magalhães pela colaboração e pelo diálogo franco. Agradeço também, a Victória, Bruno e João, mais uma vez, pelas correções e críticas.

“Pero la pregunta nos trasladaba al plano moral, donde toda acción puede ser causa o efecto de esplendor o de infamia.”

(Julio Cortazar)

RESUMO

Partindo do crescimento paulatino das relações de dívida e endividamento, esta pesquisa pretende analisar as relações de poder e os jogos de força que envolvem a dívida. Para além das relações puramente econômicas, esse conceito permite identificar a intrincada trama de disputas, embates e subjetividades que organizam o dispositivo de dívida. Esse dispositivo não aparece como forma abstrata, mas enquanto realidades empíricas particulares. Entende-se a dívida como um dispositivo profundamente atrelado às relações de trabalho, por tratar-se de uma promessa de trabalho futuro que poderá, ou não, ser realizado. Para isso, analisa-se a dívida estudantil em sua articulação aos saberes e práticas das tecnologias anátomo-políticas e biopolíticas do poder. As formas da dívida estudantil fazem o endividado prometer à realização de um trabalho futuro com o qual reembolsará o credor. A dívida age sobre os corpos conformando-os no presente à realização de uma atividade futura, reduzindo as possibilidades do devir às determinações imediatas do presente. Na forma do microcrédito produtivo a dívida agencia as possibilidades efetivas de realização de trabalho, principalmente informal, a partir do endividamento. Essa forma de dívida para o trabalho permite aos trabalhadores informais fundarem “microempreendimentos” próprios, que serão agora vigiados pelo mercado financeiro e deverão corresponder às expectativas de rendas que os credores almejam extrair. Submetendo o trabalhador informal como o sujeito-empresa da governamentalidade neoliberal (empresário de si mesmo) aos ritmos de produção e de produtividade exigidos pelo mercado financeiro. Analisa-se também como a dívida promove o embaralhamento das relações, causando uma justaposição de esferas da vida, antes separadas. Reduzindo as relações familiares e comunitárias a relações fundadas na dívida e na concorrência generalizada entre os sujeitos, a dívida produz uma sociabilidade própria de culpabilização individual e de punição aos endividados.

Conceitos-chave: dívida; biopolítica; governamentalidade; microcrédito; dívida estudantil

ABSTRACT

Based on the gradual growth of debt and indebtedness relationships, this research intends to analyze power relations and struggles that involves debt. Beyond purely economic relationships the debt concept allows us to identify an intricate dispute based on oppositions and subjectivities that organize the debt system. As a *dispositif* it does not appear as an abstract concept, but as particular empirical realities. Debt is understood as a *dispositif* deeply linked to labor relations, as it is a promise of future work that may or may not be done. Hence, student debt is analyzed in its articulation with knowledge and practices of anatomo-political and biopolitical technologies of power. Student debt makes the indebted person to promise future work as a manner to repay creditor. Debt acts over bodies, conforming their future to present and reducing future possibilities to present determinations. As productive microcredit debt provides real possibilities to effectuate informal labour based on indebtedness. Microcredit debt allows informal workers to become “microentrepreneurs”, which will be monitored by the financial market and must meet the income expectations that creditors aim to extract. Conducting informal workers as the entrepreneurial man of neoliberal governmentality (entrepreneur of the self) to the rhythms of production and productivity required by financial market. It also analyzes how debt promotes the mixing of relationships, causing a juxtaposition of previously separated spheres of life. By reducing family and community relationships to debt based relationships it widespread competition between subjects and produces a sociability of individual blame and punishment for those in debt.

Keywords: debt; biopolitics; governmentality; microcredit; student debt

LISTA DE SIGLAS

BC – Banco Central

CEF - Caixa Econômica Federal

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CPF - Cadastro de pessoas físicas

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

MCMV – Minha Casa Minha Vida

MEC – Ministério da Educação

SPC - Serviço de Proteção ao Crédito

ONG – Organização Não Governamental

Oscip - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

RIF – Relatório de Inclusão Financeira

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1. DÍVIDA E TROCA	21
1.1 Dívida hoje ou antropologia da dívida no capitalismo	30
2. O DISPOSITIVO DA DÍVIDA E AS TECNOLOGIAS DO PODER	33
2.1 O que é um dispositivo?	33
2.3 Governamentalidade e neoliberalismo	47
2.4 O dispositivo biopolítico da dívida	58
3. A DÍVIDA ESTUDANTIL E O FECHAMENTO DO FUTURO	61
3.1 Promessa de futuro e a dívida estudantil	66
3.2 Empresariamento de si e a dívida estudantil	72
3.3 Os fluxos de dívida e a dívida infinita: o presente dos estudantes endividados	76
3.4 Dívida estudantil e gênero	83
4 DÍVIDA PARA O TRABALHO	89
4.1 Trabalho imaterial	92
4.2 Microcrédito produtivo: dívida para o trabalho	97
APONTAMENTOS FINAIS	108
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

Em março deste ano foi aprovada, e sancionada em abril pelo atual presidente, uma lei federal que estabelece a automaticidade do Cadastro Positivo¹ para todos os brasileiros². A vinculação automática de todos a esse cadastro confirma algo que, apesar de cada vez mais natural e corriqueiro, é uma transformação um tanto recente no país: trata-se da financeirização do cotidiano.

Mais que apenas as impressões, vemos essa realidade apontada por um interessante documento do Banco Central (BC). O Relatório de Inclusão Financeira³ (RIF), recentemente renomeado para o pretensioso nome “Relatório de Cidadania Financeira”, tem mostrado a capilarização do sistema financeiro no Brasil. O relatório de 2010 aponta para um crescimento de mais de 300% de Contas Simplificadas⁴ entre 2004 e 2010. Vemos, nesse mesmo documento, o crescimento do número de Postos de Atendimentos⁵ para regiões interioranas do país, em especial para as cidades com até 10 mil habitantes, que tiveram um crescimento de Postos de Atendimentos de mais de 150%, ainda entre 2004 e 2010. Em 2005, 60% dos brasileiros com mais de 15 anos possuíam “relacionamento bancário”⁶; em 2015 esse número alcançou o patamar de 84,5% (BC, 2015, p. 65 e p.91).

Queremos apontar com isso a expansão recente, após 2004, da presença de instituições financeiras e bancárias no país. Sua chegada às pequenas cidades e o crescimento das contas destinadas à população de baixa renda mostram o

¹ De acordo com a Serasa, o cadastro positivo é um instrumento que permite que “empresas para as quais você pede crédito enxerguem todo o seu comportamento como pagador, ou seja, tanto os seus deslizos quanto os seus acertos.” Trata-se de um *score* que resume seu comportamento creditício. Assim, quanto “melhor” se paga, mais pontuação e, portanto, mais acesso ao crédito, menores juros etc. Assim, até mesmo o pagamento de contas de água, energia elétrica e telefone passam a interferir na pontuação. Mas sem promessas de prêmio.

² Sancionada sem vetos a lei de adesão automática ao cadastro positivo. Senado Notícias (08/04/2019) Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/08/sancionada-sem-vetos-a-lei-do-cadastro-positivo>

³ O Relatório de Inclusão Financeira é produzido pelo BC. Antes realizado anualmente, nos anos de 2010 e 2011 passou a ser produzido trienalmente; assim, temos os últimos relatórios datados de 2015 e 2018.

⁴ Trata-se de uma criação “facilitada [que] estabelece procedimentos mais simples, visando à abertura das contas”. De acordo com o mesmo documento, esse mecanismo financeiro visa atender as porções da população de menor renda.

⁵ Postos de Atendimentos são unidades de atendimento bancários e financeiros, como caixas-eletrônicos, agências bancárias, lojas de créditos, entre outras.

⁶ É por esse nome que o BC qualifica todos aqueles que têm algum vínculo com bancos, via contas bancárias, crédito e outras operações.

estabelecimento dos dispositivos financeiros, historicamente vinculados às classes médias e altas, a outras parcelas da população brasileira.

Como desdobramento da “inclusão financeira” podemos acompanhar também o aumento da disponibilização do crédito para essas novas parcelas atendidas pelo sistema financeiro. Disponibilização que é tanto fato quanto projeto. Nos RIFs, vemos o estabelecimento do acesso ao crédito como “ferramenta de inclusão social”, “combate à pobreza” e “crescimento econômico”. Assim, correspondendo à capilarização bancária e financeira, há uma modalidade de crédito que corresponde à parcela da população que recém acessou aos serviços financeiros: o microcrédito. Microcrédito é “o crédito talhado para o público empreendedor normalmente excluído do sistema financeiro tradicional [que] possui características próprias e passou a ser mundialmente denominado microcrédito”⁷. Visto como um “relevante instrumento de inclusão financeira e de desenvolvimento econômico e social” , trata-se de crédito tanto para pessoas físicas, abarcando consumo, educação e saúde, quanto para pessoas jurídicas, o microcrédito produtivo, atendendo os chamados microempresários, ou empreendedores (RIF, 2010 e 2015).

O crescimento das operações de microcrédito pode ser visto no crescimento da composição de aplicação em microcrédito, que entre junho de 2004 e junho de 2010 cresceu quase 900% (RIF, 2010, p.80). A mudança e a normatização dos critérios de definição de microcrédito em 2012 alteraram os padrões utilizados pelo RIF, mas ainda sim o relatório de 2015 atesta a continuidade do crescimento das operações de microcrédito e dos valores disponíveis (ibid, p.129).

Acompanhando essa realidade e esse projeto, o próprio BC lançou um programa de incentivo ao microcrédito, seguindo as recomendações da ONU, que desde 2005⁸

⁷ Em 2012 a Resolução 4152 definiu legalmente a normatização do microcrédito: “... a operação de crédito realizada com empreendedor urbano ou rural, pessoa natural ou jurídica, independentemente da fonte dos recursos, observadas as seguintes condições: I - a operação deve ser conduzida com uso de metodologia específica e equipe especializada; e II - o somatório do valor da operação de microcrédito com o saldo devedor de outras operações de crédito com o mesmo tomador deve ser inferior a três vezes o valor do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, excetuando-se desse limite as operações de crédito habitacional. § 1º A metodologia prevista no inciso I do caput inclui: I - avaliação dos riscos da operação, levando-se em consideração a necessidade de crédito, o endividamento e a capacidade de pagamento de cada tomador; II - análise de receitas e despesas do tomador, quando se tratar de operação com tomador individual; III - mecanismo de controle e acompanhamento diário do volume e da inadimplência das operações da instituição. [...] (RIF, 2015 p. 124-5).

vem pautando a inclusão financeira como medida de combate à exclusão social. O programa CRESCER, que durou de 2011 a 2015, oferecia microcrédito produtivo “objetivando a elevação do padrão de vida e a geração de trabalho e renda”. E tinha a interessante metodologia da “proximidade”:

Essa metodologia consiste no relacionamento direto com o empreendedor no local de sua atividade e requer levantamento socioeconômico prévio à concessão e ao acompanhamento durante o período do contrato, pelo chamado agente de crédito. As operações do Crescer, como em todo o microcrédito produtivo orientado, são direcionadas a empreendedores informais (pessoas físicas), empreendedores individuais e microempresas com faturamento de até R\$120 mil anuais. (ibid, grifo nosso)

Ainda na esteira do crescimento das operações financeiras e do acesso ao crédito e ao microcrédito, temos programas sociais a nível federal que incentivaram, ou que mediarão, a obtenção de crédito. São dois grandes exemplos o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) que, diferente das anteriores linhas de crédito imobiliário majoritariamente destinadas às classes médias e altas, abarcou o financiamento de imóveis, na Faixa 1, para famílias que recebiam até 1,5 salários mínimos. Trata-se de uma política habitacional bastante mediada pelo acesso ao crédito, destinada às pessoas de menor renda da sociedade brasileira. Acompanhada também por programas de financiamento da chamada Linha Branca, centralizando e incentivando o crédito para a compra de equipamentos para a casa.⁹

O outro programa que merece destaque é o Fundo de Financiamento ao Estudante (FIES), que, nos moldes de países como Chile e EUA, amplia o acesso ao ensino superior privado a partir de financiamentos com menores taxas de juros, asseguradas pela Caixa Econômica Federal (Caixa). Opção de política pública via endividamento. Tanto o FIES quanto o MCMV apontaram para a inclusão social, para a realização de políticas públicas, nesses casos de educação e habitação, via crédito.

Longe de se restringirem a políticas nacionais de um determinado governo, podemos observar a ascensão de projetos voltados ao crédito e ao microcrédito em outras partes do mundo, principalmente do terceiro mundo. Basta lembrarmos da figura de Hernando De Soto, defensor da regularização fundiária total, dos imóveis

⁸ O ano de 2005 foi estabelecido pela ONU como o ano do microcrédito. Para mais, ver: <https://www.yearofmicrocredit.org>

⁹ Sobre o crédito para linha branca ver: <https://veja.abril.com.br/economia/caixa-cria-financiamento-especial-para-moveis-e-linha-branca/>

irregulares na América Latina para, com isso, promover o acesso ao crédito. Assim nos diz o economista: “quando uma pessoa vai ao banco pedir empréstimo, é preciso ter um comprovante de propriedade da casa como garantia de que poderá pagar mais tarde”¹⁰. O projeto de De Soto é regularizar para financeirizar as moradias periféricas do terceiro mundo, autorizando sua hipoteca, e dando maior garantia para os bancos. Outro proeminente *think-tank* do incentivo ao crédito é o nobel da paz Muhammad Yunus, o “banqueiro dos pobres”. Yunus ficou conhecido mundialmente por sua iniciativa de emprestar dinheiro aos pobres, principalmente às mulheres, na Bangladesh dos anos 1980.

Tanto renome alcançou a experiência do Yunus que, em seguida, viu-se o aparecimento de ONGs e OSCIPs que têm como atividade única o fornecimento de microcrédito, principalmente produtivo, ou seja, para a formação empreendedora. Vemos essas experiências filantrópicas aparecerem em grande número, como programas sociais de inclusão e melhora da qualidade de vida. Celebrados pelas notícias de jornais e reconhecidos pelo seu jargão entusiasta do empreendedorismo, vemos o aparecimento desses projetos e sua aposta na melhora da vida por meio da inclusão financeira, do crédito e da dívida¹¹.

O desenrolar dessas políticas nem sempre é positivo. Depois da última crise econômica, acompanhamos outros tipos de reportagens jornalísticas, não tão entusiasmantes quanto aquelas dos anos anteriores à crise. Nessa nova leva vamos ver expostos a preocupação com a inadimplência, a precarização do trabalho, o desemprego.

Em 2019 o Brasil bateu o recorde de inadimplência: são 63 milhões de brasileiros com alguma conta atrasada, ou 40% da população adulta¹². Para os especialistas da Serasa, o principal motivo seria a ausência de educação financeira na formação do brasileiro. Resposta consoante às últimas análises do BC, que no último RIF, agora

¹⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u23425.shtml>

¹¹ Algumas reportagens que tratam do assunto: Inspirada em Nobel da Paz, jovem de SP cria ONG de microcrédito... (UOL, Caderno de Economia, 31/07/2012); Microcrédito chega a uma favela chamada "Sodoma e Gomorra" (UOL, 25/12/2018). Outras experiências podem ser encontradas nos sites das próprias ONGs, que tem nomes bastantes sugestivos como Aliança Empreendedora (<https://aliancaempreendedora.org.br/>); ACREDITAR <https://www.acreditar.org.br/> e Banco do Povo (<https://www.bpcs.org.br/>).

¹² Inadimplência atinge 63 milhões em março e bate recorde. Valor, 24/04/2019; 40% da população adulta está com dívidas atrasadas, aponta Serasa. G1, (06/06/2019)

chamado de Relatório de Cidadania Financeira, transgrediu a repetitiva análise estatística para apostar numa análise do cidadão e de suas relações financeiras. Estão no eixo dessas análises o comportamento financeiro do brasileiro e os projetos de educação financeira¹³. Para os especialistas, a baixíssima renda “apesar de ser um fator a ser levado em consideração, [...] não é determinante para que os cidadãos deixem de poupar” (BC, 2018, p.38). Ficamos a imaginar se a alta de desemprego, a precarização do trabalho e sua flexibilização também são apenas algumas dessas questões não determinantes ao crescimento da inadimplência.

Parte do microcrédito produtivo, aquele emprestado para geração de renda, pequenos negócios, microempreendedores etc., também está incluído nas taxas de não pagamento. Porém, com um desdobramento de não-trabalho, de ausência de renda para aqueles que tentaram investir em si mesmo. É o caso, relatado pelo jornal El País, de um trabalhador que financiou um carro para trabalhar como motorista da Uber, depois de ficar desempregado, e agora se encontra afundado em dívidas¹⁴.

É a isso que aludimos quando, no início desse texto, apresentamos a lei do Cadastro Positivo. É desse avanço paulatino e constante da financeirização, do crédito, da bancarização e da dívida que queremos tratar neste texto. Não nos interessam em especial os casos críticos, esses das dívidas chamadas “bolas de neve”. Mas do ato habitual de contrair uma dívida, ter um cartão de crédito, uma conta no banco. Situação normalizada pelo próprio BC, que em seus relatórios entende a dívida apenas como o comprometimento de renda. Portanto, qualquer valor possível ou não de ser pago pelo contratante da dívida, configura uma dívida.

* * *

¹³ Um projeto que merece destaque é a Estratégia Nacional de Educação Financeira, de 2010: Adotada como Política de Estado em caráter permanente, a Enef é coordenada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), colegiado composto por diversos representantes governamentais e pela sociedade civil. Sua atuação se desenvolve por meio de programas transversais (programa educação financeira nas escolas; educação financeira para adultos em situação de vulnerabilidade – mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e aposentados do INSS) e de programas setoriais (desenvolvidos separadamente pelos membros do Comitê). Todas as ações são pautadas pelas diretrizes de gratuidade, prevalência do interesse público (sem viés comercial) e atuação em âmbito nacional. (BC, 2018, p. 41)

¹⁴ O casal que se afundou em dívidas para tentar aumentar a renda com a Uber. El País, 06/05/2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/29/economia/1556563752_312044.html

As pesquisas científicas sobre crédito e dívida no país não são ainda muito difundidas. Temos importantes trabalhos que tratam desse tema, mas na maioria das vezes a partir da perspectiva do crédito, deixando de lado os efeitos particulares da dívida sobre os endividados. Alguns desses trabalhos vão tratar da perspectiva do aumento do consumo, diminuição do poder de compra dos salários reais e de financeirização da pobreza. É o caso do trabalho de Sciré (2011), que aponta o endividamento de famílias como a forma atual de acesso a bens de consumo via mercado financeiro. A autora indica que antes do acesso ao crédito a forma de acesso a bens no país era via poupança e compra à vista, mas que esse modelo está sendo paulatinamente substituído por outro, que elimina a poupança, que dá lugar ao acesso imediato ao consumo via crédito. Essa lógica, para a autora, é perversa, pois, tendo em vista a insegurança de trabalho no Brasil e a recorrente incapacidade de pagar esses empréstimos, gerou-se um endividamento da população.

A situação descrita permite pensar que a facilitadíssima “inclusão” das parcelas mais pobres ao mundo das finanças não ocorre sem consequências sociais específicas. É possível afirmar que se trata de uma lógica que incita ao crédito sem que se possua a certeza que será possível quitar a dívida, ou seja, uma lógica do endividamento. (Sciré, 2011 p.75)

Outra importante questão destacada pela autora em seu trabalho é a importância do crédito no momento de desemprego e de falta de renda:

A posse dos cartões das mais diferentes lojas e bandeiras constitui a regra que caracteriza o status não só da família de Lúcia, mas de muitas famílias entrevistadas. A maioria dos entrevistados possui em média cinco cartões. O que se percebe é que certo número de pessoas vem fazendo uso dos cartões não só porque querem ter acesso às vantagens do parcelamento, mas também para poder tirar proveito de um valor (fictício) que não se possui no momento, mas que se coloca disponível através do crédito concedido por estes objetos. (ibid., p.71)

Assim, ela destaca a importância do acesso ao crédito na própria reprodução familiar, aparecendo até mesmo como uma tática de resistência. Pois, muitos dos endividados sabem que poderão negociar com os bancos no futuro e não pagarão boa parte das dívidas contraídas.

Outro trabalho importante é a dissertação de mestrado de Ribeiro (2015). Sua crítica parte de uma análise marxiana do crédito e do sistema financeiro. A partir do Livro III de *O Capital* ela desenvolve o argumento lógico do crédito no capitalismo. Depois desdobra sobre sua particularidade no Brasil enquanto país de pobreza. Ela articula

o crédito, e em seu caso específico o microcrédito, com o entendimento da pobreza estrutural produzida pelo capitalismo:

podemos pensar que a reprodução das relações de produção capitalista, enquanto sentido tautológico de produção de mais-valia, a partir da exploração produtiva da força de trabalho, impõe uma identidade contraditória existente entre riqueza e pobreza, em que, o enriquecimento e acumulação capitalista, por um lado, implicam na pobreza e empobrecimento do trabalhador por outro, e esse, segundo Marx, é o caráter antagônico da produção capitalista: o desenvolvimento das forças produtivas acaba por empobrecer o trabalhador, barateando os meios de subsistência mas ao mesmo tempo barateando o salário por vezes abaixo do valor necessário para a força de trabalho se reproduzir enquanto tal. (Ribeiro, 2015, p.103)

Essa argumentação lhe permite mais tarde estabelecer a relação do microcrédito enquanto tentativa de salvação da reprodução da classe trabalhadora frente à crise de acumulação e a crise do trabalho a partir das teorias de Robert Kurz.

Outro importante trabalho sobre o tema da dívida é o trabalho de Martins (2011). Nessa tese a autora analisa a situação particular do endividamento como forma de acesso à propriedade privada e à financeirização dessa prática. Acompanhando a legislação que criou a securitização do financiamento imobiliário no Brasil, discutida por Adriano Botelho em sua tese, a autora busca compreender como esses novos mecanismos financeiros e de endividamento produzem e transformam os cotidianos na metrópole. Ela entende que ao submeter os pagamentos pela propriedade da casa ao mercado financeiro internacional, somada à facilitação da retomada da propriedade pelo credor, o trabalhador que deve pagar sua dívida deve pagá-las em um novo ritmo, o ritmo do mercado financeiro mundial. A pressão, segundo a autora, se desdobra em condições piores de emprego devido à urgência da dívida, fazendo com que “trabalhadores intensifiquem suas jornadas de trabalho, continuem trabalhando e aceitando, às vezes, condições piores de trabalho”. A autora ainda destaca o papel da dívida em produzir “trabalho futuro cativo”, potencializado pelas longas durações de pagamento do crédito imobiliário.

As críticas apresentadas por esses trabalhos são importantes para a compreensão do crédito e da dívida em seu estatuto sistêmico, como fazem Ribeiro e Martins. Partindo da crítica marxiana à economia política, elas vão desdobrar a relação dívida-trabalho, apontando para os mecanismos de extração de mais-valia, produção de valor, aumento sistêmico da pobreza e de crise do sistema produtor de mercadorias sob a organização financeira.

Tratando de maneira geral da relação do crédito e microcrédito com os procedimentos mais abstratos do capital, principalmente do capital financeiro, ficam fora de vista as implicações reais sobre as vidas afetadas pela dívida. Martins aproxima-se disso ao tratar do cotidiano a partir da ritmanálise desenvolvida por Lefebvre. Mas, acredito que essa aproximação também pode ser construída a partir do conceitual teórico de Foucault. O disciplinamento social, o governo da população e a formação das subjetividades apontam para uma crítica que apresente a dívida não apenas como negativa, mas também como positividade, criadora de novas subjetividades e de novas formas de exercício de poder.

Nesta pesquisa pretendemos, então, aproximar a questão do atual endividamento sistemático com a grade de inteligibilidade fornecida por Foucault e por outros autores que partem de sua perspectiva. As questões configuram-se, então, de modo diferente ao que é colocado pela crítica marxiana, ainda que com ela dialogue. Tais questões, são:

O que é a dívida e quais as possibilidades de análise possibilitadas por essa categoria?

De que forma a relação credor-devedor, entendida como relação de poder, produz formas objetivas de subjetividade?

Quais são os dispositivos biopolíticos e anátomo-políticos mobilizados pelo endividamento?

Entendendo o crédito produtivo como endividamento para o trabalho, quais as relações específicas entre trabalho e dívida?

No primeiro capítulo, busco apresentar o conceito de troca elaborado pelas ciências sociais que permitiram o fundamento de uma teoria da reciprocidade, que identifica na troca um ato econômico fundador da sociabilidade. Nessa perspectiva os agentes da troca seriam sujeitos iguais e a troca um ponto de reconhecimento do Outro, numa espécie de dialética conflituosa entre o Eu e o Outro. Nessa relação, a troca fundaria um diálogo, colocaria em relação dois sujeitos distintos e seria uma das formas fundamentais e universais das relações sociais. Esse entendimento da troca obscurece as reais relações de força e de conflito que nem sempre estão no campo da reciprocidade e do reconhecimento. A dívida, para essa teoria da reciprocidade,

aparece como desdobramento da troca e como uma forma de produção de relações igualitárias, uma vez que funda relações de confiança e de troca de dádivas. Criticamos essa interpretação por desistoricizar esses conceitos ao naturalizar relações que são próprias das formas históricas do capitalismo. Por isso apresentamos uma leitura da dívida apresentada por Nietzsche e outros autores que dele desdobraram uma leitura genealógica da dívida. Na qual os campos de força, as disputas e as relações de poder aparecem como fundamentais para o entendimento da dívida não como forma de reciprocidade e reconhecimento, mas como um dispositivo complexo e conflituoso, onde relações de dominação e exploração são fundamentais para seu funcionamento.

No segundo capítulo, desenvolvo os conceitos dos quais parte a análise feita aqui. Baseio-me no conceito de dispositivo, criado por Foucault, para interpretar a dívida enquanto dispositivo de exercício do poder, de construção dos saberes e de ativação das subjetividades. O dispositivo enquanto ferramenta teórico-metodológico nos permite enquadrar a dívida enquanto realidade empírica plural, na qual cada organização do dispositivo face à determinada realidade ou a determinada forma de dívida articula linhas de forças e saberes distintos.

Ainda nesse capítulo apresento também as principais formas das tecnologias do poder que atualmente interferem sobre o dispositivo da dívida. Sabendo que tanto a governamentalidade quanto a biopolítica são conceitos desenvolvidos concomitantemente por Foucault, entendo que há uma necessidade de entrelaçamento constante dessas duas tecnologias contemporâneas do poder. A primeira diz respeito à uma arte de governar que tem como objeto a população e como base de verificação a economia política. Trata-se de um projeto e uma prática de governo das coisas e das pessoas que opera a partir do mercado enquanto realidade própria e “natural” e dá fundamento ao liberalismo e ao neoliberalismo. Já a segunda, a biopolítica, diz respeito da produção política da vida nua, a entrada do corpo vivo enquanto objeto das operações, táticas e cálculos do exercício do poder. A relação entre esses dois conceitos está posta pela produção de determinada ideia de natureza e de normalização do funcionamento das coisas a partir de um entendimento do mercado enquanto normal e natural. A dívida, estaria em um ponto

de interseção entre essas duas tecnologias gerais de poder, como um dos mais importantes dispositivos de articulação entre elas.

No terceiro capítulo faço uma incursão na dívida estudantil como uma das formas de dívida que nos permitem pensar as relações entre dívida, governamentalidade e biopolítica. A partir de pesquisas realizados por outros autores identifiquei as práticas anátomo-políticas e biopolíticas que produzem o corpo do endividado, ao mesmo tempo que lhe ativam formas específicas de subjetividade. Vemos como a dívida inscreve no corpo do endividado um poder de promessa que é uma culpa e uma forma determinada de futuro, produzindo um corpo próprio para o trabalho; para o reembolso da dívida.

Por fim, no quarto capítulo, desenvolvo uma discussão sobre uma forma de dívida que é realizada para produzir trabalho. Trata-se do microcrédito produtivo; forma de dívida posta para trabalhadores e trabalhadoras majoritariamente informais. Esse endividamento para o trabalho constitui uma relação direta de extração de renda das atividades informais pelo mercado financeiro ao mesmo tempo que cria plataformas e procedimentos de vigilância e conformação das subjetividades endividadas. A dívida para o trabalho constitui sujeito empresas que operam pelas práticas de controle biopolíticas e se valem da racionalidade neoliberal.

1. DÍVIDA E TROCA

Desde a economia política clássica, o ato da troca tem aparecido como fundamento da sociedade ocidental. A troca tem sido apresentada como a possibilidade de equivalência entre dois objetos que se encontram e se movimentam a partir das mãos dos possuidores desses objetos; pressupõe-se da troca a equivalência das coisas, a reciprocidade dos sujeitos da troca e a imediatividade do ato.

No início do século XX, a discussão sobre o caráter da troca avançou para a antropologia. Partindo de uma coleção de etnografias, com destaque à descrição do Kula por Malinowski, o sociólogo francês Marcel Mauss (2003) apontou a troca, em seu estado primitivo (o dom), como fundamento social. O conhecido texto de Mauss - “Ensaio sobre a Dádiva: Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas” (doravante *Ensaio*) - foi um importante marco para a antropologia, sendo constantemente discutido em inúmeros trabalhos e até hoje presente em pesquisas e publicações recentes (Sigaud, 1999)¹⁵.

No *Ensaio*, vê-se três formas de relações sociais tidas como primitivas. Três formas sociais “simples”, entre as quais seria possível perceber os fundamentos sociais, as bases que serviriam, portanto, para grande parte das relações nas sociedades ditas “complexas” ou “avançadas”. Mauss afirma ter chegado ao conhecimento de “uma das rochas humanas sobre as quais são constituídas nossas sociedades” e percebido o funcionamento de uma moral e uma economia que “funcionam ainda em nossa sociedade de forma constante e, por assim dizer, subjacente”. Essa rocha fundante consiste nas prestações e obrigações sociais, nos contratos sociais, na moral e, por fim, nos fundamentos do direito (ibid., p. 191).

A complexidade dos elementos representados pelo “simples” ato de troca é possível graças ao que o antropólogo chama de fato social total. Esse conceito diz respeito à imbricada formação das instituições nas sociedades “primitivas”, nas quais todos os fatos, acontecimentos, instituições e práticas estão permeados por todos os âmbitos da vida. Moral, religião, economia, direito, e até atributos estéticos, defende Mauss, estão presentes e podem ser observados em todos os aspectos da vida social

¹⁵ Um dos mais importantes livros sobre a dívida hoje, produzido por Graeber (2014), tem Mauss como uma de suas principais fontes. Esse livro, bastante vendido e discutido nos últimos anos, atesta a atualidade da importância do *Ensaio* - publicado pela primeira vez em 1925 - na antropologia contemporânea.

primitiva. Portanto, apreender a troca é também apreender a própria organização social, a totalidade das regras e instituições que regem determinada sociedade. Nesse sentido, a vida econômica, representada pela troca, encontra-se completamente justaposta à política, à organização familiar etc. É por isso que a partir de uma instituição particular, Mauss poderá deduzir todo um funcionamento social, não só primitivo, mas também para “nossa sociedade”. Mauss, portanto, não permite à economia encontrar-se separada das outras instituições sociais como queria parte das ciências sociais modernas, porém, em certa medida, submete a ela todas as outras esferas da vida social (Sigaud, op cit.).

Tal é o estatuto da troca em Mauss: enquanto fundamento social, sua ausência ou recusa aparece como rompimento das relações sociais e como guerra. Ao tratar dos três procedimentos da dádiva (dar, receber e retribuir), o autor declara:

Não menos importante é a obrigação de dar; seu estudo poderia fazer compreender de que maneira os homens passaram a trocar coisas. [...] Recusar dar, negligenciar convidar, assim como recusar receber, equivale a declarar guerra; é recusar a aliança e a comunhão. [...] Em tudo isso há uma série de direitos e deveres de consumir e de retribuir, correspondendo a direitos e deveres de dar e de receber. Mas essa mistura íntima de direitos e de deveres simétricos e contrários deixa de parecer se pensarmos que há, antes de tudo, mistura de vínculos espirituais entre as coisas, que de certo modo são alma, e os indivíduos e grupos que se tratam de certo modo como coisas. (op cit., p. 201-202)

Dessa passagem destacamos já dois importantes fatos que repercutem em diversas análises dos fundamentos sociais e dos fundamentos da troca. Primeiro, a possibilidade de comunidade (comunhão) e de formação de laços sociais pela troca. Essa aparece como fundamento de qualquer sociabilidade, portanto, de certa maneira, fato universal fundamental. Em seguida, Mauss declara a questão fundamental da troca, e que será sua mais profunda diferença em relação ao conceito de dívida; seu caráter simétrico. Essa simetria ampliada constitui, na mistura das coisas e dos sujeitos da troca, a reciprocidade e a possibilidade de fundar mutuamente, em comunidade, os contratos e obrigações sociais que permitiram a vínculo social.

Mauss descreve toda sorte de rituais e práticas sociais dos povos trombiandenses, estudados por Malinowski, para argumentar em favor da obrigação efetiva da troca e da impossibilidade de quitação das obrigações. São, para Mauss, eternos credores e eternos devedores, porém sempre em situação de troca de posições – em um

momento credor, em outro devedor – e para sempre (enquanto durar a relação): “o devedor, o futuro doador” (p.223). A reciprocidade é inevitável e a dívida não é a assimetria, mas um estado contingente e simétrico ao estado de credor (doador).

A dívida e o crédito estariam fundamentalmente, originalmente, incluídos nos fundamentos da dádiva e não seriam mais do que uma pequena variação da ocorrência primordial e incontornável da dádiva-troca. “a dádiva implica necessariamente a noção de crédito. A evolução não fez o direito passar da economia do escambo à venda, e do pagamento à vista ao pagamento a prazo. Foi sobre um sistema de presentes dados e retribuídos a prazo que se edificaram de um lado, o escambo, por simplificação, por aproximações de tempos outros disjuntos, e, de outro, a compra e a venda, esta a prazo e à vista, e também os empréstimos. Pois nada prova que nenhum dos direitos que foram além da fase que descrevemos (direito babilônico, em particular) não tenha conhecido o crédito que conhecem todas as sociedades arcaicas que sobrevivem em torno de nós. (ibid. 237)

A dívida, no texto aparecendo como crédito, seria apenas uma forma desdobrada, ainda que não de maneira evolucionista, do fundamento inicial da economia e das obrigações. O interessante é notar que é nessa passagem Mauss ilustra o conceito com a forma mais violenta do “Potlatch”¹⁶. Ele faz notar que entre os chefes das comunidades travam-se verdadeiras batalhas e disputas em torno da dádiva e na tentativa de tornar seu inimigo em obrigado (endividado):

Em parte alguma o prestígio individual de um chefe e o prestígio de seu clã estão mais ligados ao dispêndio e à exatidão em retribuir usurariamente as dádivas aceitas, de modo a transformar em obrigados aqueles que os obrigaram. [...] É uma disputa de quem será o mais rico e também o mais loucamente perdulário. O princípio do antagonismo e da rivalidade está na base de tudo (ibid., 240)

Mauss associa diretamente a noção de crédito e honra e delas desdobra a realização do conflito, a reafirmação dos chefes e das relações de poder justamente quando a dádiva se encontra na forma do crédito e da dívida. Mas o princípio da reciprocidade permite apenas que todas essas disputas sejam feitas ainda no campo do reconhecimento. Um chefe apenas disputa, faz grandes dádivas a outros chefes, sujeitos à sua altura. Portanto, todos esses conflitos permanecem ainda no campo do reconhecimento da igualdade dos sujeitos frente à dádiva-troca. Um chefe não se permitiria entrar em um circuito de dádivas com alguém inferior na hierarquia social.

¹⁶ O potlatch é “as trocas, que implicam uma enorme quantidade de prestações de todo o tipo, começam sob a norma de doações aparentemente gratuitas de presentes, cujo beneficiário será obrigado a retribuir o equivalente com usura; e o caráter agonístico, mais acentuado no Noroeste americano do que na Melanésia. Lá os chefes se enfrentam mais do que se ligam, numa rivalidade constante, sendo por este meio que se fixa a hierarquia das famílias e dos clãs.” (Sigaud, op ci.t, p. 94)

O *Ensaio* segue com mais apresentações de exemplos similares, mas dessa vez estendidos aos direitos antigos e economias antigas, aqueles que o antropólogo entende serem os fundadores do nosso direito e de nossa economia.

Ainda que em seu conteúdo o trabalho de Mauss já tenha sido muito criticado, suas proposições iniciais sobre a dádiva e seus fundamentos não podem ser deixadas de lado. A maior parte dos trabalhos, não só em antropologia, que vêm a tratar da questão da troca, e em alguns casos da dívida, mesmo nas sociedades modernas ou capitalistas, criticam ou apoiam-se em Mauss em alguma medida. Não é nossa intenção fazer uma crítica no nível das formulações de Mauss, principalmente no que diz respeito aos dados etnográficos e à acurácia de sua pesquisa. O que nos interessa é que essas formulações, sobre a troca, circulam ainda com validade de verdade nas ciências sociais.

Um dos textos que difundem e reafirmam a importância do texto de Mauss para a antropologia é “Introdução à Obra de Marcel Mauss”, escrita por Lévi-Strauss (2003), um dos mais importantes antropólogos do século XX, que também conceituou a troca como um dos principais fundamentos da sociabilidade (Sigaud, op cit)¹⁷. Nesse pequeno texto, Lévi-Strauss prestou um tributo à obra de Mauss, detendo-se principalmente sobre o *Ensaio* sobre a Dádiva. Nele, Lévi-Strauss afirma ser o *Ensaio* a “obra mais justamente célebre e aquela cuja influência foi mais profunda”.

Lévi-Strauss (ibid) menciona a virada científica produzida pelo texto que fez “transcender a observação empírica e atingir realidades mais profundas. Pela primeira vez, o social cessa de pretender ao domínio da qualidade pura e torna-se um sistema, entre cujas partes pode-se descobrir, portanto, conexões, equivalências e solidariedades” e “nos quais mais reaparecem, no fim de contas, senão os termos fundamentais de um equilíbrio” (ibid p. 30). Ele reconhece a importância de Mauss em perceber as estruturas e os fundamentos sociais produzidos pela troca no

¹⁷ É interessante notar que todo esse debate sobre os fundamentos da troca ressoa o velho argumento da economia política clássica de que o escambo é a forma primitiva da economia. Primeiro, a troca das coisas, dos dons surgiria para em seguida estabelecer-se, por questões lógicas e históricas, o dinheiro, o mercado e assim por diante. Graeber, fazendo um recuo anterior à antropologia estrutural, nota que é Adam Smith o fundador do mito da precedência da troca e de sua importância fundante da humanidade. O economista político afirmava “certa tendência ou propensão existente na natureza humana [...] a intercambiar, permutar ou trocar” (Adam Smith apud Graeber, 2013)

interior das sociedades primitivas e que mais tarde valeria em todo o aparato teórico estruturalista que Lévi-Strauss formulou. Porém, critica determinado irracionalismo e empirismo em Mauss, que se apegou às noções Maori para explicar a troca e não soube ver nos fatos empíricos, “dar, receber e retribuir”, a forma abstrata e universal da troca. É aqui que o antropólogo estruturalista avança na efetivação da troca como fundamento social.

Seria preciso admitir que, como o *hau*, o *mana* não é o reflexo subjetivo da exigência de uma totalidade não percebida. A troca não é um edifício complexo, construído a partir das obrigações de dar, de receber e de retribuir, com o auxílio de um cimento afetivo místico. É uma síntese imediatamente dada ao e pelo pensamento simbólico que, na troca como em qualquer outra forma de comunicação, supera a contradição que lhe é inerente de perceber as coisas como os elementos do diálogo, simultaneamente relacionadas a si e a outrem, e destinadas por natureza a passarem de um a outro. (ibid p.41)

A partir desse trecho podemos ver o estatuto que a troca assume para Lévi-Strauss. Ela se apresenta como síntese que põe em relação “a si e a outrem” e possui um conteúdo essencial (por natureza) de pôr as coisas em diálogo entre os sujeitos, ao “passarem de um a outro”.

Sigaud defende que foi Lévi-Strauss o responsável pela interpretação do *Ensaio* como uma teoria geral da troca e da reciprocidade. É o autor francês que a partir de suas concepções estruturalistas interpretou o texto e, como importante figura intelectual nos anos 60-70, anos em que o estruturalismo estava em seu auge, disseminou essa concepção – para a autora inverossímil ao texto original. Independente da sua fidelidade ao texto de Mauss, o que nos interessa mais é a afirmação nas ciências sociais do princípio da troca como fundante da sociedade¹⁸. Nos anos 80, 55 anos após a primeira publicação do *Ensaio*, a concepção do texto como uma teoria geral da troca e da reciprocidade já havia se fundado como uma verdade científica nas ciências sociais (ibid).

Outro importante texto que corrobora com a concepção hegemônica dada ao texto de Mauss, e principalmente ao conceito de troca, é um curto texto escrito por Claude Lefort (1967). Nesse texto, Lefort segue o entendimento de que o *Ensaio* “é, de fato,

¹⁸ Os antropólogos não tocam nessa discussão de maneira mais ampla e não traçam uma genealogia efetiva desse conceito nas ciências sociais. Teríamos que nos perguntar qual a profundidade e extensão dessa discussão, que já tem, por exemplo, nos economistas políticos clássicos, e em Marx, uma importante repercussão.

um ensaio sobre os fundamentos da sociedade” (p. 65). E avança o debate em outra direção: para ele, na troca, “encontramos a relação antitética do sujeito do outro [...] essa relação aparece na consciência do risco e da rivalidade [...] É suficiente por agora estabelecer que há na troca um ato que separa os homens e os coloca face a face”. Rejeitando os argumentos que interpretaram a troca como fato econômico, Lefort a desloca para um campo mais amplo: “não somente ele [o dom, enquanto troca primitiva] é um ato, mas o ato por excelência pelo qual o homem conquista a subjetividade”. Essa seria conquistada na troca em dois momentos; o primeiro já descrito do ato da troca em relação ao Outro sujeito da troca, e o segundo diz respeito à submissão da natureza, representada pelo desperdício e despojo dos objetos que serão trocados. Mais fiel ao texto de Mauss, Lefort retorna à interpretação da troca como princípio do contrato social; possibilidade de estabelecer a paz e a guerra entre os homens. Nesse pequeno texto vemos já a afirmação da troca e de seu princípio de reciprocidade e reconhecimento do Eu e do Outro nas ciências sociais, até mesmo naquelas de cunho crítica, tradição na qual se insere Lefort¹⁹.

Outro importante autor que está na esteira da discussão sobre a troca, no momento da afirmação do conceito, é Pierre Bourdieu. Já distanciado do texto original do *Ensaio*, Bourdieu debate com Lévi-Strauss, contra seu conceito estruturalista de troca. Bourdieu tecerá severas críticas à conceituação de troca formulada por Lévi-Strauss, por não levar em conta as relações objetivas e complexas dos atos da troca e substituí-las pela própria vontade e imagem de sua ciência e de seus modelos.

se imagina os dois agentes envolvidos no dom como calculistas, cujo projeto subjetivo é fazer o que fazem objetivamente, segundo o modelo de Lévi-Strauss, ou seja, uma troca que obedece à lógica da reciprocidade. Em outras palavras, situa-se na consciência dos agentes o modelo que a ciência teve de construir para justificar sua prática (nesse caso, o da troca de dons). O que significa produzir uma espécie de monstro teórico, de fato impossível, a experiência autodestrutiva de um dom generoso, gratuito, que conteria o projeto consciente de obter o contradom (colocado como fim possível, futuro contingente). Para se compreender adequadamente o dom, é indispensável afastar-se não só da filosofia da consciência, que considera como princípio de toda ação uma intenção consciente, mas também do economicismo que

¹⁹ Também Mauss, de certa maneira, poderia ser colocado como um autor crítico. Socialista declarado, ele afirma ser um dos principais objetivos do *Ensaio* apontar outras formas de economia que não as predominantes em seu tempo e que auxiliem na superação da “crise da economia” e da “crise do direito” de nossas sociedades. Assim, o próprio *Ensaio* foi escrito com um intuito de fazer uma crítica às teorias da economia natural, de cunho liberal.

não conhece outra economia que a do cálculo racional e do interesse reduzido ao interesse econômico. (Bourdieu, 1996, p. 10).

O autor critica a incapacidade de Lévi-Strauss, expressa em suas formulações sobre a troca e a reciprocidade, em entender os reais fundamentos e particularidades da dádiva. Que aparece para o Lévi-Strauss, advindos da sociedade ocidental de economia mercantil, como verdade própria e universal comparável a todas as ações humanas racionais, transformando a complexidade das relações sociais em situações funcionais e essenciais à manutenção da forma única de humanidade. Forma essa que, na perspectiva de Lévi-Strauss, é completamente comparável à atual organização social subsumida a uma organização econômica também específica: “Em um universo econômico fundado na oposição entre a paixão e o interesse [...], entre gratuito e pago, o dom perde o seu verdadeiro sentido” e fica limitado à “tendência de certa etnografia colonial” (Bourdieu, op cit., p.12).

Assim, para criticar a formulação da troca equilibrada e simétrica, formulada como ato consciente, fundamental e funcional entre as sociedades humanas, Bourdieu adicionará, contra o sincronismo exaustivo dos estruturalistas, a dimensão diacrônica das relações da dádiva e da troca. Com isso busca dissipar a imediatividade do ato para entender, em um contexto mais amplo, as relações duradouras que estão contidas na dádiva-troca. Relações essas que dizem respeito à “inscrição nos corpos, sob a forma de paixão, de amor, de submissão, de respeito por uma dívida que não pode ser paga e, como se costuma dizer, é eterna.” Relações, portanto, de força e de poder (ibid., p.13-14).

Bourdieu dá um primeiro passo rumo à crítica da troca como conceito possível nos termos estruturalistas e abstratos de Lévi-Strauss e de Lefort. Pois esse último também entende a troca como situação originária dos conflitos ou da associação entre os sujeitos, e, seja pela paz ou pela guerra, forma de reconhecimento mútuo e, portanto, de equidade entre as partes. Possibilidade que parte da abstração efetiva do tempo, dos corpos e dos jogos de força, como podemos inferir a partir da crítica de Bourdieu. Não se trata mais do reconhecimento, da troca de equivalências ou da reciprocidade; estamos agora no campo das relações de poder e de dominação.

Ao incluir na crítica à versão estruturalista e economicista da troca a questão das relações de poder e a dimensão temporal, Bourdieu aproxima-se dos conceitos de

honra, crença, crédito e dívida. É no tempo entre a dádiva e a sua retribuição que está a chave do problema e a possibilidade para uma elaboração conceitual de uma operação que, diferente da troca, inclua esses novos elementos (ibid.).

Mas, ainda que Bourdieu tenha trazido novos elementos para a discussão a cerca da reciprocidade, ele segue tributário da teoria do reconhecimento e, portanto, da reciprocidade. Pois Bourdieu parte da formulação que o conflito só é possível na igualdade e equidade dos sujeitos. Livrar-se do preceito do reconhecimento e da reciprocidade é uma proposta que pretende perceber as reais forças em jogo, as disputas e os jogos de poder realmente existentes. É essa a proposta de Nietzsche, sua recusa do reconhecimento, que Villela localiza ser fundada na “dialética do senhor e do escravo” de Hegel (Villela, 2001).

E na dialética do senhor e do escravo, o processo de subjetivação, a ideia que se tem de si mesmo, deriva de um julgamento tortuoso cuja lógica será vista a seguir. Assim se pode dizer que é a partir do outro, do reconhecimento, que é construída a ideia que se tem de si mesmo. (Villela, op cit., p.192)

Na *Genealogia da Moral*, Nietzsche (2009) expõe que essa ideia provém do ressentimento das forças reativas (dos escravos) que diferente dos senhores, não podem afirmar-se por si:

A rebelião escrava na moral começa quando o próprio ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária obtêm reparação. Enquanto toda moral nobre nasce de um triunfante Sim a si mesma, já de início a moral escrava diz Não a um fora, um outro, um “não-eu” - e este Não é seu ato criador. Esta inversão do olhar que estabelece valores - este *necessário* dirigir-se para fora, em vez de voltar-se para si - é algo próprio do ressentimento [...]. O contrário sucede no modo de valoração nobre: ele age e cresce espontaneamente, busca seu oposto apenas para dizer Sim a si mesmo com ainda maior júbilo e gratidão. (Nietzsche, 2017, p. 26)

Nessa proposta, Nietzsche fecha qualquer possibilidade de afirmação por reconhecimento. As forças ativas, aquelas dos senhores, não pode ser reconhecida pelas forças reativas, a dos dominados. Elas, na verdade, adestram e fundam toda a valoração sobre o que seria o bom e o mau, o nobre e o rasteiro. Em Mauss, vemos essa possibilidade entre os chefes: só a eles é possível a recusa do dom, e com isso declarar a guerra ou dizer que aquele que lhe dá algo não dá algo à sua altura, que seu dom é inferior à virtude do chefe – “E se ele julga a partir de si, onde está o reconhecimento? [...] Aqui já não importa a avaliação externa, mas a sua própria. O desejo é o desejo de obrigar, um desejo de domínio sobre o outro. O duelo perde seus ares de confrontação. (Villela, op cit., p.202-3).

O conceito troca, enquanto momento da reciprocidade, interpreta uma relação desigual de um ponto de vista reativo, sendo necessário o deslocamento desse conceito a fim de revelar uma outra face. Bourdieu (op cit) nos indica que é no tempo que separa dom e contra-dom, na mediaticidade da troca, que reside a crítica da reciprocidade: esse tempo nada mais é que a dívida. Essa tem seu poder na promessa e na memória, na escrita – na impressão do poder - do credor sobre o devedor, muitas vezes sobre o corpo do devedor:

O devedor, para infundir confiança em sua promessa de restituição, para garantir a seriedade e santidade de sua promessa, para reforçar na consciência a restituição como dever e obrigação, por meio de um contrato empenha ao credor, para o caso de não pagar, algo que ainda "possua", sobre o qual ainda tenha poder, como seu corpo, sua mulher, sua liberdade ou mesmo sua vida. (Nietzsche, 2017, p. 49)

A dívida, diferente da reciprocidade e do reconhecimento, não funda alianças e filiações; ela as declina apoiando-se em um sistema de crueldade que promove a “separação dos fluxos, os cortes, a repartição das partes”. Inscreve, também, os sujeitos nas engrenagens da máquina social e lhe funda uma memória coletiva (Villela, op cit., p.205).

A partir de Deleuze e Guattari, Villela também critica toda a possibilidade da estabilidade, das medidas e das igualdades dos valores teorizados na troca. A dívida revela o caráter assimétrico e desequilibrado das relações: diferença dos sujeitos de troca e assimetria das coisas trocadas: está aí o princípio da diferença da dívida. Caberia nos perguntarmos se esse princípio de diferença é ele uma situação de desigualdade, violência ou hierarquia. Ou se, como afirma Bourdieu, é uma diferença positiva, que atesta as relações e as confianças entre os sujeitos.

1.1 Dívida hoje ou antropologia da dívida no capitalismo

Uma das mais difundidas e importantes obras sobre a dívida, atualmente, é *Dívida: os primeiros 5.000 anos*. Graeber teve seu reconhecimento por ser um importante militante do movimento *Occupy WallStreet*, ocorrido no período da crise de 2008. Nesse livro, Graeber aciona uma enorme quantidade de fatos históricos e etnográficos para tentar compreender o que é realmente a dívida. De maneira geral, a vê com olhos negativos, compreendendo-a como uma forma associada à violência e ao deslocamento das pessoas de seu contexto – colocando-as em formas de vulnerabilidade que as forçam a aceitar formas de dívidas. O que preocupa Graeber

não são tanto as dívidas, pois ele relata formas de sociabilidade mediadas pela dívida, principalmente na idade média europeia e através de algumas etnografias²⁰, que garantiram laços de comunidade e suporte mútuo desinteressado. São pejorativas para ele as formas de dívida atravessadas pelo “cálculo frio” e pela “amoralidade” das relações econômicas “menos humanas”²¹. Por isso, um importante e recorrente tema de seu livro é a escravização por dívida. Para ele, esse é o caso máximo de apatia e indiferença entre seres humanos que permitia, como violência máxima, a escravização de um outro endividado.

Para ele, todos esses sistemas de dívidas, principalmente aqueles relacionados ao funcionamento financeiro, são primordialmente fundados na guerra. Violência e guerra: essas são as bases que Graeber aponta para o endividamento amoral existente diversas vezes na história da humanidade, sobre formas particulares para cada povo ou período histórico que ocorreram. Da escravização ateniense, passando pela escravização dos povos africanos no período colonial às atuais guerras travadas pelos Estados Unidos em torno do petróleo. Inclusive, o sistema monetário atual aparece para Graeber como fundado ou resguardado pelo aparato militar americano. Os títulos do tesouro americano e a dívida pública que garantem hoje os preços do dólar, e, a partir do consenso de Washington, todo balanceamento da economia mundial pelo padrão dólar, são o financiamento das empreitadas bélicas norte americanas em todo o mundo.

A dívida considerada por Graeber como a boa dívida nada mais é que uma nova reinterpretação da teoria da reciprocidade – teoria essa que ele mesmo pretende produzir para orientar formas alternativas à dívida Graeber tenta, a partir de toda sorte de relatos e textos históricos, construir um padrão universal, uma constante que dê fundamento ao que é a dívida (ibid., p.116-164). E não só a dívida! O antropólogo dito anarquista considera também o mercado uma instância que sempre existiu na humanidade, mas que nem sempre foi capitalista. Graeber muitas vezes acaba reproduzindo justamente aquilo que ele pretende criticar.

²⁰ Dessa suposição ainda se valem muitos economistas que pretendem que a dívida contemporânea também é uma forma que mantém os laços sociais e nos garante em obrigações mútuas para com a sociedade. A dívida constitui, para alguns, a forma contemporânea (e lucrativa) do contrato social. (Lazzarato, 2017)

²¹ Se Graeber denomina as economias comunitárias como “mais que humanas” podemos deduzir que no polo oposto, das economias individualistas, teríamos economias “menos que humanas”

Não há qualquer possibilidade de verificação de outros povos e tempos históricos a partir da grade de inteligibilidade fundada pelo liberalismo. Como bem demonstrou Foucault, o mercado é um dispositivo discursivo e prático próprio do liberalismo.

Graeber também parece não reconhecer o estatuto genealógico e o caráter particular da dívida. Além de considerá-la como um dos fundamentos da sociedade, ele a submete à troca:

[Graeber] se encontra vinculado a esta ideia de reciprocidade, ou à dimensão neutral de um *socius* que a produziria. Apesar de o autor britânico concluir, na linha de Nietzsche, que a gênese da sociedade endividada radica no seu historial de violência, guerra, estupros, rapina, conquista, em suma, na imposição dos mais fortes sobre os mais fracos, para o autor é a troca que gera a dívida, daí não antever uma hipótese de sobrevivência das relações humanas face à exacerbação da dívida. Esta aceção – de a troca ser o plano germinativo da dívida – onde a reciprocidade, durante o período em que a dívida não é paga, fica suspensa, releva da concepção que o autor tem de que a dívida não é mais que uma fase, “uma troca que ainda não se completou” (Vale, 2017, p.73)

Não é com intenção de estabelecer a dívida como ato fundador da sociedade, como fez Lévi-Strauss com a troca, mas entrever a situação particular da dívida em determinado momento, sob certo funcionamento e resultado de uma série de disputas, de um jogo de forças que disputem o estatuto da dívida.

a causa da gênese de uma coisa e a sua utilidade final, a sua efetiva utilização e inserção em um sistema de finalidades, diferem *toto coelo*; de que algo existente, que de algum modo chegou a se realizar, é sempre reinterpretado para novos fins, requisitado de maneira nova, transformado e redirecionado para uma nova utilidade, por um poder que lhe é superior; de que todo acontecimento do mundo orgânico é um subjugar e assenhorear-se, e todo subjugar e assenhorear-se é uma nova interpretação, um ajuste, no qual o "sentido" e a "finalidade" anteriores são necessariamente obscurecidos ou obliterados. [...] Mas todos os fins, todas as utilidades são apenas indícios de que uma vontade de poder se assenhoreou de algo menos poderoso e lhe imprimiu o sentido de uma função; e toda a história de uma "coisa", um órgão, um uso, pode desse modo ser uma ininterrupta cadeia de signos de sempre novas interpretações e ajustes, (Nietzsche, op cit., p. 60)

É a dívida subjugada por novas forças que mais nos interessa neste texto. Suas novas finalidades, sua sistematicidade atual: por onde e sobre quem ela age. Porém, temos uma fragilidade nesse momento do texto, a passagem do argumento antropológico à crítica especulativa pelos aforismas e a genealogia até onde se deseja chegar, a saber, as atuais relações de troca na sociedade capitalista. As críticas feitas à troca e as incursões ao conceito da dívida nos servem para, principalmente, pensarmos a impossibilidade das equivalências como sugeridas pela economia política clássica, para desconfiarmos dos mais “inocentes conceitos” e

substituir essa interpretação por uma que leve em conta as verdadeiras relações de força e poder.

Para darmos conta dessas relações no interior do dispositivo da dívida nos valemos das ferramentas analíticas e críticas desenvolvidas por Foucault. Não é possível, e nem nos interessa, fazer uma análise da dívida em uma forma universal, mas enquanto forma particular histórica dentro dos quadros de determinado arranjo do capitalismo. Será necessária uma incursão em alguns dos principais conceitos e ferramentas criadas por Foucault para depois procedermos uma “antropologia da dívida no capitalismo”²².

²² Esse é o projeto crítico de Lazzarato, que pretende abordar as particularidades da dívida nos diversos desdobramentos que essa tem sobre as vidas. Seja no âmbito econômico, moral ou político, uma antropologia da dívida no capitalismo não seria exclusiva a esse ou aquele aspecto, mas desenvolveria as conexões e arranjos que não se limitam a esse ou aquele campo de saber.

2. O DISPOSITIVO DA DÍVIDA E AS TECNOLOGIAS DO PODER

2.1 O que é um dispositivo?

O conceito de dispositivo²³ é bastante utilizado por Michel Foucault a partir da inflexão ocorrida na virada genealógica de sua obra. Apesar de sua utilização nos cursos do *College de France* (2008a, 2008b) e no livro *História da Sexualidade* (2007), Foucault não produziu uma explicação sistemática do conceito. O que há de mais revelador a respeito apareceu em uma entrevista na qual explica o conceito da seguinte maneira:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. Este foi o caso, por exemplo, da absorção de uma massa de população flutuante que uma economia de tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco tornou-se o dispositivo de controle-dominação da loucura, da doença mental, da neurose. (Foucault, 1998, p. 244)

Ampliando os elementos discursivos que Foucault analisou em suas arqueologias, o filósofo pretende agora, com esse novo conceito, trabalhar com uma variedade maior de objetos que formam os dispositivos, sendo eles discursivos ou não, e é isso que diferencia o conceito de dispositivo de sua forma anterior, o conceito de

²³ Agamben (2009) traça o encontro de Foucault com o termo dispositivo, que para ele vem do conceito de positividade do jovem Hegel e que Foucault utilizou antes dos anos 70 e que possuía a mesma função que o conceito de dispositivo. A positividade, para Hegel, trata-se da interiorização do momento histórico enquanto Foucault usa o termo “positividade” para questionar os papéis da história nos processos que lhe interessam mais: a subjetivação e as técnicas-disputas do saber-poder. Agamben coloca que é a questão própria de Foucault compreender “os modos concretos em que as positivities (os dispositivos) agem nas relações, nos mecanismos e nos jogos de poder. Enquanto para Revel (dictionnaire) esse conceito teria sido retirado de *O Anti-édipo* de Deleuze e Guattari, livro bastante elogiado por Foucault num conhecido prefácio.

episteme²⁴ que se remetia apenas aos elementos discursivos no campo do saber. Essa articulação dos objetos, das linhas no interior do dispositivo, corresponde também a seu funcionamento genealógico – o dispositivo pode sempre ser rearranjado, ter suas posições transformadas em uma nova organização. E, por fim, o dispositivo responde a algo, ele funciona para determinado fim, responde a uma demanda, principalmente dos jogos de poder e de saber.

No interior do dispositivo, nas relações entre suas partes componentes, há uma *sobredeterminação funcional*²⁵, a saber, as transformações e os deslocamentos no dispositivo, “positivo[s] ou negativo[s], desejado[s] ou não, [que] estabelece[m] uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige[m] uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente” (ibid). Dessa constante rearticulação e mudança podem sair efeitos inconscientes e indesejados, daí a necessidade do dispositivo em lidar com eles através do *preenchimento estratégico*. Esse preenchimento é a capacidade de resiliência de determinado dispositivo, capacidade de conseguir dar novos significados e uso aos efeitos laterais dos constantes rearranjos no interior do dispositivo, como ilustra Foucault:

A prisão funcionou como filtro, concentração, profissionalização, isolamento de um meio delinquente. A partir mais ou menos de 1830, assiste-se a uma reutilização imediata deste efeito involuntário e negativo em uma nova estratégia, que de certa forma ocupou o espaço vazio ou transformou o negativo em positivo: o meio delinquente passou a ser reutilizado com finalidades políticas e econômicas diversas (como a extração de um lucro do prazer, com a organização da prostituição). É isto que chamo de preenchimento estratégico do dispositivo. (ibid p.245)

Percebemos, destarte, o funcionamento dos dispositivos: em seu interior há sempre um jogo, uma disputa por sua organização atual²⁶. Essa disputa tenta recolocar os efeitos colaterais sob as necessidades de funcionamento do próprio dispositivo,

²⁴ Nessa mesma entrevista Foucault relaciona diretamente os dois termos. A episteme era antes a condição de possibilidade de determinados discursos possibilitados por determinados saberes, enquanto o dispositivo é possibilitado não apenas do âmbito discursivo e dos saberes. Como exemplo extra discursivo está a arquitetura prisional e a própria sexualidade. Assim, a episteme é qualificada por Foucault como um dispositivo exclusivamente discursivo: um dispositivo particular, portanto.

²⁵ A *sobredeterminação* é um termo que advém da psicanálise e, enquanto funcionamento, diz respeito a algo que é determinado por uma pluralidade de coisas e por isso não se poderia identificar uma única determinação simples, ou uma relação causal, por exemplo. (Roudinesco e Plon, 1998, p. 718)

²⁶ Chignola ressalta que a análise através dos dispositivos tenta recolocar a questão do histórico e do atual. A partir do conceito de dispositivo Foucault faz uso de suas arqueologias para traçar as linhas que chegam até o presente e em direção ao porvir. (Chignola, 2014)

atualizando-o. Assim, ele se transforma em sua tentativa de se manter. Há algo do funcionamento sincrônico do aparelho estruturalista, porém sua abertura e sua estratégia são demarcadas. Não há deduções lógicas a partir dos elementos do aparelho, mas constante rearranjo do dispositivo frente ao previsto e ao imprevisto.

Os dispositivos estão no emaranhado dos jogos do poder, constituem também um saber e uma subjetividade que lhes corresponda. A produção das subjetividades é resultado da ativação e reativação dos dispositivos, que têm “a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes.” (Agamben, op cit., p.13). Não há qualquer determinação total das subjetividades; elas podem escapar, movimentar-se, ultrapassar ou ficar aquém do dispositivo

Também aqui uma linha de subjetivação é um processo, uma produção de subjetividade num dispositivo: ela está para se fazer, na medida em que o dispositivo o deixe ou o faça possível. É uma linha de fuga. Escapa às linhas anteriores, escapa-lhes. O si-mesmo não é nem um saber nem um poder. É um processo de individuação que diz respeito a grupos ou pessoas, que escapa tanto às forças estabelecidas como aos saberes constituídos: uma espécie de mais-valia. Não é certo que todo dispositivo disponha de um processo semelhante. (Deleuze, 1990, n.p)

Os processos de subjetivação não se confundem com dimensão do poder, podendo lhe escapar, dobrar-se sobre si mesmo: “produções de subjetividade escapam dos poderes e dos saberes de um dispositivo para colocar-se sob os poderes e os saberes de outro, em outras formas ainda por nascer.” (ibid). Os dispositivos não determinam os sujeitos e as subjetividades, mas “reagem ou não reagem” a eles.

Tampouco são os dispositivos passivos: eles se ativam, estão ativados, possuem uma função e uma estratégia e são “instrumento[s] que t[ê]m a sua eficácia, os seus resultados, que produz[em] algo na sociedade, que est[ão] destinado[s] a ter um efeito. Não se limita[m] a informar o objecto de conhecimento: age[m] sobre os indivíduos e a sociedade” (Veyne, 2011, p.102).

Para Agamben (op cit), o conceito de dispositivo funciona como um conceito global na obra de Foucault, que possui um aspecto generalizador e pode ser aplicado a todas as coisas não viventes:

de um lado os seres viventes (ou as substâncias e de outro os dispositivos nos quais estes estão incessantemente capturados. De um lado, ou seja, para retomar a terminologia dos teólogos, a ontologia das criaturas e de outro a *oikonomia* dos dispositivos que tratam de governá-las e guiá-las para o bem. (ibid., p. 13)

Pensamos, porém, conforme Deleuze (1990) e Chignola (2014), que não há no pensamento foucaultiano espaço para conceitos globais ou universais. Os dispositivos são heterogêneos, como concorda o próprio Agamben, e depois reafirma Deleuze: o dispositivo só serve como ferramenta de recusa dos universais.

A primeira é o repúdio dos universais. Com efeito, o universal nada explica, é ele que deve ser explicado. Todas as linhas são linhas de variação, que não tem sequer coordenadas constantes. O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objeto, o sujeito não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação, processos iminentes a um dado dispositivo. E cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir, distintos dos que operam em outro dispositivo (Deleuze, 1990, s.p)

Mas se esses autores concordam nesse ponto, desdobram dele consequências bem diferentes. Agamben, ao descrever o termo como “global”, pensa eliminar o problema dos universais, porém, não nota que não existe o dispositivo em abstrato, e esse só pode aparecer em funcionamento (ibid). Isso pode ser conferido na própria trajetória das produções de Foucault, que recorreu aos procedimentos empíricos. Foucault não analisa em seus livros o dispositivo em si e nunca produziu uma teoria do dispositivo, o que ele faz é analisar os dispositivos de sexualidade, de vigilância e de punição, a arquitetura das prisões, os dispositivos de segurança, o nascimento da medicina social, o saber higienizado dos urbanistas e assim por diante. Sempre em sua especificidade, na atualidade dos jogos de força e na genealogia de sua constituição, o dispositivo não existe enquanto máquina global.

Decorre disso que não há um dispositivo superior aos outros, ou onde se concentra e de onde emane todo o poder e todo o saber próprio das tecnologias do poder do capitalismo. “No hay una relación (económica, política, de endeudamiento, de conocimiento) que pueda contener, totalizar y dominar a todas las otras”²⁷ (Lazzarato, 2013, p. 122)²⁸. A apreensão do dispositivo não pode conter-se em um ou outro aspecto do intrincado “novelo” que forma o dispositivo.

Agamben também percebe o dispositivo simplesmente no seu ato de captura e de organização, docilização dos corpos e dos indivíduos. Para ele vivemos um momento de ampliação da quantidade de dispositivos existentes, de capturas e de

²⁷ “Não há uma relação (económica, política, de dívida, de conhecimento) que possa conter, totalizar e dominar a todas as outras”. Tradução nossa.

²⁸ Todas as citações feitas em outros idiomas têm sua tradução apresentada em nota de rodapé, na sequência da citação e foram realizadas pelo autor deste texto.

sujeições. A multiplicação ampliada dos dispositivos e das sujeições forma subjetividades sem conteúdo, forma também indivíduos “dessubstancializados”: “As sociedades contemporâneas se apresentam assim como campos inertes atravessados por gigantescos processos de dessubjetivação que não correspondem a nenhuma subjetivação real” (Agamben, op cit., p.15).

O dispositivo, nessa perspectiva, fica diretamente associado às formas de governo que produzem sujeitos, nesse caso, mais como sujeitados do que como subjetividades: “O dispositivo é, na realidade, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e só enquanto tal é uma máquina de governo” (ibid.). Enquanto elemento negativo e máquina de governo o dispositivo promove o esvaziamento da vida, deve ser combatido e profanado. Pois, o dispositivo esvazia a política, causa a apatia e impossibilita a mudança. Dispositivo para Agamben é determinação, dessubstancialização e imobilidade.

Essa perspectiva não corresponde ao entendimento foucaultiano do poder. Foucault parte do princípio do poder enquanto produtividade: produtor de determinadas subjetividades que não podem ser puramente repressivas ou negativas (Foucault, 1987). Também não há espaço, nesse pensamento, para nos perguntarmos o que seria a subjetividade pura, aquela com real conteúdo. Isso porque o “sujeito é resultado de uma série e aciona outras séries possíveis. Ele mesmo é um dispositivo, porque se conecta e aciona outras multiplicidades e forças” (Chignola, op cit., p.9). Também, porque as técnicas atuais do poder operam para sua maior eficiência e melhor funcionamento, incitando desejos e produzindo subjetividades antes de reprimir ou esvaziar.

Enquanto funcionamento e estratégia os dispositivos não podem possuir o caráter intrínseco dessa negatividade proposta por Agamben. Eles são apenas a rede que liga os elementos de determinados jogos de força, não possuem um caráter próprio. Também é importante lembrar que por operarem no espaço do poder os dispositivos devem também ser ativados e reativados pelos contra-poderes, pelas resistências. O poder não existe por si, ele só existe em funcionamento e só é percebido através do que opera contra ele: não há estabilização total ou determinação negativa totalitária possível que colocaria fim aos sujeitos. As subjetividades estão sempre

escapando aos dispositivos, mas isso não necessariamente se desdobra no fim das relações de poder e no desmembramento dos dispositivos, muitas vezes isso apenas resulta em novo preenchimento, uma nova organização do elemento imprevisto, absorvido e funcionalizado de acordo com a função estratégica do dispositivo (Deleuze, 1990).

2.2 Biopolítica e poder sobre a vida

O termo biopolítica não foi inaugurado por Foucault. Trata-se, na verdade, de um termo resgatado por ele que, de acordo com Esposito (2010) e Lemke (2011), provém da tradição organicista do início do século XX, e tem como principal característica a identificação do Estado com um corpo vivo, um organismo. Diferindo da tradição moderna contratualista, os primeiros teóricos da biopolítica²⁹ frisaram que o Estado não é a forma de superação da natureza, para sua autopreservação e para a dominação daquela, mas sim sua forma contígua. A política deixa de ser a negação da natureza para apresentar-se como “a continuação [da natureza] num outro nível e, portanto, destinado a incorporar e reproduzir os respectivos caracteres originários”. Proposta de contiguidade entre natureza e política, e, para Esposito, uma naturalização da política (op cit).

Os desdobramentos mais importantes desse pensamento, para o início do século XX, consequências do organicismo, são os fundamentos de uma medicina de Estado. Entendido como um ser vivo, o Estado pode estar doente, morrer e degenerar. Fixação parasitológica, que é formulada principalmente no interior dos Estados germânicos (para os Estados germânicos) e com conteúdo profundamente racista, que alguns anos mais tarde será utilizado como fundamento do eugenismo social do nazismo alemão. A biopolítica, nessa primeira formulação, se apresenta como uma fisiologia, uma patologia e uma medicina da sociedade e do Estado. “Porque, por um lado, a biopolítica tem a missão de reconhecer os riscos orgânicos que infestam o corpo político e, por outro, a de identificar, e predispor, os mecanismos de defesa que lhes fazem frente, também eles radicados no mesmo terreno biológico”(p.36). Essa intervenção biopolítica do início do séc. XX tem a

²⁹ O termo em si fora utilizado pela primeira vez por um dos fundadores da geopolítica, Kjellen. Porém, esse autor já vem de uma tradição germânica que estudava a vida, em sentido biológico, dos Estados, principalmente dos Estados germânicos.

característica de “uma política construída diretamente sobre o *bios* [que] arrisca-se sempre a sobrepor violentamente o *bios* à política” (ibid, p.37).

Após a segunda guerra essa primeira formulação da biopolítica caiu em desuso e foi substituída, já na metade dos anos 1960, por uma versão norte-americana de tendência naturalista. Os novos teóricos da biopolítica, também anteriores a Foucault, entenderam a política como determinada pelos aspectos naturais comuns aos seres humanos enquanto seres vivos.

O que daí emerge [...] é uma relevante deslocação categorial relativamente à linha mestra da filosofia política moderna. Enquanto essa assume a natureza como problema a resolver, ou obstáculo a ultrapassar, por meio da instituição da ordem política, a biopolítica americana vê nela a sua própria condição de existência: não só origem genética e matéria-prima, mas também única referência reguladora. Em vez de poder dominá-la ou conformá-la aos seus fins, a política, pelo contrário, é que resulta informada por ela de maneira que não deixa espaço para outras possibilidades construtivas (ibid p.41)

Desse entendimento surge a aplicação dos termos da biologia para a compreensão dos fenômenos políticos, principalmente de tipo comportamental. Essa utilização não pode deixar de ser comparada com uma vertente do velho darwinismo social. Práticas agressivas e cooperativas da organização social, como a guerra e a concorrência, por exemplo, são explicadas a partir dos fundamentos evolutivos. Como determinadora de todos os fenômenos humanos, a evolução parece como funcionamento a-histórico, que prescreve a vontade e o comportamento dos humanos. Não há como escapar a essa determinação natural, “[r]econduzida ao seu fundo natural, a política fica presa no torno da biologia sem possibilidade de réplica” (ibid. 44).

Diferentemente dos usos apresentados aqui, mas ainda concernente a eles, Foucault apresentou outra configuração, novos usos e novas estratégias para o conceito de biopolítica. Até mesmo no interior de sua obra esses usos foram variados, ampliados e nunca esgotados. Por isso, seguimos com Lemke (2011) a interpretação de que podemos perceber três momentos distintos do que o filósofo francês entende por biopolítica.

O primeiro aparecimento do conceito de biopolítica aparece em um texto de 1970, intitulado *O Nascimento da Medicina Social* (Foucault, 1998). Nesse texto Foucault pretende mostrar como a questão do cuidado médico e da saúde no capitalismo não

se restringe apenas a uma questão de mercado, ainda que se relacione a isso. Para ele, trata-se de uma questão mais ampla e que revela aspectos fundamentais do funcionamento da sociedade moderna, de seu “limiar biológico”. A partir da crítica da noção da medicina moderna como uma medicina individualista, focada na relação médico-paciente, o autor mostra que o nascimento da medicina foi produzido por processos de grande socialização desse saber e dessa prática.

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política. (1998, p. 80)

Por meio do caso específico da medicina, como sempre por seus objetos empíricos, pelos dispositivos, Foucault vai tentar desenhar a relação do corpo, em seu aspecto biológico, com o capitalismo, através da medicina. Para isso, ele divide o processo de nascimento da medicina social em três momentos cronologicamente ordenados.

Primeiro, o surgimento nos Estados germânicos, tomados por Foucault como as primeiras formas de Estado moderno, uma medicina social de Estado correlata do contexto político e econômico do mercantilismo, no qual a preocupação com a população enquanto quantidade e qualidade tornavam-se central para a riqueza de um Estado. Essa medicina era formada por um saber e uma prática sobre a população, com a intenção de intervir e majorar sua força. A medicina de Estado produziu a primeira normalização da prática médica e de saber da medicina social, sendo anterior à normalização do paciente. Dessa medicina, desenvolveram-se a regulação, o controle e a padronização do saber e do poder médico, com a criação da corporação médica, por exemplo. Esse novo sistema complexo de saberes produziu o monitoramento e controle das endemias e pandemias através da incorporação dos médicos como funcionários de Estado, de sua distribuição pelo território e de sua responsabilização por determinadas parcelas da população. Essas práticas laterais foram centralizadas e organizadas a partir de um quadro administrativo de Estado, numa espécie de polícia³⁰ da saúde, que, hierarquizada e

³⁰ Diferente do uso atual da palavra, o que Foucault entende por política se remonta a instituição Estatal responsável pela produção de saber sobre a população, responsável por sua vigilância

regulada, pôde intervir diretamente sobre a saúde da população. Nessa primeira formulação da medicina, admite Foucault, há a importância da questão econômica, mas, para além disso, tratava-se também de uma questão de força de Estado: economia e guerra, produção e política justificam lado a lado essa preocupação e esse novo saber.

O segundo momento da construção biopolítica da medicina, Foucault localiza no surgimento de práticas médicas urbanas, relativas à tentativa francesa de transformação e controle dos processos de urbanização anteriores à revolução francesa. Ele parte da necessidade de organização da cidade como espaço de produção e de circulação das mercadorias produzidas e da decorrência política de uma ampliação da tensão política existente, deslocada para uma tensão entre burguesia e proletários que levou a primeira a perceber os segundos como uma classe perigosa.

Nesse ambiente a medicina francesa urbana, principalmente parisiense, resgatou o antigo método da quarentena para reorganizá-lo e dar-lhe novo sentido e função. Essa prática não se tratou apenas de isolamento social para prevenção dessa ou daquela epidemia, pois do isolamento surgiram formas de controle, individualização e esquadramento da população urbana que foram desenvolvidas a partir de todo um sistema de esquadramento da cidade, de divisão de seus bairros e regiões, de fiscalização e vigilância dos doentes de casa em casa. Portanto, toda uma prática, toda uma nova forma de saber sobre a população e sua saúde. Foucault mostra a ruptura com o antigo modelo médico-político da exclusão:

Tem-se, portanto, o velho esquema médico da reação à lepra que é de exclusão, de exílio, de forma religiosa, de purificação da cidade, de bode expiatório. E o esquema suscitado pela peste; não mais a exclusão, mas o internamento; não mais o agrupamento no exterior da cidade, mas, ao contrário, a análise minuciosa da cidade, a análise individualizante, o registro permanente; não mais um modelo religioso, mas militar. É a revista militar e não a purificação religiosa que serve, fundamentalmente, de modelo longínquo para esta organização político-médica. (ibid., p. 89)

A função principal dessa nova medicina urbana é o esquadramento da cidade, desagregação dos indivíduos aglomerados e o isolamento da turba. Separação e registro individual que se valia da estatística, do aparato militar e do conhecimento biológico como bases desse dispositivo.

constante e relacionada uma arte de governar a vida dos humanos de acordo com uma razão de Estado moderna. (Foucault, 1998 e 2008a)

Para além da população, a medicina urbana produziu saberes e constituiu intervenções no corpo da cidade, em suas avenidas, habitações e construções; a teoria médica do miasma justificou a abertura de vias e a derrubada de casas insalubres³¹, por exemplo. Foucault destaca a importância das discussões em torno da saúde urbana até mesmo para a sacra questão da propriedade privada. O autor nos mostra que nesse período a discussão sobre a propriedade subterrânea foi ocupada pelo discurso médico, por parte da própria burguesia. Para controlar os perigos sanitários, e garantir a circulação de água, a higiene dos poços e acabar com a insalubridade das caves subterrâneas, a burguesia francesa optou, ainda que contrária à sua cega defesa da propriedade privada, pela propriedade estatal do subterrâneo por motivos médicos.

O terceiro e último momento da criação da medicina social ocorreu na Inglaterra e relaciona-se ao desenvolvimento ampliado de um proletariado industrial. Ali, a prática médica se desenvolveu primeiro a partir da relação entre médico e paciente. Mas longe de um motivo individualista essa prática foi estabelecida por uma lei (*Poor law*), que dava acessibilidade dos pobres aos médicos, através de uma medicina barata que acompanhava também uma regulação autoritária sobre a saúde dos pobres, de controle de sua saúde, para que as doenças não se espalhassem pelas cidades. Esse novo sistema de saúde inglês promovia o controle direto de vacinação, registro de pandemias e doenças perigosas; localizava e agia sobre locais insalubres e perigosos.

De maneira geral, pode-se dizer que, diferentemente da medicina urbana francesa e da medicina de Estado da Alemanha do século XVIII, aparece, no século XIX e sobretudo na Inglaterra, uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas. (Foucault, 1998, p. 97)

No interior dessa nova realidade e dessa nova estratégia biopolítica Foucault apresenta um saber e uma prática que não serão exclusivamente disciplinares. Elas não atuam prioritariamente sobre o corpo do indivíduo, mas na pluralidade dos corpos e em seu funcionamento múltiplo, que Foucault identifica na população. A

³¹ A criação do conceito de salubridade aplicado ao sanitarismo e à higiene também são datados desse momento de higienização urbana. (Foucault, 1998)

população é esse emaranhado de corpos que possui uma coesão própria que deve ser observada e que pode sofrer intervenção e ser governada. Para além de um conhecimento típico da disciplina dos corpos, essa nova prática se instala num majoramento social de todos os corpos e de sua multiplicidade. Nesses procedimentos, a biopolítica se dá por meio de operações médico-políticas. Foucault está tentando apontar para como todo um saber ligado à vida e à saúde da população está profundamente envolvido em opções táticas e estratégias políticas. Assim, diferenciando-se dos primeiros usos do conceito de biopolítica apresentados pelos teóricos do Estado médico e do Estado organicista, aqueles da naturalização da política, Foucault aponta para uma entrada da vida, enquanto fator biológico, nas preocupações do governo dos humanos, portanto, da política. Essa preocupação, que ele declara ser um traço distintivo dos modernos e ser tão importante a ponto de poder posicionar-se, ainda que momentaneamente, contra a propriedade privada, será mais bem sistematizada em outra pesquisa de Foucault.

É em *A História da Sexualidade: A Vontade de Saber* que Foucault dedica todo um capítulo para essa nova tecnologia de poder. Ele faz duas aproximações ao conceito: a primeira identificando o “limiar biológico da modernidade”, seu funcionamento e suas práticas. A segunda, a partir do dispositivo da sexualidade, tenta qualificar alguns dos procedimentos empíricos do que, para ele, nesse momento, é o mais importante dispositivo da tecnologia biopolítica do poder.

Como já dito anteriormente, não é costume de Foucault fazer análises abstratas das relações de poder e de suas práticas³². Portanto, não se trata tanto da biopolítica em geral, mas de como essa tecnologia geral de poder afeta essa ou aquela prática, produz esse ou aquele saber. Por isso, nesse livro, Foucault se detém mais demoradamente em como a biopolítica se distingue da tecnologia anterior de poder, o poder soberano. Para ele, esse último é aquele precedente à modernidade, mas ainda presente, que opera principalmente pela lei e tem no império e no príncipe uma forma centralizada de poder. As formas de seu exercício eram formas

³² Bourdieu e Eagleton (1996) promovem uma crítica equivocada de Foucault dizendo que esse elabora uma teoria demasiado abstrata do poder. Entretanto, como afirma o próprio autor e vários de seus intérpretes (Deleuze, Lemke) não há qualquer teoria, muito menos abstrata, do poder e sim uma analítica de determinado dispositivo ou prática, na qual há uma importância redobrada da parte empírica e uma esquivia da universalização da crítica e da teoria.

excludentes e subtrativas que operavam pelo “direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e finalmente da vida; culmina com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (Foucault, 2007, p.147). Tratava-se de um poder que tinha como forma de intervenção sobre a vida apenas, e pontualmente, fazer e deixar viver. (ibid.)

Foucault observa que a tecnologia geral do poder, na modernidade, “conheceu uma transformação muito profunda desses mecanismos de poder” (p. 148). A partir da produção de um saber sobre a vida e sobre o corpo, o sujeito de direito, o sujeito do contrato (sujeitado e subjetivado pelo poder soberano) foi deslocado para uma forma biológica de sujeito, por uma forma corpórea, biológica e material³³. Os cálculos e intervenções do poder passaram a ser realizados sobre os corpos em sua realidade biológica; podemos “falar de biopolítica para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (ibid.). Intervém-se agora “[n]o corpo, [n]a saúde, [n]as maneiras de se alimentar e de morar, [n]as condições de vida, [em] todo o espaço da existência (p. 156).

Foucault discerne duas formas principais no interior dessa tecnologia de poder. Essas não são excludentes, muito menos sucessórias, mas organizadas e combinadas entre si. A primeira, ele denomina anátomo-política, e diz respeito a todos aqueles mecanismos, dispositivos e instituições que conferem ao corpo uma prática ótima, a partir da disciplina, da vigilância e da punição. Enquanto o segundo é o que também recebia o nome de biopolítica e está ligado aos processos regulatórios da população, da normatização e do controle.

³³ Para Esposito o corpo como o objeto do poder vem de Nietzsche e de sua crítica ao idealismo e racionalismo da filosofia europeia moderna: “Também o realce central atribuído ao corpo, contra os seus ‘detratores’, se reconduz à especificidade - no sentido também de espécie - do léxico biopolítico. Há naturalmente uma polêmica geral em relação a uma tradição filosófica espiritualista ou abstractamente racionalista. Lembrar que a razão - como a alma - é parte integrante de um organismo que tem no corpo sua única expressão tem um peso não indiferente na desconstrução das mais influentes categorias metafísicas. Mas reler toda a história através do “fio condutor do corpo” é uma opção que não pode ser realmente compreendida fora de um determinado léxico biopolítico. É certo que o uso de uma terminologia fisiológica no âmbito político está longe de ser inédito. E, no entanto, a novidade absoluta do texto nietzschiano está na transferência da relação entre Estado e corpo do plano clássico da analogia, ou da metáfora, para o da realidade efetiva: não há política a não ser a dos corpos, sobre os corpos, através dos corpos. Neste sentido bem se pode dizer que a fisiologia - que em Nietzsche nunca está separada da psicologia - seja a própria matéria da política.” (Esposito, p. 124)

Um dos polos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistema de controle eficazes e econômicos - tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, como todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controle reguladores: uma bio-política da população. (Foucault, 2007, p. 151-2)

De acordo com Lemke, cada uma dessas linhas define a outra. Primeiro, porque de antemão Foucault recusa a preexistência do indivíduo e do corpo individual: ele é formado pela disciplina, pela individuação, coerção e produção dos corpos separados, proveniente da multiplicidade. Segundo, porque o conjunto pressupõe a somatória das presenças, pressupõe a relação dos indivíduos numa situação de combinação dos corpos na forma da população. Depois, porque historicamente esses aparelhos vão se misturar e se organizar:

[T]he distinction between the two political technologies cannot be maintained for historical reasons. For example, the police in the 18th century operated as a disciplinary apparatus and as a state apparatus. State regulation in the 19th century relied on a range of institutions in civic society, such as insurance, medical-hygienic institutions, mutual aid associations, philanthropic societies, and so on. In the course of the 19th century it is possible to observe alliances between the two types of power that Foucault describes as “apparatuses” (dispositifs). (Lemke, 2011, p. 38)³⁴

Foucault, a princípio, apontou o dispositivo de sexualidade como o principal articulador dessas duas tecnologias do poder. É por isso que ele dedica todo um livro para a história da sexualidade, “que se encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida” (Foucault, 2007, p. 158). Porém, mais tarde, ampliou a possibilidade crítica do conceito afastando-o desse desenvolvimento ainda preso ao corpo do indivíduo e tributário das formas institucionais da disciplina que ele havia desenvolvido em *História da Sexualidade e Vigiar e Punir* (Lemke, 2011)

³⁴ Por razões históricas a distinção entre as duas tecnologias políticas não pode ser mantida. Por exemplo, a polícia do século XVIII operava como um aparelho disciplinar e como um aparelho de Estado. A regulação do Estado no século XIX se apoiou em uma variedade de instituições da sociedade civil, como segurados, instituições médicas e higienistas, sociedades de ajuda mútua, sociedades filantrópicas e assim por diante. No século XIX é possível observar alianças entre os dois tipos de poder que Foucault descreve como aparatos (dispositivos).

Essa mudança do conceito, operada em *O Nascimento da Biopolítica* (Foucault, 2008b), deslocou a discussão do corpo enquanto organismo vivo, do corpo do paciente e do saber médico-político, para uma análise crítica das questões econômicas da biopolítica. Principalmente a partir de uma análise da governamentalidade liberal e neoliberal, e da relação necessária entre essa tecnologia de poder e as artes de governar do capitalismo:

Procurarei lhes mostrar como todos os problemas que procuro identificar atualmente, como todos esses problemas têm como núcleo central claro, esse algo que se chama população. Por conseguinte, e a partir daí que algo como a biopolítica poderá se formar. Parece-me, contudo, que a análise da biopolítica só poderá ser feita quando se compreender o regime geral dessa razão governamental de que lhes falo, esse regime geral que podemos chamar de questão de verdade - antes de mais nada da verdade econômica no interior da razão governamental -, e, por conseguinte, se compreender bem o que está em causa nesse regime que é o liberalismo, o qual se opõe à razão de Estado, ou antes, [a] modifica fundamentalmente sem talvez questionar seus fundamentos. Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica. (Foucault, 2008b, p. 30)

As discussões sobre esse momento do pensamento de Foucault em relação à biopolítica ainda estão em aberto e constituem atualmente um campo de disputa, pois Foucault mesmo não chegou a desenvolver o tema completamente nesse seu último curso sobre o liberalismo e o neoliberalismo. Em *O Nascimento da Biopolítica* o autor permanece nas temáticas da governamentalidade liberal e neoliberal deixando a questão da biopolítica como plano de fundo.

Uma das principais articulações que conectam biopolítica, liberalismo e neoliberalismo está em torno da problemática da natureza da verdade e do conhecimento nas artes de governar do liberalismo e do neoliberalismo. Para os primeiros economistas políticos, há uma natureza própria das práticas governamentais e da arte de governar, e exercer o governo é conhecer e operar através dessas leis – de uma natureza própria e de um funcionamento que não é mais aquele da jurisdição soberana, que discriminava entre o que é permitido e o que não é permitido. Nessa concepção, as práticas e as reflexões sobre o governo da população são feitas internamente, a partir “da ordem natural das coisas” (Lemke, 2011). Assim, o raciocínio econômico seria a forma de compreender as formas normais e o funcionamento próprio da população e do mercado para governar da melhor maneira possível. (Foucault, 2008b)

Toda essa discussão em torno do conceito de biopolítica, em seu vínculo com as artes de governar contemporâneas, relaciona-se com o conceito de governamentalidade. E a biopolítica, apesar de sua centralidade no pensamento genealógico de Foucault, fixou-se como uma “constelação distinta e dinâmica” que deve ser utilizada a partir da analítica de procedimentos empíricos. Boa parte dessa discussão também foi transladada para o campo da governamentalidade, como veremos a seguir.³⁵

2.3 Governamentalidade e neoliberalismo

Vários autores argumentam que o entendimento da dívida na contemporaneidade deve ser articulado com a atual organização econômica e governamental do capitalismo. Partindo dos cursos lecionados por Foucault no final dos anos 1970, autores como Lazzarato (2013), Wacquant (2012), Dardot e Laval (2016) partem do neoliberalismo como a forma de organização social (econômica, moral, política e subjetiva) que dá respaldo às formas financeirizadas das relações sociais e das relações de dívida, especificamente (Lazzarato, 2013 e 2014).

Diferentemente dos discursos que trabalham o neoliberalismo como uma forma posterior ao liberalismo clássico, ou simplesmente um retorno a esse, depois de alguns anos de keynesianismo, os teóricos alinhados às perspectivas foucaultianas entendem o neoliberalismo como uma arte de governar³⁶. Não se trata mais de reintroduzir formas históricas antigas, mas de perceber todas as nuances, acidentes e disputas travadas para constituir o neoliberalismo. Problema político, sem dúvida, mas atrelado às questões econômicas que entremeiam a política.

o problema do neoliberalismo é, ao contrário, saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado. Não se trata, portanto, de liberar um espaço vazio, mas de relacionar, de referir, projetar numa arte geral de governar, os princípios formais de uma economia de mercado (Foucault, 2008b p.181)

Ora, a análise foucaultiana não rejeita de forma alguma a questão do mercado e do capitalismo. Elas são grade de inteligibilidade para esse problema que foi colocado

³⁵ Não é consenso que governamentalidade e biopolítica constituam conceitos interligados e fundamentais um ao outro. Dardot e Laval, que são, atualmente, importantes figuras que dão continuidade à crítica foucaultiana, se recusam a utilizar o conceito de biopolítica, valendo-se apenas do conceito de governamentalidade.

³⁶ A arte de governar é o nome que Foucault dá a essas práticas, discursos que formarão um saber sobre o governo dos indivíduos, das riquezas (a economia), e do Estado, norteados, principalmente, pelo saber econômico integrado ao saber político (2008a, p. 126)

ao poder nos anos 70 e que não poderia ser dissociado também da crise da própria economia de mercado. Está clara a indexação dos dois problemas: economia de mercado e arte de governar. As implicações dessa junção são a governamentalidade³⁷ própria do neoliberalismo, ruptura com a antiga arte de governar liberal.

A governamentalidade é, para Foucault, a organização do governo dos homens e das coisas; a tecnologia geral do poder³⁸ que vai se instalar a partir do séc. XVIII em todo o Ocidente. Tecnologia que sucede e se aglutina ao poder soberano e ao poder disciplinar. Ele resume da seguinte maneira o que é governamentalidade:

o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” também é “a linha de força, que em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de governo sobre todos os outros - soberania, disciplina, e que trouxe por um lado o desenvolvimento de toda uma série de aparelho específico de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por governamentalidade, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de Justiça da Idade Média [...] se tornou estado administrativo e pouco a pouco governamentalização” (Foucault, 2008a, p 143-144)

Diferentemente do poder soberano, transcendente e externo ao seu território e aos seus súditos, a governamentalidade propõe que existem outras formas de governar. Há uma multiplicidade de governos e de governantes no interior do território e para a população: há o governo da família, governo de si, governo do Estado (economia, moral e política); diferindo-se da unidade do poder soberano. Tudo isso baseada em uma literatura que produziu uma arte de governar racionalizada a partir da introdução de uma administração econômica da vida (da moral, da política e da economia). O problema do governo, diferentemente da soberania, só surge com a economia, parte da economia para se realizar, e se realiza pela integração dos saberes políticos aos saberes econômicos. O governo não é apenas a bondade e a justiça do príncipe. Governar possui uma série de finalidades táticas e ótimas.

³⁷ Esse neologismo foucaultiano, *gouvernementalité* no original, de acordo com Lemke (2001) surge do acoplamento das palavras governar (*gouverner*) e mentalidade (*mentalité* – em inglês *modes of thought*). Lemke sugere que esse termo tenta mostrar o acoplamento, no interior das tecnologias de poder, das formas de saber com as técnicas de poder.

³⁸ O termo tecnologia geral de poder remete aos recortes organizados por Foucault que agrupam diversas tecnologias particulares de poder. São eles o poder soberano, o poder disciplinar, o poder governamental e por fim, o biopolítico.

Visa-se a intensificação das atividades da população, do uso do território, da produção de riqueza e da disposição das “coisas”³⁹ (ibid.).

Essa nova arte de governar constitui um estatuto de verdade a partir da população e da economia, construindo-os como níveis de realidade próprios. A população é o objeto que substitui a família como principal preocupação da ciência econômica; e a forma de conhecimento e intervenção desse novo objeto é a estatística, através das tendências, das normalizações, do nível de realidade e de apreensão de realidade próprios da ciência do Estado - e principalmente, através dos efeitos econômicos dos fenômenos sobre a população. É o desenvolvimento da população o fim ótimo dos discursos e das práticas de governo. A população é, destarte, um objeto e um objetivo no interior da economia política. Aparece como o objeto dos dispositivos, “considerada como um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural” (ibid., p.92). Comportamento natural que não passa incólume aos dispositivos de segurança, “pelo fato da população [ser] perpetuamente acessível a agentes e a técnicas de transformação, contanto que esses agentes e essas técnicas de transformação sejam ao mesmo tempo esclarecidos, refletidos, analíticos, calculados, calculadores” (ibid., p. 94).

Os dispositivos de segurança, parte fundamental da governamentalidade liberal e neoliberal, produzem a normalização da sociedade. Diferente do modelo do poder soberano, a governamentalidade entende os processos sociais não pelas definições da lei ou do Estado, mas por seu funcionamento próprio. O entendimento dos processos para o governo das populações é definido pelas regulações e normalizações que são próprias dos fenômenos, “mas no modo da quantificação, do racional e do identificável, de coletivizar os fenômenos, de integrar no interior de um campo coletivo os fenômenos individuais”. É a partir dessa racionalização que se definirão as técnicas e táticas de ação sobre as populações e sobre as coisas através dos dispositivos de segurança (Foucault, 2008b pg. 79).

Na governamentalidade a economia política é a grade de inteligibilidade, de verificação, da realidade isolada que é a economia e que é, também, o mercado. Essa

³⁹ Foucault utiliza o termo “coisas” entendendo-o como a imbricação do homem com as riquezas e com os objetos

realidade própria está baseada nas teorias de preço-valor produzidas pelos economistas políticos que identificaram no mercado um caráter próprio, uma natureza particular, exprimida pelos preços. “o mecanismo natural do mercado e a formação de um preço natural é que vão permitir [...] falsificar ou verificar a prática governamental” (ibid., p.45). A realidade própria e seu funcionamento ótimo passam a ser a base real a partir da qual se poderá comparar as boas e más decisões, a *agenda* e a *non-agenda*. Essa nova economia, que não mais se refere à família⁴⁰, será o saber responsável pela intervenção ou permissão aos processos referentes à população, ao território e às coisas, principalmente do ponto de vista do Estado.

Com o porém de que, o Estado, para Foucault, é uma instituição dispersa e fragmentada, e ele procura explicá-lo não como o poder central de onde emanam outros poderes. O Estado é descentralizado e se apoia em uma rede de poderes; não possui uma gênese própria, um único funcionamento. Assim, dizer que a economia política é um saber de Estado (por isso sua relação com a estatística) é entender que ela vai permear, ainda que lateralmente, os diversos dispositivos que constituem a tecnologia geral do poder, mas que produzem elas próprias seus circuitos inferiores de poder; uma microfísica do poder. (Foucault, 2008a). Por isso, Foucault não parte do Estado para explicar o funcionamento das prisões, mas parte das prisões para mostrar como as técnicas e tecnologias produzidas nessa instituição particular se desdobram e repercutem em toda a sociedade, atravessando o Estado (Foucault, 1987 e 2008a). Assim, os saberes produzidos pelos neoliberais, e suas práticas, ainda que pareçam formuladas nessa ou naquela instituição, modificam outros campos, outros dispositivos. Um exemplo disso, ainda no caso das prisões, é a mudança de paradigma na análise do delinquente e do crime levada a cabo pela verificação neoliberal.

Foucault (1987) produziu uma genealogia da prisão e das disciplinas no interior da sociedade no limiar da modernidade. Ali, ele percebe que todos os saberes relativos ao preso, ao delinquente provém de uma determinada sociologia e psicologia do criminoso. Os saberes penais procuravam entender quais os meios que produziam

⁴⁰ Foucault (2008^a) nota que até o limiar do séc. XVII os verbetes e o uso da palavra economia referiam-se, principalmente, à administração da família pelo pai e não possui esse nível de realidade própria que hoje lhe conferimos.

determinada tendência ao crime, enquanto uma psicologia tentava atribuir à delinquência as características psicológicas do sujeito criminoso. O crime era um problema psicológico e sociológico que deveria ser combatido, punido e impedido independente dos esforços, dos custos. A análise neoliberal vai transformar esse dispositivo afirmando que a delinquência e o crime são, na verdade, problemas econômicos. O que importa não são as origens sociais ou psíquicas do impulso criminoso ou do caráter do delinquente, mas uma análise do custo-benefício ou risco-lucro do crime. O delinquente passa a ser visto, assim como o ator econômico, como um sujeito racional – ele calcula, mede e chega a uma conclusão se determinado crime, se determinada punição vale a pena face a determinado crime. A pena não se torna mais um processo pedagógico de reinserção e readaptação às normas sociais, ela é apenas um risco que deve ser maior que o lucro do crime para que o crime não valha a pena, não tenha compensação suficiente. Outra mudança é a perspectiva de que o crime não deve ser combatido exaustivamente, é necessário apenas que se combata a maior parte dos crimes com um menor custo possível – a extirpação total da criminalidade seria um esforço e um custo tão grande ao Estado que não é razoável que seja levada a cabo. Esse desvio de tema vem nos mostrar o seguinte: os saberes constituídos por determinados dispositivos atravessam lateralmente outras formas de saberes e tecnologias de poder. O saber penal e a tecnologia de poder da prisão foram também atravessadas pelos novos regimes de verdade da racionalidade neoliberal. Aquilo que não pertencia propriamente ao campo econômico e que, no caso da prisão, tem um papel fundamental nas sociedades modernas, foi modificado por novas técnicas de poder e novas epistemes. Há uma transversalidade que não permite a centralização da análise e que aponta para a dispersão das linhas no interior dos dispositivos. O neoliberalismo é uma tecnologia geral do poder que se difundiu nos diversos dispositivos que constituem a governamentalidade.

A principal diferença do liberalismo clássico para o novo liberalismo, que surgiu como renovação da governamentalidade em crise no pós-guerra, é o abandono da concepção jusnaturalista do mercado e da economia. Os novos liberais compreenderam que o mercado possui leis que são leis institucionais e que não ocorrem pelo simples *laissez-faire*. Trata-se do contrário: o que os neoliberais

compreenderam é que o mercado funciona a partir de um quadro institucional sólido que faça as intervenções corretas para garantir seu funcionamento ótimo. Não se trata mais de não intervir, ou de intervir maciçamente como no governo keynesiano. Trata-se de garantir o número preciso e ideal de intervenções e de regras. Disso decorre a necessidade teórica e prática do Estado, pelo menos por parte da tendência ordoliberal⁴¹ (Dardot e Laval, 2016 e Foucault 2008b).

O vazio deixado pela ideia do funcionamento automático e natural do mercado foi preenchido pelos neoliberais por uma teoria da concorrência. Essa seria, tanto para os ordoliberais quanto para os neoliberais norte-americanos, a força motriz do mercado. O concorrencialismo aparece como eixo balizador das definições das intervenções. Toda intervenção deve ser levada a cabo para garantir o funcionamento ótimo, maximizado, da concorrência.

A concorrência pura deve ser e não pode ser senão um objetivo, um objetivo que supõe, por conseguinte, uma política infinitamente ativa. [...] Não haverá jogo do mercado, que se deve deixar livre, e, depois, a área em que o Estado começará a intervir, já que precisamente o mercado, ou antes, a concorrência pura, que é a própria essência do mercado, só pode aparecer se for produzida, e produzida por uma governamentalidade ativa. Vai-se ter, portanto, uma espécie de justaposição total dos mecanismos de mercado indexados à concorrência e da política governamental. O governo deve acompanhar de ponta a ponta uma economia de mercado. A economia de mercado não subtrai algo do governo. Ao contrário, ela indica, ela constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais. É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado. (Foucault, 2008b p. 164-5)

Essa vigilância infinita e esse projeto extensivo de manutenção e criação do mercado movido pela concorrência implica uma mobilização geral dos quadros institucionais e dos sujeitos para que o constructo do mercado, e de seus fundamentos, se efetivem. O neoliberalismo é, portanto, uma prática e um projeto governamental que pretende fundar os quadros necessários para um funcionamento ótimo de mercado a partir dos conhecimentos da economia política – e a partir de proposições historicamente datadas, particulares (Dardot e Laval).

⁴¹ Foucault distingue duas principais formas de neoliberalismo, duas principais tendências na problemática neoliberal. A primeira, de origem alemã, conhecida como ordoliberalismo, entendia o Estado como fundante dos jogos de mercado e da economia, abandonaram o jusnaturalismo do velho liberalismo para defender o Estado como o garante das regras da economia e do mercado. Enquanto a outra vertente, austro-americana, desenvolveu certa “fobia do Estado”, agarrando-se de certa maneira ao *laissez-faire* e rejeitando o papel do Estado como regulador das regras - daí desenvolveu-se a tendência anarcocapitalista. (Foucault, 2008b)

Esse projeto não se remete apenas ao Estado, como a própria prática neoliberal aponta⁴², mas também à formação de indivíduos econômicos que saibam relacionar-se com essa forma social historicamente constituída e eticamente defendida. Para que funcionem na nova proposta de norma social, os indivíduos serão analisados e produzidos pela mesma grade de inteligibilidade do neoliberalismo: a economia. Foucault, e posteriormente Dardot e Laval com maior ênfase, vão argumentar que a forma econômica do sujeito neoliberal é a forma da empresa. É essa forma que permite integrar os indivíduos ao mercado, tanto fazendo-os parecer como empresas, quanto propondo a inteligibilidade de outras esferas da vida, antes não pertencentes ao mercado, pela veridificação da economia política. No primeiro caso, desenvolve-se a teoria do sujeito-empresa como *homo oeconomicus*. O trabalho aparece, nessa perspectiva, como uma fonte de renda, um retorno do investimento de si – o sujeito torna-se um capital humano. No segundo caso, as análises, a racionalidade da família, da vida pessoal são passadas pelo “ralador” do cálculo racional – o sujeito torna-se, por excelência, um sujeito racionalizante que opera para ter maiores ganhos, maiores vantagens. (Foucault, 2008b e Dardot e Laval, 2016)

Uma questão ausente na crítica de Foucault, e talvez, historicamente desencadeada após a sua morte, é o atravessamento das questões levantadas por ele sobre o neoliberalismo com o desenvolvimento efetivo das finanças na produção econômica, na governamentalidade e na produção de subjetividades. Os textos foucaultianos partem ainda da organização ordoliberal europeia e do neoliberalismo com a cara de Thatcher e Reagan dos anos 1970 – nos quais o aparato industrial do pós-guerra, e as organizações decorrentes dele, estavam bastante presentes. O novo marco para pensar o neoliberalismo e sua radicalização presente é, para Lazzarato, os anos 1970 e a ampliação da finança tanto nas esferas decisórias de governo quanto nas vidas individuais via subjetividade ou no cotidiano.

⁴² Dardot e Laval apontam para a quantidade de organizações e *think tanks* que desde a fundação do neoliberalismo após o colóquio Walter Lippman (1945) difundem e defendem as formas de pensar e agir propostas pelos neoliberais; das ONGs de educação financeira e formação empreendedor até as grandes instituições como o Instituto Mises que recentemente doou livros de economia para toda a rede pública de São Paulo (<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/critico-da-doutrina-co-doria-quer-livros-de-livre-mercado-nas-escolas/>)

Foucault se aferra a esa versión “industrial” del neoliberalismo del apos-guerra, en tanto, que a lo largo de la década de 1970 surge y se afirman una lógica de empresa, financiarizada esta vez, y un capitalismo en el cual el interés colectivo es representado por los empresarios de las finanzas, que imponen en un nuevo “gobierno de las conductas” y una nueva individualización, bastante dissimile a las políticas de los ordoliberales de la pós-guerra. (Lazzarato, 2013, p.106)

A nova organização financeira da produção pôs os trabalhadores assalariados sob a pressão das necessidades de produtividade e desempenho do mercado das ações, e a toda sorte de jogo financeiro das empresas. Submetendo-os a um novo regime de disciplinarização dentro da empresa, denominado por Dardot e Laval como a disciplina do valor acionário. Essa “visa interiorizar as coerções da rentabilidade financeira na própria empresa” sobrecarregando os funcionários e fazendo-os “interiorizarem as novas normas de eficiência produtiva e desempenho individual” (op cit., 226)

É também o período do capitalismo financeiro que, devido ao endividamento público massivo, transferiu parte das empresas de Estado, aquelas ligadas à reprodução social, ao setor privado, levando a uma “capitalização da vida individual” (ibid). Isso significa a transferência de serviços públicos para o setor privado de capital financeiro. Assim, habitação, saúde e educação passaram a ser pagas e financeirizadas – colocadas para responder aos níveis de rentabilidade do capital financeiro internacional através do crédito cedido para seu financiamento. O que resulta disso é um trabalhador assalariado que é empresário de si apenas no sentido de que é administrador de suas próprias dívidas pessoais (ibid.)⁴³.

O sistema financeiro, erguido sobre as dívidas soberanas nacionais, desdobra uma situação de dívida generalizada já por dentro do Estado neoliberal (Dardot e Laval e Lazzarato). É cada vez menos preciso fazer a distinção do funcionamento do Estado como oposto ou diverso ao capital, ou como esfera social oposta ao mercado. O sistema financeiro, a partir dos seus dispositivos de segurança próprios, é responsável pelo controle e governo de instituições estatais. Controle que seria duplo: primeiro, a partir das métricas e decisões do mercado financeiros a partir do cálculo minucioso e exaustivo dos custos do Estado, de seus riscos e do número de

⁴³ Todas essas políticas de transferência ao setor privado dos serviços públicos foram acompanhadas de empobrecimento relativo e absoluto de trabalhadores assalariados, aumento do desemprego e concentração de riqueza. Fatores que determinaram ainda mais o endividado para a reprodução dos trabalhadores. Lazzarato e Dardot e Laval

funcionários; depois, pela responsabilização financeira do Estado, que, como ficou claro após 2007, seria repassada para a própria população . As duas formas operando de maneira totalitária em recusa à hipótese foucaultiana de *Segurança, Território e População e Nascimento da biopolítica*, segundo a qual, o neoliberalismo estaria erguido sobre um projeto de liberdade⁴⁴ (Lazzarato, 2017)⁴⁵.

Lazzarato (2013) aponta que a chamada financeirização “constitui não tanto um modo de financiamento dos investimentos, mas um enorme dispositivo de gestão das dívidas privadas e públicas, e, portanto, da relação credor-devedor”. Para esse autor, toda a organização financeira do capitalismo contemporâneo está baseada e estabelecida pela relação de dívida ou relação credor-devedor. Desvelando as reais relações, o conceito de dívida aponta para seu conteúdo de dominação.

Ao contrário do que repetem os economistas, jornalistas e outros especialistas, as finanças não são um excesso de especulação que se deve regular, uma simples funcionalidade capitalista que se ocupa dos investimentos; tampouco constitui uma expressão da avidez e da cobiça da “natureza humana”, que seria necessário dominar razoavelmente, mas uma relação de poder. A dívida é o financeiro do ponto de vista dos devedores que devem pagá-la. Os juros são as finanças do ponto de vista dos credores, proprietários de títulos que lhes garantem a obtenção de um benefício com a dívida (Lazzarato, 2013, p.29)

Os dispositivos de segurança também não são abandonados, mas reforçados no neoliberalismo. O conjunto de medições e pontuações destinadas ao Estado também são aplicadas ao conjunto da sociedade tanto individualmente quanto na forma da população. A dívida opera justamente essa passagem do indivíduo na forma da dívida pessoal para a dívida social ou pública, momento em que a população aparece como objeto privilegiado (ibid). A adequação dos indivíduos numa forma de medição universal e quantificável de sua pontuação de “bom pagador” pretende uma normalização dos padrões de pagamento das dívidas, ao

⁴⁴ Foucault claramente reconhece o estatuto genealógico da liberdade liberal como liberdade dos sujeitos frente ao mercado e a uma suposta recusa do Estado. Porém, o que Lazzarato argumenta é que essa liberdade, que para Foucault é fundamento do programa liberal, é fundada no autoritarismo de Estado principalmente pela governamentalidade financeirizada. (2017)

⁴⁵ Dardot e Laval, em uma análise pontual sobre a situação dos países do sul europeu após a crise de 2007, principalmente do crítico caso grego, mostraram que é a moeda, no caso do euro, o dispositivo que garantiu o autoritarismo neoliberal em detrimento do governo Tsipras, declaradamente anti-austeridade. Isso, porque a ameaça feita ao governo grego foi a de bloqueio monetário e expulsão da zona do euro. “The history of the ‘Troika’ or ‘Eurogroup’ – institutions without any legal standing and without explicit principles – is evidence enough. Greece has been the principal ‘laboratory’ of the new, authoritarian method of government through debt. [...] It indicates the possibility of taking control of a national economy and society by means of debt and, in concrete terms, through a financial blockade mounted by the creditors whom it is meant to legitimize.” (Never ending nightmare)

mesmo tempo em que mede a probabilidade de inadimplência dos indivíduos enquanto coletivo, enquanto população. Mecanismo geral, por estabelecer uma métrica universal e generalizada, gerindo os riscos e as possibilidades de acesso à dívida. Mas articulado com dispositivos disciplinares que agem pontualmente sobre os indivíduos via disciplinarização e punição. As pontuações dos maus pagadores lhes garantem, publicamente, sua qualificação negativa, tanto em um sentido moral - aquele que não é capaz ou não tem responsabilidade de arcar com suas dívidas -, como em um sentido material, pois devido à sua pontuação não lhe será disponibilizado o crédito necessário ou taxas de juros correspondentes ao seu rico serão aplicadas. Segurança redobrada para o credor, assegurada dessa vez pelo Estado, que lidará com seus riscos ao mesmo tempo que promove a disciplina do endividado. Todas as práticas que envolvem pagamento passam a ser normalizadas. Até mesmo os mais banais dos pagamentos, como água, energia elétrica e telefone, serão as principais bases dessa medição.

A dívida não é apenas a questão econômica simples, como alguém que deve a outrem determinado valor; ela engendra uma série de relações, comportamentos, esquadrinhamentos e práticas que se movem conectando população e indivíduo. Por isso, para Lazzarato, a dívida é o dispositivo mais importante no neoliberalismo. Além de deslocar-se pelas diferentes escalas correspondentes aos dispositivos micropolíticos e macropolíticos⁴⁶. Articuladora também de diferentes esferas das tecnologias gerais do poder.

A dívida aparece para o autor como uma das fundamentais relações de poder no neoliberalismo e como uma relação particular que se articula com outras categorias, como os pares “capital-trabalho, Estado de bem estar-usuário, empresa-consumidor e as atravessa, instituindo como devedores e usuários, trabalhadores e consumidores” (Lazzarato, op cit., p.36). O endividamento seria o articulador das esferas de governo já presentes na governamentalidade liberal descritas por Foucault: a esfera jurídica (representante da política fundada na forma do poder soberano) e a econômica⁴⁷ (2008b). “[L]a heterogeneidade del *homo oeconomicus* y

⁴⁶ Lemke (2017) utiliza essa nomenclatura para distinguir a obra foucaultiana em um momento das micropolíticas (história da loucura, nascimento da clínica, vigiar e punir) e, depois, a partir do interesse pela população e pela criação do conceito de biopolítica das articulações de dispositivos, saberes e poderes de maior amplitude: macropolíticos, portanto.

del homo juridicus ya no es asegurada por 'lo social', sino por la producción del *homo debitor*⁴⁸.

Essa articulação das formas de governo pelo dispositivo da dívida, no neoliberalismo, não remete apenas às formas de governo referentes à governamentalidade, mas se relaciona também com as outras tecnologias gerais do poder. Várias leituras da obra de Foucault entenderam as tecnologias gerais de poder (soberana, disciplinar, governamental e biopolítica) como formas sucessórias, mas essa não é, de todo, a perspectiva de Foucault (Lemke 2017, Foucault 2008b). Há, na verdade, uma sobreposição combinada e conflitante dessas tecnologias gerais de poder, que não param de agir umas sobre as outras e afetar-se mutuamente⁴⁹. Por isso, para compreender e criticar a dívida no interior do neoliberalismo é importante não abandonar a análise do estado atual das formas precedentes das tecnologias de poder, até porque um de seus fundamentos é justamente a combinação dessas tecnologias.

Falamos aqui, de maneira geral, da tecnologia geral da governamentalidade neoliberal; porém, em seu interior atuam os dispositivos diversos que constituem o neoliberalismo como um jogo de forças. Entendemos que a dívida é um desses dispositivos, mas que se relaciona ou se articula com diversos outros.

2.4 O dispositivo biopolítico da dívida

A governamentalidade neoliberal constitui-se como tecnologia geral de poder porque, em sua atualidade, uma série de dispositivos configuram-se para cumprir determinada função estratégica. Para Dardot e Laval, essa função estratégica seria a

⁴⁷ A arte de governar choca-se, atualmente, com uma sobreposição contraditória dos sujeitos governados. De uma perspectiva, temos os sujeitos do direito, aqueles em que a renúncia aos direitos funda em associação o contrato social e estabelece o direito soberano sobre eles. Tem-se também o sujeito econômico que não se integra ao conjunto econômico pela renúncia, mas pela ativação constante e múltipla de todos os interesses de todos os sujeitos econômicos. Há, no período que recobre governamentalidade liberal, uma heterogeneidade das subjetividades que precisamente essa governamentalidade (liberal) tentará articular por um terceiro termo, que dê conta dos dois momentos: isso é a sociedade, a sociedade civil ou o social.

⁴⁸ “A heterogeneidade do *homo oeconomicus* e do *homo juridicus* já não é assegurada ‘pelo social’, mas pela produção do *homo debitor*” Tradução minha - Entre aspas, pois “o social” refere-se aqui à sociedade do *welfare state* que correspondiam aos imperativos do trabalho, consumo e do bem estar, mas que já não atendem mais as formas subjetivas e disciplinadas da sociedade da dívida.

⁴⁹ Tanto é que para Foucault a genealogia do indivíduo ocidental e das técnicas do cuidado de si, como por exemplo o empresariamento do indivíduo, estaria vinculado ao antiquíssimo pastorado cristão da idade média.

concorrência geral, enquanto Lazzarato fala de um endividamento generalizado. Não nos cabe determinar a estratégia geral colocada pela governamentalidade neoliberal, e sim perceber as linhas que atravessam os diversos dispositivos que a compõem, dando especial atenção ao dispositivo da dívida. Caberia, primeiro, perguntarmo-nos se a dívida é um dispositivo ou uma tecnologia geral de poder.

As tecnologias gerais de poder são aquelas já esquadrihadas e bem delimitadas por Foucault, ainda que não recebam essa denominação em seus textos. A dívida, por sua vez, encontra-se articulada a todas as tecnologias gerais já mencionadas: o poder soberano, o poder disciplinar, a governamentalidade e o poder biopolítico. Como já dito anteriormente, há uma relação atual entre todas essas tecnologias e a dívida não poderia passar ao largo dessa relação. Porém, ela o faz no interior dessas tecnologias gerais. A dívida, por si só, não constitui toda uma organização de poder própria, nem constitui saberes gerais: ela atravessa e é limitada por essas tecnologias gerais. No caso do poder soberano, por exemplo, a dívida reorganiza a soberania estatal submetendo-a às organizações financeiras mundiais, retirando a autonomia da soberania política e estabelecendo uma soberania de cunho financeiro. Isso não acaba com o problema da soberania, mas desloca aquelas relações de poder fundadas a partir da dívida dos Estados-nação, por exemplo. (Dardot e Lava, 2019)

Em relação à tecnologia biopolítica do poder, a dívida opera a passagem dos direitos sociais às dívidas sociais, operando a transferência dos antigos direitos e do “desvio” das rendas aos credores. Essas dívidas sociais apresentam-se também, posteriormente, como dívidas privadas - aqui há, portanto, um processo de separação no interior da população. Os problemas dados à população nas formas típicas do liberalismo não deixam de existir, porém a maneira de resolução, de funcionamento e de ação sobre o objeto população se dá de forma individualizada e privada. Essa transformação dos direitos sociais em dívidas sociais promove a transformação do “cidadão usuário”, aquele do Estado de bem estar social, em devedor, mas um devedor que não necessariamente precisa fazer reembolsos financeiros, e sim “reembolsos no âmbito dos comportamentos, atitudes, formas de atuar, tempo dedicado à busca de emprego”, portanto “un estilo de vida que implica un trabajo sobre sí mismo” (Lazzarato, 2013, p.121)

Ainda que a dívida não constitua toda uma tecnologia de poder, ela não deixa de configurar as formas existentes dessas tecnologias. Ao mesmo tempo que a dívida constitui saberes próprios, que lhes são caros. São esses os procedimentos de riscos, as projeções futuras, e a educação financeira ensinada aos indivíduos. Há uma vasta produção científica sobre as formas da dívida, desde as dívidas soberanas até o endividamento familiar, passando pelas relações de gênero e formas comunitárias de microcrédito.

No interior desse dispositivo podemos observar elementos discursivos e não discursivos: as instituições financeiras (grandes bancos, pequenas empresas de crédito fácil, o mercado financeiro); a questão da habitação (acesso a casa por endividamento); a questão urbana de maneira ampla (da organização espacial das agências de microcrédito nas periferias, passando pela produção da habitação e do acesso ao automóvel); movimentos de resistência e de recusa ao pagamento da dívida; táticas de sobrevivência a partir dos cartões de créditos; acesso à educação, acesso ao trabalho. Esses são alguns dos elementos que compõem esse dispositivo atualmente.

Nos próximos capítulos pretendo explorar alguns dispositivos que estão articulados ao dispositivo da dívida e podem nos ajudar, a partir de uma analítica de seu funcionamento particular, a perceber as táticas e estratégias acionadas pelo dispositivo da dívida.

3. A DÍVIDA ESTUDANTIL E O FECHAMENTO DO FUTURO

O presente capítulo tratará do crédito estudantil, uma modalidade da dívida-endividamento com alto risco social (Soedeberg, 2014). É uma das primeiras dívidas que pode ser contraída e está direcionada à juventude, colocando em questão o futuro de seus devedores. Ligado também à formação profissional, o crédito estudantil coloca em discussão a dívida para o trabalho.

O crédito estudantil ganhou força na virada neoliberal dos anos 1970-80, como proposta de política pública de acesso à universidade. Nos EUA e na Grã-Bretanha aparece como medida de cunho social, que pretende garantir o acesso àqueles que não teriam condições de arcar com a formação universitária se tivessem que pagar pelo ensino simultaneamente à duração do curso. Nesses países formou-se primeiro uma indústria do crédito estudantil mediada pelo Estado, na qual havia subsídios para as taxas de juros, mais baixas que as de mercado. Posteriormente, as instituições estatais foram vendidas e transformadas em capital privado. Um caso exemplar é a empresa estado-unidense *Sallie Mae*, responsável pelos créditos subsidiados anos 1970; empresa estatal nesse período, foi vendida posteriormente e hoje é uma das maiores operadoras de crédito do EUA. Não mais se mantendo apenas nos negócios ligados ao crédito estudantil, mas tendo avançado também para a emissão de cartões de crédito e créditos habitacionais.

O Chile foi um dos primeiros países a adotar o modelo de acesso à universidade via financiamento e endividamento estudantil. No país latino, a proposta pretendia formar um mercado de ensino superior pago, já existente nos EUA e Grã-Bretanha, modernizando as formas de ingresso e desmontando as possibilidades de ensino superior gratuito. Enquanto nos países do mundo desenvolvido essa proposta aparecia como democratização do ensino superior, no caso chileno vinha como proposta com claro viés modernizador e pró-mercado. Na década atual tivemos uma série de mobilizações estudantis no Chile, nas quais uma das pautas era o fim do crédito estudantil e a criação de universidades gratuitas para todos. Uma das ações do governo na época foi a compra das dívidas estudantis das empresas credoras e a aplicação de subsídios, diminuindo as taxas de juros impostas aos estudantes.

Recentemente a dívida estudantil americana ultrapassou o valor de 1,5 trilhão de dólares, afetando uma população de 44.7 milhões de estudantes⁵⁰. E tem se tornado

uma preocupação financeira crescente, frente a uma possibilidade de bolha como aquela ocorrida em 2008. Atualmente, a dívida estudantil americana só está atrás das infladas dívidas habitacionais. (Frederici, 2014).

No caso norte-americano, Soedeberg (op cit) aponta que o principal grupo de devedores estudantis são pessoas com as menores rendas, muitas vezes pertencentes a minorias étnicas e principalmente mulheres com mais de 25 anos, que são também o grupo com maior chance de abandono do ensino superior, ainda segundo a autora. Isso quer dizer que a financeirização do ensino superior, via endividamento, é, aparentemente, uma forma de acesso à universidade para os grupos historicamente excluídos dessas instituições. Aparentemente, porque a forma de ingresso e permanência na universidade interfere diretamente na participação dos universitários nos diversos momentos formativos possibilitados pela universidade. Os estudantes endividados costumam se desdobrar em empregos precarizados, mesmo durante o período de estudos, por serem aqueles com mais dificuldades em se manter sem qualquer forma de salário ou dívida. Em geral, esses estudantes são sub-representados dentro do movimento estudantil estadunidense, por, na maioria das vezes, não poderem comparecer aos espaços de debates e luta contra o endividamento estudantil⁵¹. Ainda que haja uma inclusão via dívida, essa é incompleta ou diferente da experiência que um aluno não endividado tem em relação à vivência universitária.

Essa condição não elimina a possibilidade de resistência ou conflitos nessa relação entre os credores do crédito estudantil e os devedores. Várias organizações, fóruns de debate e grupos que se organizam virtualmente, colocam em debate essa questão. Com diferentes objetivos e críticas ao sistema gerador da dívida do ensino pago, essas organizações nos apontam interessantes vivências daqueles endividados e promovem a denúncia das taxas de juros predatórias e da falta de proteção ao consumidor. No auge da crise de 2008, a título de exemplo, uma nova regulação aprovada pelo congresso americano impedia a declaração de falência exclusivamente para o caso da dívida estudantil. É isso que grupos como *Sally Mae*

⁵⁰ Dados disponíveis em: <https://www.forbes.com/sites/zackfriedman/2019/02/25/student-loan-debt-statistics-2019/#40f14cef133f>. Acessado 4/11/2019 às 11:30.

⁵¹ Disponível em: <https://www.elkilombo.org/the-student-loan-debt-abolition-movement-in-the-u-s/>

*Beef e Students Loan Justice*⁵² denunciam: a ausência de fiscalização e normalização estatal para as regras do empréstimo estudantil, a “grande ganância e maldade” dos credores, e a conivência ou o descaso estatal com os jovens endividados.

Nos EUA já existe uma complexa tecnologia financeira em torno das dívidas estudantis, na qual instrumentos do mercado financeiro atravessam as formas de acesso à universidade. Por exemplo, as dívidas estudantis podem ser abertamente negociadas no mercado, em forma de ativos⁵³. Onde os credores vendem rapidamente pacotes de dívida para conseguir, em menor tempo, emitir novos empréstimos. Isso coloca sob a pressão do mercado financeiro os estudantes endividados, que passam a ter que lidar com dívidas de instituições que operam financeiramente comprando, vendendo e cobrando dívidas e não diretamente com a instituição de crédito educacional que emprestou o dinheiro ao estudante.

O crédito estudantil no Brasil, diferente do dinâmico modelo americano, surge nos anos 1970, numa tentativa do governo ditatorial civil-militar de fomentar, em alguma medida, um mercado de ensino superior privado. Devido ao estreito mercado das universidades privadas no país, e à ainda mais estreita quantidade de pessoas que poderiam, nos anos 70-80, alcançar o ensino superior privado, o crédito estudantil não se firmou como uma importante medida de acesso ao ensino superior. Nem mesmo para a classe média, grupo ao qual o programa se voltava.

Apenas na década de 90, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Estado retoma as pautas de crédito estudantil para o ensino superior privado e cria o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Porém, nesse momento, as verbas destinadas e o número de financiamentos concedidos esteve em níveis muito baixos, devido às altas taxas de juros, ao curto prazo de amortização e à inexistência de prazo de carência⁵⁴. Só após uma reformulação realizada pelo primeiro governo do Partido dos Trabalhadores é que o programa teve sua consolidação e expansão. As mudanças realizadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva dizem respeito à

⁵² Ambos se tratam de grupos organizados virtualmente que promovem a denuncia das taxas abusivas de juros, falta de informações e situação dos estudantes endividados frente à dívida.

⁵³ Soerdebeg (2014) aponta a similaridade entre a construção desses ativos da dívida estudantil com aqueles ativos que eram vendidos de dívida habitacionais hipotecadas que desencadeara a crise econômica de 2008.

⁵⁴ Prazo de carência é o período em que o devedor pode ficar sem pagar as parcelas de sua dívida. Esse prazo serve para dar tempo de ingresso no mercado de trabalho ao recém graduado.

diminuição da taxa de juros (a 3,5% ao ano), ao aumento da amortização do crédito em 3 vezes o período de duração do curso, aumento do prazo de carência para 18 meses, e ao entrelaçamento do programa de financiamento estudantil com o PROUNI, que concede bolsas integrais e parciais em universidades privadas. (Castellano,2016 e Guimarães, 2018)

O crédito oferecido pelo FIES é proveniente da Caixa Econômica Federal (CEF) e possui um caráter de relacionamento bancário padrão, como os outros empréstimos fornecidos por esse banco. O Estado apenas garante taxas de juros mais baixas e atua, em muitos casos, como fiador de estudantes das faixas mais baixas de renda. Assim, todo o processo é realizado entre o estudante e a CEF, e chega para a universidade na forma de títulos do tesouro nacional.

O FIES, após as mudanças feitas pelo governo Lula em 2009, aumentou seu orçamento entre 2009 e 2015 de R\$ 1,387 bilhões para R\$ 17,851 bilhões. O número de contratos aumentou de 108 mil em 2009 para 2,2 milhões em 2015. O aumento vertiginoso de crédito concedido foi acompanhado pelo aumento do número de universidades privadas, e da concentração crescente e formação de monopólios. Em 2010 apenas 1,6% dos alunos de nível superior privados eram financiados pelo FIES; já em 2013 essa fração representava 21% do total de matrículas em universidades privadas. Em 2016, aproximadamente 5% das mantenedoras⁵⁵ (universidades com alunos financiados pelo FIES) receberam 56% de todo o crédito fornecido pela CEF naquele mesmo ano. Grandes grupos, como a empresa Kroton e a Estácio de Sá, têm, respectivamente, 63% e 42% dos seus alunos endividados pelo FIES. Como alternativa ao investimento no ensino superior público e gratuito, o FIES tem sido o principal gasto do governo federal com ensino superior no país: 15% de todos os recursos do Ministério da Educação (MEC) é gasto com o FIES, enquanto as universidades federais públicas receberam apenas 9% do orçamento total desse ministério para garantir seu funcionamento e novos investimentos, para o ano de 2014. (Guimarães, 2018, p. 243)

Após 2015, houve uma série de cortes na abertura de novos financiamentos. Porém, devido à grande extensão do pagamento dessa dívida, a maior parte dos contratos ainda está ativa e apresenta, atualmente, graves problemas. Em janeiro de 2019,

⁵⁵ As mantenedoras são as universidades e faculdades contempladas pelo programa que podem receber alunos através do financiamento do programa.

por exemplo, o FIES estava com uma taxa de inadimplência de 59%, apontando a dificuldade de pagamento após a conclusão do ensino superior ⁵⁶.

Após 2014, houve uma redução drástica do número de ingressantes no ensino superior financiados pelo FIES. Por outro lado, o crédito estudantil fornecido pelas próprias instituições de ensino triplicou entre 2014 e 2017⁵⁷. O modelo de acesso ao ensino superior mediado pela dívida, iniciado pelo FIES, firmou-se como modelo hegemônico, principalmente para a parcela da população tradicionalmente excluída da universidade pública gratuita no país. Tanto o FIES quanto o crédito estudantil norte-americano têm como característica estarem destinados às parcelas da população de menor renda. No caso brasileiro isso está relacionado ao fato de os setores de classe média e alta estarem mais “aptos” a ingressarem nas universidades públicas ou então por arcarem integralmente com o custo do ensino superior privado (Castellano, op cit e Guimarães).

O que podemos perceber na tese de Guimarães, similar ao apresentado por Soedeberg, é que os endividados pelo crédito estudantil, no Brasil, são pessoas de classe, raça e gênero historicamente excluídos do ensino superior. Do ponto de vista da renda, 90% dos financiamentos do FIES são contratados por estudantes com renda familiar *per capita* de até 2 salários mínimos e encontramos a mesma porcentagem entre os inadimplentes⁵⁸ (Guimarães, op cit, p. 287).

Outro fato marcante é a diferença entre a média de alunos negros no ensino superior no Brasil. De acordo com um estudo realizado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, apenas 34% de alunos negros ou pardos compõe o total de alunos do ensino superior, enquanto dentre os alunos endividados pelo FIES esse grupo representa um total de 60% (Guimarães, 2018 p. 336). Apontamos também para as questões relacionadas às desigualdades de gênero pelo fato de 60% dos endividados inadimplentes serem mulheres⁵⁹.

⁵⁶ Disponível em <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3280/atraso-no-fies-bate-recorde-e-divida-chega-a-r-13-bilhoe>. Acesso em: 05/11/2019 às 15h20min.

⁵⁷ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/amp/2019/06/com-fies-em-baixa-universidades-particulares-consolidam-credito-estudantil-proprio-cjwqty1ad000d01pq69yvqyu5.html> e <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/06/13/credito-proprio-de-faculdades-privadas-substitui-fies-e-dobra-em-3-anos.htm>

⁵⁸ <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3280/atraso-no-fies-bate-recorde-e-divida-chega-a-r-13-bilhoe>

3.1 Promessa de futuro e a dívida estudantil

Visitando o site do FIES e as propagandas disponíveis na internet a seu respeito realizadas pelo MEC, pela CEF e por universidades particulares, vemos sempre a articulação de elementos que apontam o financiamento estudantil como uma aposta, um projeto de futuro. Assim nos diz um *banner* da CEF: “Quem tem um sonho e precisa de uma força para estudar merece nosso crédito”⁶⁰. As publicidades apresentam sempre jovens sorridentes, com cadernos e livros em mãos. Em uma propaganda para a televisão, em 2019, uma personagem encerra o anúncio com a seguinte frase sobre o FIES: “O que traz mais futuro pra mim e pra nós”.

É como promessa de um futuro melhor, de melhores condições de vida, emprego e salário que os jovens se inserem no FIES. “Um sonho realizado de ter um nível superior, até porque o mercado exige, e o nível médio quase não vale nada” (Oliveira, 2008, p. 71), diz uma aluna entrevistada pela autora citada. Outros evocam planos e planejamentos futuros: “A opção pelo FIES não foi por necessidade de custeio financeiro, e sim por um planejamento futuro” (ibid. 72).

A promessa de um salário maior e de uma carreira profissional relacionada a um curso superior eclipsa o peso da dívida futura. Para os endividados, o emprego melhor remunerado garantirá o pagamento da dívida estudantil, sem maiores problemas.

Acho que depois que eu concluir o meu curso terei condições de arrumar um emprego em que ganhe mais e tenha condições de pagar, sim, a faculdade (aluna)

Acredito que depois de terminar o curso ficará mais fácil ingressar no mercado de trabalho e, conseqüentemente, pagar a CEF (aluno)

Entendo que é uma dívida que a gente jogou para a frente, mas agora, com um curso de nível superior, fica mais fácil pagar (aluna)

Sabemos que é um financiamento, mas sentimos uma segurança de que podemos concluir um curso de graduação (alunos) (ibid. p. 77).

A ideia de futuro movida pelas propagandas e pela fala dos alunos está profundamente atrelada ao trabalho, ao emprego e ao salário. O peso da dívida seria compensando por um futuro que possibilite o seu pagamento. Trata-se de um investimento pessoal, como no caso do aluno que optou pelo FIES, por ter feito um

⁵⁹

<https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3280/atraso-no-fies-bate-recorde-e-divida-chega-a-r-13-bilhao>

⁶⁰ Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=publicidade>

planejamento futuro. A dívida para o ensino superior se apresenta como um investimento em si e um investimento para um trabalho futuro.

Esse investimento de si possui, destoante dos investimentos no sentido financeiro ou empresarial do termo, uma conotação de infalibilidade. Os alunos citados por Oliveira (op cit) creem na segurança futura do emprego qualificado e estável. Essa promessa se funde como uma promessa também de vida. Nas propagandas e anúncios do FIES não há separação entre a esfera do trabalho e da vida em geral; a prometida ascensão no trabalho se articula com a imagem de uma vida que se resume ao sucesso laboral. Estar formado e ter um bom emprego apresentam-se como possibilidade de vida plena, de um bom futuro.

À primeira vista, duas linhas de força encontram-se bem articuladas no dispositivo de endividamento estudantil, são elas: o empresariamento de si, na forma específica do investimento de si, e a ideia de futuro na forma fechada da virtualidade. Como destaca Deleuze (1990), é primordial ao funcionamento dos dispositivos novos arranjos de forças no limiar do próprio dispositivo, integrando-se a uma nova readequação de forças, em linhas que atravessam variados dispositivos. É o caso dessas duas linhas que, para além do próprio dispositivo de endividamento, compõem também os dispositivos de futuro e o próprio neoliberalismo.

As operações e processos funcionando no dispositivo da dívida relacionam-se com a produção do tempo, principalmente na forma do tempo futuro. Vimos, com Bourdieu (1996), que o elemento do tempo é uma das principais diferenças entre dívida e troca. Porém, o crédito estudantil expõe com maior clareza essa profunda relação entre dívida e tempo por relacionar-se ao tema da juventude, da promessa de vida futura e de trabalho futuro. Todas as formas de dívida relacionam-se com o tempo cronométrico do trabalho ao produzir trabalho futuro cativo (Martins, 2011). Nesse processo, o dispositivo de endividamento estudantil põe em funcionamento relações de poder ao mesmo tempo em que produz subjetividades sob seus desígnios.

Alguns excertos de entrevistas e peças publicitárias do FIES referem-se diretamente à questão do tempo futuro. O investimento sobre si só toma sentido ao articular-se com esses tempos do porvir. Os alunos entrevistados por Guimarães e Oliveira (op cit) indicam uma possibilidade de futuro quando dizem que terão melhores

condições ao concluir a graduação. Porém, a verdadeira operação é a de previsibilidade do futuro, no caso, o pagamento da dívida e a participação no mundo do trabalho.

Lazzarato (2013) argumenta que é papel fundamental da dívida fabricar uma memória na subjetividade endividada, uma memória do futuro. Isso é, “ver lo remoto como se estuviera presente y anticiparlo”⁶¹. O pagamento da dívida está sempre ameaçado devido à imprevisibilidade dos riscos do futuro. Garantir a realização de seu pagamento passa por garantir a conformação do futuro em presente e eliminar os riscos e possibilidades.

Como destaca Soedeberg (op cit), o crédito estudantil é uma das operações financeiras mais expostas às incertezas de pagamento. Diferente das outras formas de crédito que já levam em conta a atual situação do contratante da dívida, como emprego, renda, posses etc., a dívida estudantil aposta em uma possibilidade futura de trabalho. Porém, essa aposta não está em aberto, trata-se de uma relação de poder e de produção de futuro.

Still, risk and its strategies of mitigation are profoundly social questions of power. This is particularly the case if we accept the premise that credit entails not only social power over time and space but also is, in effect, a gamble with the future lives of student debtors (Soedeberg, op cit., 695)⁶²

Essa confiança no pagamento da dívida está fundada na possibilidade do devedor poder fazer uma promessa que funciona enquanto culpa e responsabilidade. São esses dois elementos que possibilitam a ligação entre presente e futuro, na subsunção do segundo ao primeiro. “Los efectos del poder de la deuda sobre la subjetividad (culpa y responsabilidad) le permiten al capitalismo tender un puente entre el presente y el futuro”⁶³ (Lazzarato, 2013, p.53). É a subjetividade culpada que poderá garantir a segurança dos cálculos econômicos do pagamento da dívida, ou das táticas do poder de captura do trabalho futuro. A inteligência financeira e a habilidade de pagamento de nada garantem a real efetivação do pagamento da

⁶¹ Ver o remoto como se estivera presente e antecipá-lo

⁶² “Ainda, o risco e suas estratégias de atenuação do risco são questões sociais profundas de poder. Isso é o caso, se aceitarmos a premissa que o crédito implica não apenas poder sobre o tempo e sobre o espaço mas também é uma aposta sobre a vida futura dos estudantes endividados” Tradução nossa

⁶³ Os efeitos do poder da dívida sobre a subjetividade (culpa e a responsabilidade) permitem ao capitalismo armar uma ponte entre o presente e o futuro.

dívida. Mecanismos mais extensos também possuem importante papel na responsabilização dos sujeitos endividados.

Nesse sentido, a dívida é uma forma de apropriação do tempo presente e futuro, constituindo um dispositivo disciplinar de tempo.

Above and beyond any other contributing factor to the ability of credit to regulate society is its temporal dimension. Credit is a time-disciplining technique. Those who lend money appropriate the time of those to whom they lend. [...]the creditor at once delimits the future of the debtor while simultaneously controlling the rhythm of the debtor's present. Stated slightly differently, debt demands a way of living time; it imposes rhythms on us that shape our daily routines and our selves. (Wozniak, 2015, p. 75)⁶⁴

Franco Berardi (2019) trata dessa temática do futuro enquanto uma operação moderna da redução da possibilidade à virtualidade, do possível ao virtual. Enquanto o primeiro (o possível) “não pertence nem lógica nem ontologicamente à evolução previsível da realidade presente”, o segundo (o virtual) se reduz às realidades imediatas e é “a condição que se encontra inscrita com caráter de necessidade lógica no interior de uma configuração presente do ser”. Dessa maneira, o dispositivo de futuro, em sua situação moderna, constrói a contingência imediata como a única forma de porvir, levando ao prolongamento extensivo do tempo presente e hipostasiando as possibilidades e o devir.

Para Berardi (op cit), a própria conceituação do poder está no antagonismo do possível e do virtual, e, portanto, é um dos fundamentos da dominação social: “Chamamos de poder o sistema de coerção que visa reduzir o real ao necessário⁶⁵” (p.80). É essa operação que faz garantir a continuidade dos dispositivos da situação imediata do funcionamento do poder, garantindo a continuidade das operações ainda que a organização das forças esteja sempre se desequilibrando.

⁶⁴ Acima de qualquer outro fator que contribui para a capacidade do crédito de regular a sociedade, está sua dimensão temporal. O crédito é uma técnica de disciplina de tempo. Aqueles que emprestam dinheiro se apropriam do tempo daqueles a quem emprestaram [...] o credor delimita o futuro do devedor enquanto controla o ritmo presente do devedor. Dito de outra forma, a dívida demanda modos de viver o tempo, impõe ritmos que moldam nossas rotinas e nós mesmos.

⁶⁵ Poderíamos traçar um paralelo entre a proposição de poder de Berardi e a analítica do poder proposta por Foucault. A redução do real ao necessário parece análoga à produção dos saberes, e, portanto da verdade, instrumento fundamental dos jogos do poder. Não seria um dos funcionamentos da verdade, entendida como produção da relação poder-saber, a sua separação do tempo histórico? É só como verdade universal que a verdade moderna pode funcionar, construindo uma realidade que só pode ser aquela da verdade, uma realidade necessária e inescapável.

A reafirmação da virtualidade é uma importante operação que não remete apenas à esfera da economia política, mas através de diversos dispositivos opera o fechamento do futuro e a perpetuação do tempo presente. No caso do FIES, por exemplo, as sanções do não pagamento da dívida podem ser também punições no âmbito econômico, como ter o “nome sujo” por ser inadimplente, portanto, não ter acesso a mais crédito. Nas entrevistas feitas por Oliveira (op cit.), contudo, os endividados destacam outros importantes aspectos sobre os pagamentos de dívidas: uma das obrigações que mais os acometem, em relação ao pagamento da dívida, é a própria manutenção do programa, pois sentem a necessidade de mantê-lo para os futuros alunos que utilizarão o crédito estudantil. Os próprios sujeitos sentem-se responsabilizados pela manutenção do presente da configuração da possibilidade de dívida, pois se eles não pagarem suas próprias dívidas com o programa os próximos não poderão endividar-se também!

Essas repercussões dos dispositivos de futuro se integram aos dispositivos de tempo postos como processo de dominação social nas sociedades biopolíticas e diferenciam-se daqueles encontrados nas sociedades disciplinares, como bem destaca Deleuze (2000): “O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado.” A dívida é o paradigma de funcionamento do tempo nas sociedades biopolíticas. O que gostaríamos de destacar é que o dispositivo de dívida se encontra no coração do regime biopolítico. O primeiro só encontra seu funcionamento na atual configuração do biopoder. É isso que quer dizer Deleuze em seu tão citado *post-scriptum*. As linhas de sedimentação do futuro, no interior do dispositivo da dívida, estão profundamente marcadas pelos funcionamentos do biopoder.

Refletir sobre as possibilidades de pagamento da dívida, da aposta no futuro do devedor é refletir sobre as disposições do corpo e da espécie, dentro daqueles fundamentais mecanismos da biopolítica, como a segurança. Ainda que a dívida possa parecer como implicação pessoal ou individual, um dos níveis dos jogos de poder está na espécie e na população, características distintas, mas não de todo contrapostas, ao exercício do poder anátomo-político. A realização da dívida e do

tempo do porvir só poderia se dar pela garantia e pela maximização da vida, na conhecida fórmula de Foucault do “fazer viver e deixar morrer”, em detrimento do antigo “fazer morrer e deixar viver” das sociedades do poder soberano (Foucault, 2007 e 2008a).

Pensar a articulação entre dívida, corpo e futuro é, como faz McClanahan (2011), pensar a dívida enquanto hipoteca do corpo⁶⁶, e, no interior dessa hipoteca, localizarmos a colateralização do trabalho futuro⁶⁷. Hipoteca do corpo, pois, ao endividar-se se promete a continuidade do corpo, de seu funcionamento e de sua saúde, na forma de um corpo apto, um corpo ótimo, disciplinado e dócil. Atributos que encontram funcionalidade quando colocados em movimento para o trabalho, por isso, o correlato imediato da hipoteca do corpo é a colateralização do trabalho futuro. Assim, damos relevo à configuração do corpo enquanto espécie e enquanto população face à problemática do endividamento. Só a garantia da vida, da continuidade e do futuro dos corpos pode autorizar a promessa sobre o futuro feita pelo devedor.

Entender a dívida como hipoteca do corpo é entrelaçar profundamente vida específica, vida material imediata (bios) e política, essa última apresentada na forma da promessa. Fazer viver o devedor é, portanto, fundamental ao endividamento. Esse corpo biopolítico é “corpo-espécie — é o corpo atravessado pela mecânica do vivente, suporte de processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a longevidade — é a biopolítica da população” (Peter Pelbart, 2016, s.p). Se a hipoteca do corpo é um dispositivo biopolítico, a colateralização do trabalho futuro, por sua vez, só existe se disciplinada e eficiente. Para isso, o corpo deve ser dócil, disciplinado e otimizado. A dívida faz encontrar os dispositivos anátomo-políticos e biopolíticos numa articulação combinada que liga corpo e população; defesa da vida, docilidade dos corpos e eficiência.

Um dos resultados desses processos de fechamento do futuro e implicação do corpo no porvir tido como necessário é a inclusão da juventude endividada no trabalho

⁶⁶ Enquanto a hipoteca trata da garantia do pagamento do bem por meio de uma posse anterior à dívida, o colateral é um ativo que garante também o pagamento da dívida.

⁶⁷ Em termos financeiros o colateral é uma forma de garantia ao pagamento de uma dívida por meio da disposição de um ativo, um imóvel ou algum bem que pode ser tomado pelo credor em caso de não pagamento.

com todas as implicações que disso advêm. Seja do ponto de vista da produção das objetivas subjetividades culpadas, que se obrigam a pagar a dívida, e, portanto, a trabalhar para ela, quanto das punições gerais que são infligidas ao indivíduo pelo não pagamento da dívida. Os estudantes entrevistados nas pesquisas de Oliveira e Guimarães, os relatos contidos nas reportagens apresentadas e as diversas denúncias e casos particulares da extensa história norte-americana de endividamento estudantil nos apontam esse entrelaçamento entre corpo, dívida e futuro. A dívida estudantil, nesse sentido, apresenta esta particularidade marcante: a capacidade de inserir um corpo em um circuito profundo e longo de endividamento e pagamento de dívidas.

3.2 Empresariamento de si e a dívida estudantil

Além das formas de promessa de futuro, a dívida se apresenta, no caso do crédito estudantil, na forma do investimento em si. É esse o processo ético (de trabalho sobre si) que se articula ao processo econômico do trabalho. Porém, aqui, essa conjunção de ética e economia aparecerá na forma da antropologia neoliberal, ou seja, como um empresariamento de si.

Fundamento da virada neoliberal, distinto da apologética capitalista anterior (o velho liberalismo), o empresariamento geral da sociedade e a análise social pelo paradigma da empresa marca uma série de funcionamentos das relações sociais contemporâneas. Entendido por Dardot e Laval (2016) como uma forma de governança (no sentido estatal e global), o empresariamento é também fundante de práticas sociais individuais e coletivas.

O paradigma da empresa apresenta-se tanto como grade de inteligibilidade do Estado, dos indivíduos e, é claro, do mercado, quanto como um projeto de sociabilidade e de organização social que, na visão dos neoliberais, garantirá o funcionamento ótimo da sociedade de mercado.

Em outras palavras, trata-se de generalizar, difundindo-as e multiplicando-as na medida do possível, as formas "empresa" que não devem, justamente, ser concentradas na forma nem das grandes empresas de escala nacional ou internacional, nem tampouco nas grandes empresas do tipo do Estado. É essa multiplicação da forma empresa no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade. (Foucault, 2008b, p. 203)

Uma das dimensões dessa grade de inteligibilidade é apontada por Foucault (2008b) ao falar do *homo oeconomicus* da economia política neoliberal. Foucault mostra como o dispositivo de análise das escolhas individuais, de esferas da vida que antes não pertenciam ao campo de conhecimento da economia, passou a ser verificado pelo saber da economia. Assim, um sujeito empresariado não estuda para adquirir conhecimento, ele está fazendo um investimento sobre si, que futuramente lhe trará retorno na forma de rendimentos. Todo indivíduo é um capital humano que poderá fazer-se circular no mercado, tendo como remuneração um salário visto como um rendimento relacionado à magnitude do seu capital humano.

Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo (ibid. 310)

Nesse entendimento, o curso superior, ou a universidade em sentido mais amplo, não podem aparecer como qualquer outra possibilidade se não a do investimento pessoal. Não só de tempo, esforço ou dedicação, mas também investimento financeiro que pressupõe uma dívida.

Trata-se, de maneira geral, do entendimento neoliberal do homem como um sujeito puramente econômico, um *homo oeconomicus* (ibid). Os teóricos da versão austro-americana do neoliberalismo avançaram no entendimento da economia não apenas como o estudo das já estabelecidas instituições econômicas, como o mercado e as empresas. A partir de uma economia do subjetivismo humano, teóricos neoliberais como Hayek e Von Mises chegaram à conclusão de que a qualidade social comum às pessoas é seu caráter empreendedor (Dardot e Laval 2014 e Foucault 2008b).

Essas novas interpretações da economia acompanham as transformações da circulação do poder, na passagem da anátomo-política para a biopolítica. Para além do disciplinamento mecânico dos corpos, o que está inaugurado na sociedade empresarial são dispositivos que incitam o desejo, ou a esfera da subjetividade em geral, sempre de maneira produtiva. A ideia de indivíduo empreendedor colocada pelos teóricos austro-americanos aponta para uma humanidade sempre em busca de desenvolvimento, de mais liberdade e mais felicidade (Dardot e Laval. 326-328).

Os desejos individuais e as vontades próprias são subsumidos às determinações do mercado, sem que pareçam externas. Assim, o indivíduo: “deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir” (ibid).

Esse funcionamento do sujeito-empresa também o recoloca na esfera da concorrência generalizada. Uma das alunas entrevistadas por Oliveira alude a essa situação: “Um sonho realizado de ter um nível superior, até porque o mercado exige, e o nível médio quase não vale nada” (p.71). As exigências de aperfeiçoamento são um dos traços característicos do regime de concorrência do neoliberalismo. É preciso estar à frente com um curso superior, para não ficar de fora. Em outra entrevista, Guimarães questiona se um aluno já graduado e ainda pagando suas dívidas com o FIES contrataria uma nova dívida com o mesmo programa. A resposta do entrevistado foi positiva, por entender que uma maior qualificação lhe traria uma melhor posição no mercado (op cit.).

Contudo, mais fundamentalmente, essa mudança se deve à forma como os sujeitos são intimados a participar ativamente de um dispositivo muito diferente do dispositivo característico da era industrial. A técnica de si mesmo é uma técnica de bom desempenho num campo concorrencial. Ela não visa apenas à adaptação e à integração, ela visa à intensificação do desempenho. (Dardot e Laval, op cit., p.352-3)

O regime de concorrência é o fundamento do investimento de si. Esse regime suplantou a ideia jusnaturalista da regulação automática (e mágica) do mercado, e transferiu para os sujeitos no circuito de concorrência a função de garantir a autoprodução do mercado e de seu funcionamento ideal (ibid). Assim, o par empresariamento e investimento de si é o que integra os sujeitos ao mercado, ao mesmo tempo em que se apresenta como obrigação externa: “até porque o mercado exige”. Por isso, “faz-se necessário um investimento em si, por si, nos moldes de um capital humano para que o sujeito torne-se competente o bastante para auferir uma renda no espaço emoldurado da concorrência artificialmente criado pela ação governamental” (Ambrózio, 2012 p.58).

Mas é esse mesmo funcionamento que coloca todos os sujeitos-empresas em uma situação inesgotável de risco e colapso. Diferentemente do modelo anterior do risco socializado, a nova responsabilização do risco coloca o próprio agente como

causador da falha, individualizando os fracassos e imprimindo no corpo do fracassado a sua falha. Lançado ao mercado na forma da empresa, o indivíduo é responsável por seus acertos e erros (Dardot e Laval, op cit).

O endividado é, portanto, responsabilizado individualmente. O fracasso sistemático, identificado com a incapacidade do mercado de absorver mão de obra ou falha de políticas públicas na garantia do pleno emprego é substituído por formas de culpabiliza atribuída ao indivíduo e às suas (in)capacidades pessoais. A dívida, em seu entrelaçamento com o percurso formativo para o trabalho, apresenta justamente o funcionamento específico de garantir a responsabilização financeira e disciplinar do indivíduo. Não à toa, as operações do FIES não são tratadas pelos estudantes em guichês das repartições públicas, típicos das políticas públicas socializadas, e sim negociadas individualmente com cada contratante da dívida. “Esse risco é cada vez menos social, e cada vez mais ‘risco ligado à existência’” (ibid. 349).

De maneira geral, a situação colocada pela dívida estudantil articula dois momentos da governamentalidade neoliberal pelo dispositivo do endividamento. De início incita os desejos de melhora de vida e possibilidade de realização pessoal pelo ensino superior como investimento de si e caminho garantido para o emprego, fazendo com que os ideais do mercado e da produção coincidam com os desejos individuais. Ao mesmo tempo, pune e disciplina os possíveis fracassos e falhas dos sujeitos através da dívida, de sanções legais, e da culpa. Esse lado repressivo da dívida está articulado ao lado criativo-positivo a partir da individualização do desejo, permitindo “uma transferência do risco para o doente que ‘escolhe’ determinado tratamento ou operação, para o estudante ou o ‘desempregado’ que ‘escolhem’ certo curso de formação, o futuro aposentado que ‘escolhe’ uma modalidade de poupança...” (ibid.).

Porém, todo esse funcionamento descrito acima não poderia tomar lugar sem uma relação direta com um dispositivo de futuro, já que o investimento de si colocado pela dívida estudantil é uma aposta para um sucesso futuro. Reconhecer o desejo de investir em si mesmo no percurso da graduação e no pagamento da dívida, posterior ao curso, exige uma profunda articulação com a virtualidade do futuro. É por isso que ao estudante já endividado lhe é permitido responder que se endividaria

de novo em outro curso de graduação ou de pós-graduação “pela expectativa de melhorar o salário” (Guimarães, op cit., p. 348)

3.3 Os fluxos de dívida e a dívida infinita: o presente dos estudantes endividados

As pesquisas realizadas no Brasil com estudantes endividados lidaram principalmente com estudantes que ainda não começaram a pagar suas dívidas, que estavam na graduação ou no tempo de carência da dívida. Enquanto os alunos se encontram reunidos e localizáveis nas faculdades privadas é mais fácil dialogar com eles, porém, terminado o curso esses alunos se encontram dispersos. Dispersão que se coloca como fundamental à estratégia da dívida. A apartação dos estudantes dificulta a sua organização política no combate contra a dívida, deixando-os isolados, e faz o endividamento parecer, mais uma vez, uma incompetência pessoal. No artigo publicado pelo site *El Kilombo*, os ativistas estadunidenses que lutam contra a dívida estudantil localizam esse isolamento dos estudantes endividados até mesmo nos campi e durante o curso. A análise nos diz que a questão da dívida se encontra sem lugar no movimento estudantil, pela falta de tempo dos endividados para a participação política.

Students holding three jobs to repay (or avoid) loans or taking as many credits they can fit in their schedules to reduce the length and cost of schooling, can neither be active in campus protests against budget cuts and the commercialization of education nor can they engage in self-education. [...] Even before the time to pay back is upon them, the debt has profound disciplining effect on students, taylorizing their studies and undermining the sociality / and politicization that has traditionally been one of the main benefits of college life. (El Kilombo)⁶⁸

As pesquisas brasileiras, em geral, pouco lidaram com a realidade do estudante, sendo a maioria dos estudos feitos sobre o funcionamento institucional do FIES, principalmente enquanto política pública, seu funcionamento econômico e repercussão no Estado e no ensino superior (Castellano, op cit; Vyrna Valença Perez, 2015 e Viviane Queiroz, 2015).

⁶⁸ Estudantes com três empregos para pagar (ou evitar) empréstimos, ou que cumprem o máximo de créditos que cabem em seus horários para reduzir a duração e o custo do curso, não podem ser ativos em protestos no campus contra cortes no orçamento e contra a comercialização da educação, nem podem participar em atividades de formação própria. Ainda antes do momento de pagarem a dívida, ela já tem efeitos disciplinadores profundos nos estudantes, taylorizando os estudos e debilitando a sociabilidade e a politização que tradicionalmente são um dos principais benefícios da faculdade. Tradução nossa.

Deve-se chamar a atenção para dois trabalhos que fizeram essa aproximação e realizaram também entrevistas com estudantes, a dissertação de Oliveira e a tese de Guimarães (op cit). No mais, são reportagens de jornais que nos expõem à situação do estudante brasileiro endividado. As histórias contadas por essas fontes são as mais diversas e exemplificam bem um dado já apresentado: o altíssimo índice de inadimplência do FIES⁶⁹. Isso para os casos em que se conclui o curso superior, pois ainda que os alunos do FIES tenham uma taxa menor de abandono de curso⁷⁰, os índices são bastante elevados, chegando atualmente a 39,2%. Ou seja, quase quarenta por cento dos endividados vão arcar com uma dívida estudantil sem ter se graduado, portanto, sem a promessa de melhora de trabalho e vida necessárias para o pagamento da graduação. É o caso documentado por uma reportagem: uma aluna de um curso de engenharia no Rio de Janeiro abandonou sua graduação devido a uma gravidez de risco. Atualmente, essa ex-aluna encontra-se com uma dívida de 50 mil reais e nenhum diploma de nível superior.

Essa situação se torna bastante generalizada no cotidiano daqueles aos quais o crédito estudantil é destinado. Soedeberg aponta que são os alunos de baixa renda, que geralmente têm que trabalhar para se manter, os que adquirem alguma dívida estudantil. Assim, na necessidade de trabalho, muitos abandonam a graduação para poder seguir trabalhando. Para esses alunos, a experiência é a mais traumática possível e as implicações não se resumem apenas ao pagamento atrasado, mas também às sanções disciplinares colocadas aos inadimplentes.

Não recomendo o Fies para ninguém. Meu nome está sujo desde 2007 e não consigo fazer um acordo para pagar a dívida referente ao período em que usei o crédito estudantil”, conta Costa, que sonha recomeçar a graduação em Educação Física em 2020. “Não tenho nem cartão de crédito, não consigo fazer nada. (Jornal O sul)⁷¹

O aluno citado na reportagem teve seu nome colocado nas listas de avaliação negativa de crédito, impossibilitando a obtenção de novas dívidas, muitas vezes

⁶⁹ Lembramos que todo cálculo de inadimplência só pode ser feito para estudantes já graduados, já que durante a graduação não se paga prestações. Deve-se também lembrar do tempo de carência da dívida, após se formar o aluno tem 18 meses para começar a pagar o financiamento, tempo para que arrume um emprego qualificado em sua área e já tenha alguma experiência.

⁷⁰

<https://oglobo.globo.com/sociedade/alunos-com-fies-prouni-desistem-menos-de-curso-superior-23959116> Acesso em 21/11/2019

⁷¹

<http://www.osul.com.br/tres-em-cada-cinco-alunos-nao-pagam-o-fies-atraso-bate-recorde-e-divida-vai-a-13-bilhoes-de-reais/>

importantes à manutenção das necessidades imediatas. Esse tipo de punição apresenta-se tanto quanto alarme de risco para outras instituições financeiras, ao mesmo tempo que mina as possibilidades materiais de aquisição de bens e conforma um certo tipo de sujeito endividado. Denotando também, moralmente, a incapacidade do indivíduo em arcar com suas responsabilidades e culpando-o por isso. Ter o “nome sujo”, na Centralização de Serviço de Bancos S/A (SERASA) ou no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) é moralmente inaceitável. Esse é um dispositivo comum às formas de dívida no Brasil, não sendo específico ao caso da dívida estudantil. O que lhe daria um caráter particular é a obtenção da dívida sem a realização “do produto”. Ou seja, ter uma dívida de graduação sem estar graduado.

As repercussões dos dispositivos de endividamento para os graduados diferem, mas não totalmente, dos casos apresentados acima. Os alunos já ao final do curso se encontram preocupados com a dívida que deverá ser paga. Na época da pesquisa realizada por Oliveira (op cit.), não havia prazo de carência, o aluno deveria pagar imediatamente as primeiras parcelas logo após a conclusão do curso superior.

Hoje eu me sinto arrependida de ter aderido ao FIES. Se na época a minha família tivesse cotizado, poderia pagar a mensalidade sem necessidade de recorrer ao FIES, e agora, desempregada, eu não estaria preocupada com essa dívida (Oliveira, op cit., p. 76-77)

Ainda que tenhamos poucas pesquisas sobre esses estudantes já graduados há mais tempo, temos um dado que revela a impossibilidade de pagamento do FIES. A saber, a taxa de inadimplência de quase 59% dos endividados em 2019. Isso aponta para a ausência de retorno que o investimento feito sobre si supostamente daria. Mostrando, no caso brasileiro, uma correlação com o alarmante endividamento estudantil americano.

Guimarães nos traz um interessante prognóstico de desencadeamento da dívida estudantil no caso brasileiro.

No Brasil, como vimos também há um grande endividamento dos estudantes, ilustrado por casos de estudantes com renda familiar de R\$2.000 e uma mensalidade de R\$1.536. Esse mesmo estudante terá que pagar o financiamento de aproximadamente R\$700 reais e a média salarial de um profissional da sua área é entre R\$1.000 a R\$3.000 reais. O que explicaria em parte a inadimplência de aproximadamente 49% em 2016. (Guimarães, op cit., p. 358)

Isso partindo do pressuposto de que o endividado trabalhará em empregos que exigem nível superior na área em que se formou, o que em algumas entrevistas realizadas por Guimarães não se confirmou:

“trabalhei ao longo do curso... mas nada relacionado... trabalho formal... com telemarketing... informal é aula particular... [...] empresa privada acho que não vou conseguir assim que for recém formada, acho que não...”. Por isso, disse: “...eu não vejo perspectiva de melhora a curto prazo, pela minha qualificação e pela minha experiência eu só consigo no máximo 1.300, tira a parte do INSS sobra mil reais, aí tira 600 reais do governo aí sobra 400 reais como é que você sobrevive com 400?” (ibid p. 367)

Pressionados pelo pagamento imediato da dívida após a conclusão do curso, os alunos rapidamente devem ingressar rápida e precariamente no mercado de trabalho para o pagamento imediato da dívida. Peters (2016) aponta que boa parte dos estudantes estadunidense endividados recém-formados são obrigados a aceitar formas de trabalho precarizadas, muitas vezes em áreas que não remetem à sua formação, desdobrando-se em vários turnos para poder arcar com suas dívidas. As promessas de realização futuras articuladas pelos discursos do empresariamento de si e investimento em si são desfeitas pelo real futuro dos jovens endividados.

These young people are not independent contractors, much less entrepreneurs in the form postulated by the ideal neo-liberal anthropology; they are in fact already possessed by the collective power of finance capital, and bound to reproduce it through their lifelong indebtedness. (Balibar, 2013)⁷²

Duas linhas de fuga se formam e se articulam no desfazer da promessa de futuro antes anunciada pela dívida. A responsabilização e a culpa apontando para o pagamento da dívida, e a impossibilidade de trabalhar, pela ausência de trabalho, principalmente no sentido anunciado/prometido pelo sonho universitário. Para os universitários norte-americanos já está clara a impossibilidade de pagar a dívida. Muitos atribuem à alta taxa de juros ou à falta de políticas de Estado que garantam o subsídio e o pagamento da dívida. Porém, um olhar mais atento à questão nos colocaria face ao trabalho, e à possibilidade ou impossibilidade de realizar trabalho que pagaria a dívida.

Frente a essa impossibilidade, as próprias organizações estudantis estão a perguntar-se se de fato há possibilidade dessa dívida ser paga. A organização

⁷² Esses jovens não são contratantes independentes, muito menos empreendedores na forma posta pelo ideal da antropologia neoliberal; eles são desde já possuídos pelo poder unificado do capital financeiro e obrigados a reproduzi-lo por toda sua vida endividada.

estudantil britânica *National Union of Students*, na voz de sua vice-presidente à época, afirma: “These figures show how the cost of education has been systematically shifted on to the backs of individual graduates, in debt that will never be repaid”.⁷³

A pergunta que fazemos aqui é: para além das condições individuais de pagamento, a dívida como condição social generalizada deve ou pode ser paga? Para pensarmos essa questão podemos perceber em seu funcionamento duas modalidades de dívida: a dívida infinita e o fluxo de pagamento da dívida ou de renda⁷⁴. Tecnologias de funcionamento distintas, mas articuladas no dispositivo da dívida.

As organizações estudantis norte-americanas e britânicas e os estudantes brasileiros das entrevistas citadas estão, em grande parte, discursando apenas sobre o fluxo de pagamento a que são obrigados. Elas mencionam a impossibilidade salarial individual de um estudante arcar efetivamente com os custos de sua graduação, comprometendo uma parte de seu salário futuro. Comprometimento que leva, como apontam Soedeberg e Guimarães, a novas rodadas de endividamento para a manutenção imediata da vida. Ao discutir do seu ponto de vista específico, os estudantes endividados estão pondo em questão as técnicas específicas do capital financeiro e do Estado que organizam leis e procedimentos para garantir o pagamento dessas parcelas de dívida. Assim, questionam as altas taxas de juros dos empréstimos *subprime* a que estão sujeitos, o aumento dos preços das mensalidades universitárias e a ausência do Estado em subsidiar ou até mesmo garantir a gratuidade da educação superior. Imediatamente, esses questionamentos são politicamente importantes e colocaram táticas de resistência, como as ocupações das universidades da Califórnia em 2009. Esses fluxos imediatos de dívida utilizam-se dos mecanismos de exploração e apropriação das rendas pelos credores. Estão, portanto, ligados aos dispositivos de dominação econômica, como

⁷³ Essas cifras mostram o quanto os custos em educação foram sistematicamente deslocados para os indivíduos graduados, em uma forma de dívida que nunca será paga. Fonte: <https://www.theguardian.com/money/2017/jun/15/uk-student-loan-debt-soars-to-more-than-100bn> acesso em 27/11/2019.

⁷⁴ McClanahan (2011) denomina esse fluxo contínuo dos pagamentos de rendimento frutos de endividamento de “revenue stream” (fluxo de rendimentos)

tempo de trabalho, renda e mais-valia, e são fundamentais ao funcionamento do capital (McClanahan, 2011 e Soedeberg, 2014).

Porém, para além da situação da dívida universitária, o que essa relação de dívida, ou relação credor-devedor, coloca é o desencadeamento geral da dívida individual na forma da dívida infinita. Essa última não está limitada à possibilidade individual de sucesso profissional e pagamento da dívida, de honrar com suas responsabilidades e eliminar a culpa, mas indica uma situação sistemática das relações de poder que põe em funcionamento toda a sociedade moderna. A dívida infinita seria, portanto, o funcionamento geral das dívidas em que pese sua impossibilidade de pagamento ou perdão, assim, todas as situações que levam ao endividamento sistemático, permanente e cotidiano de formas diversas de dívida, mas que ao fim e ao cabo funcionam como continuidade das obrigações futuras, do trabalho, do tempo e das rendas futuras dos endividados.

Diferentemente do que poderíamos pensar do ponto de vista da perspectiva neoliberal ou social democrata, ambas defendendo que o pagamento da dívida é uma possibilidade real, dependendo apenas do trabalho e das rendas futuras, entendemos que uma importante característica da dívida é a impossibilidade de perdão e solvência⁷⁵. Para Lazzarato (2014), a impossibilidade de pagamento da dívida e do endividamento é sistemática e não está configurada por uma situação momentânea. Para esse autor, o que diferencia o endividamento contemporâneo das formas anteriores é a impossibilidade de pagamento da dívida, principalmente nas formas monetárias⁷⁶. Assim, a diferença entre as dívidas de fluxos de renda e a denominada dívida infinita é que a segunda só poderia ser reembolsada politicamente.

Para Lazzarato, no capitalismo a dívida é “não pagável, não reembolsável e infinita” (ibid., p. 84). Isso se daria porque no capitalismo financeiro o próprio dinheiro já

⁷⁵ Diferença entre as duas posições, pois na versão neoliberal o pagamento se dá a partir do aumento das rendas e dos retornos dos investimentos de si, ao passo que na posição socialdemocrata, o pagamento se efetivará com a diminuição das taxas de juros e através de um crédito de cunho social.

⁷⁶ Nessa perspectiva, Lazzarato se afasta de Graeber, por entender que este trata de formas “ontologizadas” de dívida e ignora a genealogia da dívida e a forma moderna do endividamento. Por isso, Graeber acaba transformando a dívida em um universal separado do período histórico e da sociedade específica em que o dispositivo está em funcionamento.

estaria identificado como crédito. A necessidade do crédito para o processo de valorização capitalista insere no seio do sistema de produção a necessidade de renovação constante, e, portanto, infinita de toda relação credor-devedor⁷⁷.

Sendo o crédito o motor da produção social ele deve ser sistematicamente reembolsado, mas imediata e necessariamente renovado ao infinito. O capitalismo não nos libera das dívidas, ele nos prende a elas. Não é dobrando-nos às injunções do reembolso da dívida que nós podemos nos libertar dela. Não é por um ato de pagamento, mas por um ato político, uma recusa que podemos romper a relação de dominação da dívida. (ibid.)

As implicações desse entendimento da dívida como infinita a reinsere numa discussão crítica ao pensamento da economia política. E assinalam a profunda relação entre dívida e dominação no atual sistema de produção, sem separar as articulações entre o fluxo de dívida, os pagamentos imediatos e a dívida infinita, que constituem importantes linhas de forças no interior do dispositivo da dívida.

Essa articulação entre a dívida infinita e a apropriação do fluxo de rendas deve ser pensada especificamente. A separação teórica entre essas duas linhas de forças, nos possibilita dissiparmos a imediaticidade dos pagamentos das dívidas concretas para pensarmos o sistema de articulação geral do dispositivo de endividamento, enquanto configuração de uma dívida que não pode ser paga. A questão é, também, que a própria imediaticidade dos pagamentos, de certa maneira, aponta para pagamentos de fato infinitos. O comprometimento das rendas dos estudantes graduados via endividamento estudantil, como aponta Soedeberg (ibid), os reinsere na lógica da dívida, já que, devido ao comprometimento da renda pelo pagamento da graduação, outras rodadas de endividamento para a manutenção da vida serão necessárias. Para além disso, há ainda a miríade de opções de dívida que a sequência da vida planejada, da ideia de futuro, apresenta como necessidade. Assim, a compra da casa própria, o microcrédito para o empreendedor, ou a compra de um carro para trabalhar como motorista da Uber, constituem continuidades dessa constante aquisição da dívida que produzirá, na sistematicidade geral do dispositivo, a forma da dívida infinita.

⁷⁷ É projeto de Lazzarato, e de certa maneira em consequência das propostas de Nietzsche, de Deleuze e Guatarri, deslocar os conceitos de entendimento dos fundamentos do capitalismo. Se na leitura clássica da economia política, e de certa antropologia, é a troca que constitui o fundamento da circulação e da produção, esses pensadores vão propor que todo o entendimento do funcionamento do capital seja feito a partir da dívida, sendo a troca considerada um conceito de apagamento das diferenças e das formas de dominação.

É interessante notar, que todas essas formas de dívida estão profundamente relacionadas ao trabalho. No caso da dívida estudantil forma-se para um trabalho futuro prometido. Porém, o que temos visto principalmente nos estudos do caso da dívida norte-americana é justamente a impossibilidade de emprego efetivo nas áreas de formação ou de emprego nos moldes prometidos pela ideia de carreira, que já não é a forma predominante de trabalho. Os próprios fluxos de dívida que deveriam ser pagos imediatamente, e que nem por isso cancelariam a dívida infinita a que estamos hoje sujeitos, já não podem ser pagos pela efetiva ausência de trabalho formal, nos moldes existentes anteriormente.

3.4 Dívida estudantil e gênero

A bibliografia anglófona sobre o endividamento estudantil destaca os desdobramentos singulares que esse apresenta frente aos gêneros com que se relaciona. A diferença histórica entre a participação de homens e mulheres na universidade, principalmente em relação aos cursos em que há maior presença de homens ou mulheres, e a remuneração desigual correspondente, gera relações específicas de dívida após a conclusão da graduação. Carvalhaes (2019) conclui em um artigo que a “classe de origem”, determinada pela faixa de renda familiar, e as diferenças de gênero são fundamentais para entender as desigualdades posteriores à graduação. Ele aponta que os cursos que possuem a maior composição de mulheres advindas das classes mais baixas da população são cursos ligados aos cuidados, e indica também que as mulheres estão “sobrerepresentadas em cursos superiores de menor prestígio e com piores resultados no mercado de trabalho” (ibid., p.7). Por exemplo, ainda de acordo com Carvalhaes, o curso superior com menor média de renda é o curso de pedagogia, que possui o maior percentual de mulheres, chegando a 94% a média de mulheres nesse curso.

Do ponto de vista do endividamento estudantil, isso significa que a inclusão das mulheres no ensino superior, a partir do endividamento estudantil, não garante o nível de rendimentos para o pagamento da dívida, ao mesmo tempo em que reforça os anteriores padrões de desigualdade social e econômica. Reservando às mulheres, muitas vezes, os antigos papéis dos cuidados – o que em certa bibliografia é identificado como trabalhos de “reprodução” da classe trabalhadora. Gostaríamos de ressaltar que o FIES é um programa com maioria de participação de

mulheres, chegando, de acordo com Guimarães, a um índice de 56% de participação feminina. Elas também são responsáveis pelos maiores índices de inadimplência do programa, chegando ao nível de 60%, ou seja, elas também estariam sobre-representadas entre os endividados (op cit., p.364).

A literatura estadunidense, já bastante assentada sobre esse tema, tem refletido que as desigualdades de gênero são bastante nítidas frente à dívida estudantil. Dyer, Hodson & Mcloud (2019) mostram que as mulheres que abandonaram a graduação recebem bem menos que mulheres graduadas e também apontam que há uma mudança substancial no tipo de emprego da mulher graduada para uma não graduada. O que esses autores querem indicar é que a evasão, superior para as mulheres, tem mais efeitos negativos, enquanto os homens, principalmente no início de carreira, não lhes importam tanto ter ou não diploma. A mulher não formada e endividada, por ter já feito uma parte da graduação, encontra-se em uma situação de vulnerabilidade redobrada pelas formas de emprego que lhe restarão. Situação apontada também por Carvalhaes, no caso brasileiro, já que as médias de renda das mulheres sem curso superior é bastante menor que aquelas dos homens também sem curso superior (op cit.).

A questão toma maior complexidade ao tratarmos dos principais fatores que levam ao abandono do curso superior. No início deste capítulo apresentamos uma situação particular, relatada por uma reportagem de jornal, sobre uma jovem que abandonou o curso superior devido à uma gravidez de risco e hoje se encontra endividada em 50mil reais. Em uma pesquisa sobre a evasão feminina do ensino superior Cardoso e Nagai (2019) identificaram, entre alunos de gêneros diferentes, os reais motivos de abandono do curso superior. Ainda que seja um estudo bastante específico e com recorte pequeno, as respostas qualitativas diferenciadas por gênero representam bastante bem as dificuldades para as mulheres manterem-se na graduação. Os homens tiveram como motivos pessoais para abandono de curso explicações como ficar desempregado, falta de recurso para manter-se e falta de alojamento. As mulheres, por sua vez, responderam que os motivos pessoais que lhes fizeram evadir do curso foram “Doença de meu pai; Esposo não apoiar; Fiquei viúva; Fim do casamento conturbado” (ibid, p.13). É clara a diferença dos argumentos, sendo que para as mulheres todas as explicações estão relacionadas ou à função dos cuidados

da família, assumidas pelo papel de mulher na sociedade contemporânea, ou à condição de mãe ou esposa.

Reafirma-se aqui o funcionamento do corpo hipotecado como colateral da dívida, se também levarmos em conta que a especificidade de gênero, inscrita nos corpos, encontrará outros desdobramentos para a particularidade da dívida face à questão de gênero.

Há, na literatura crítica à inclusão social por endividamento, o entendimento que recentemente os organismos credores identificaram as mulheres como as mais confiáveis pagadoras⁷⁸, confiáveis por sua condição moralizada frente às relações familiares e no âmbito daquilo que tem se chamado de relações de reprodução. Gago (2019) enfatiza isso ao apontar que, no contexto da inexistência do trabalho assalariado, é o endividamento das mulheres que vai recolocar e reinserir os indivíduos nos circuitos de violência financeira e de gênero.

Las finanzas capturan hoy, a través del endeudamiento masivo, los ingresos salariales y no salariales de las poblaciones populares, clásicamente excluidas del imaginario financiero. Es así que la deuda funciona estructurando una compulsión al trabajo de cualquier tipo para pagar la obligación a futuro. Esta captura de la obligación de trabajo pone en marcha la explotación de la creatividad a cualquier precio: no importa de qué se trabaje, lo que importa es el pago de la deuda. Este *modus operandi* del dispositivo de la deuda en general adquiere una particularidad cuando toma como base los subsidios del estado a poblaciones llamadas “vulnerables”. Y es que a la vez que el Estado funciona como garante para poblaciones supuestamente “excluidas” incluyéndolas a través del consumo, también habilita la conexión veloz con las economías informales, ilegales y populares. Ellas se vuelven clave como cantera polimorfa de actividades y fuentes de ingreso más allá del salario y de allí, de su imbricación con la deuda, extraen su dinamismo. (Gago, pg 4)⁷⁹

⁷⁸ É interessante notar que boa parte desse material foi produzido pela própria antropologia das microeconomias e das microfinanças. A partir de análises de pequenas comunidades, cooperativas e bancos populares os antropólogos perceberam a importância e a solidez da participação feminina nessas economias formais.

⁷⁹ As finanças capturam hoje, a través do endividamento massivos, as rendas salariais e não salariais das populações populares, classicamente excluídas do imaginário financeiro. É assim que a dívida funciona, estruturando uma compulsão ao trabalho de qualquer tipo para pagar as obrigações futuras. Esta captura da obrigação de trabalhar põe em movimento a exploração da criatividade a qualquer preço: não importe de que se trabalhe, o que importa é o pagamento da dívida. Este *modus operandi* do dispositivo de dívida em geral adquire uma particularidade quando tem como base os subsídios do estado às populações chamadas “vulneráveis”. É quando o Estado funciona como fiador para populações supostamente “excluídas”, as incluindo através do consumo, também permite a conexão veloz das economias informais, ilegais e populares. Elas são a chave, como mina polimorfa de atividades e de fontes de renda para além dos salários, e disso, da sua imbricação com a dívida, tiram seu dinamismo.

Porém, esse funcionamento, no entendimento das teóricas feministas, não acontece de maneira homogênea e universalizada. A dívida encontra seu funcionamento ótimo face às diferenças dos corpos e dos territórios. Em embate direto com Lazzarato, as proponentes de uma leitura feminista da dívida apontam novos caminhos para a compreensão desse dispositivo:

no hay una subjetividad del endeudamiento que pueda universalizarse ni una relación deudor-acreedor que pueda prescindir de sus situaciones concretas y en particular de la diferencia sexual, de géneros, de raza y de locación, porque justamente la deuda no homogeniza esas diferencias sino que las explota (Lectura feministas, pg 12)

Deslocando a análise para o ponto de vista da articulação entre violências da dívida e as violências de gêneros, as autoras propõem que levemos em conta, sumariamente:

1) un modo particular de moralización dirigida a las mujeres y a los cuerpos feminizados; 2) un diferencial de explotación por las relaciones de subordinación implicadas; 3) una relación específica de la deuda con las tareas de reproducción; 4) un impacto también singular con respecto a las violencias machistas con las que la deuda se articula; 5) variaciones fundamentales sobre los posibles “a futuro” que involucra la obligación financiera en el caso de los cuerpos feminizados. (ibid)⁸⁰

Retomando as pesquisas de Carvalhaes, Cardoso e Nagai, em articulação com a elaboração desenvolvida por Gago, várias questões sobre a especificidade da dívida estudantil, principalmente para o caso do FIES podem ser levantadas. Na ausência de bibliografia que tenha trabalhado com estudantes endividadas, no caso brasileiro, só é possível inferir os desdobramentos específicos dessa modalidade de dívida frente à situação das mulheres no ensino superior e sua inserção no mundo do trabalho. É possível, portanto, perguntarmos se a responsabilização social das mulheres pelas tarefas de reprodução, que pode levar ao abandono do curso superior, também não se desdobraria em maior possibilidade de aquisição de dívida sem conclusão do curso superior – mais uma vez, como no caso da estudante que por uma gravidez de risco evadiu do curso. E ainda, se graduadas, o peso da dívida nos fluxos de renda não seria mais substancial no caso das mulheres, pelo fato de

⁸⁰ 1) um modo particular de moralização dirigida às mulheres e aos corpos femininos; 2) um diferencial de exploração pelas relações de subordinações implicadas; 3) uma relação específica da dívida com as tarefas de reprodução; 4) um impacto também singular com respeito às violências machistas com as quais a dívida se articula; 5) variações fundamentais sobre as possibilidades futuras, que envolvem as obrigações financeiras no caso dos corpos femininos.

muitas vezes se formarem para carreiras de menor remuneração ou pelo fato de receberem menos que homens do mesmo cargo?

Queremos apontar que, a dívida infinita também apresenta diferenças em sua articulação com as questões de gênero. A confiabilidade das mulheres frente ao crédito e a maior participação dessas como chefas de família não levaram à liberação dos trabalhos referentes aos cuidados, ou à reprodução social. Porém, os serviços que antes eram prestados, em parte, pelo Estado, ligados à esfera da reprodução social, passaram a ser transferidos para o âmbito do privado, numa forma de privatização das relações de reprodução (Roberts, 2012). É essa mesma privatização que promove uma inclusão via mercado e pelo endividamento, com todas as consequências negativas implicadas. Madsen (2013) ao analisar a ampliação de crédito do caso brasileiro, indica que o endividamento feminino não foi de todo acompanhado de uma mudança qualitativa na vida da mulher em relação aos cuidados da família e do lar: mantiveram-se as situações de exploração do trabalho não remunerado. Porém, agora, essa realidade de violência de gênero encontra-se revestida pelos discursos do crédito e do que se calhou de chamar de nova classe média no Brasil.

A questão é que essas novas políticas de privatização das relações de reprodução sobrecarregam as mulheres sob a forma do trabalho não remunerado somado, atualmente, com o endividamento progressivo para as atividades de reprodução, antes garantidas, parcialmente, pelo Estado. A privatização das relações de reprodução estende as formas de dívida aos cuidados família, garantindo sua extensão infinita na vida das mulheres.

Assim, além dos fluxos de dívida generalizados aos dois gêneros, como o cartão de crédito, a dívida estudantil ou habitacional, as mulheres devem arcar também com fluxos de renda que lhes são próprios e que são aqueles ligados às atividades dos cuidados e da reprodução da família, dos filhos etc. Por isso Gago e Cavallero defendem que há uma particularidade entre as subjetividades exploradas pela dívida. A crítica do endividamento passa pelas especificidades das relações sociais e deve ser acompanhada de críticas de outras formas de relações de poder. Nesse

caso específico, ela se articula às desigualdades de gênero, em seus mais diversos âmbitos.

A diferença da inserção feminina no trabalho é um importante ponto para entendermos a especificidade do endividamento das mulheres atualmente. Já destacamos que, ainda no âmbito do endividamento estudantil, essa diferença se dá principalmente pelos cursos que as mulheres ingressam, muitas vezes cursos de menores rendas ou de funções de cuidado. Para além da dívida estudantil, outras formas de dívidas interferem e se articulam à questão do trabalho. Uma dessas formas que estão atreladas ao trabalho é a forma do microcrédito. Isso por dois motivos, primeiro porque essa forma de dívida é já uma forma de dívida para o trabalho. Empresta-se o microcrédito para a produção, para começar pequenos negócios etc. Segundo porque as mulheres são, mais uma vez, as principais endividadas e as mais confiáveis pagadoras para as instituições credoras, principalmente para os bancos populares.

4 DÍVIDA PARA O TRABALHO

No capítulo anterior apontamos algumas formas nas quais a dívida estudantil agencia o acoplamento entre trabalho e futuro, seja na forma de trabalho futuro cativo, hipoteca do corpo ou redução do porvir ao trabalho. Mas o que é entendido por trabalho nessa perspectiva que temos apresentado nesta pesquisa? Pensar o trabalho a partir da dívida e a dívida a partir do trabalho, dialogando com o arcabouço teórico que tem nos orientado, requer um recuo em relação ao que é trabalho para Foucault, Lazzarato e alguns teóricos da crítica pós-estruturalista.

De maneira geral, na crítica pós-estruturalista, esse conceito não encontra centralidade imediata. Mas, tampouco está ausente das discussões levadas a cabo por autores como Foucault, Lazzarato, Hardt e Negri. Há, inclusive, divergências teóricas entre eles, incluindo uma maior ou menor proximidade com a discussão marxista do trabalho.

Podemos afirmar que não há centralidade da temática do trabalho em Foucault. O autor não desenvolve nenhum curso ou livro circunscrito ao estudo do trabalho. Entretanto, sustentamos que há elementos para pensarmos o trabalho lateralmente, a partir das temáticas diversas debatidas pelo filósofo. Em primeiro lugar, será importante estabelecer que, se há alguma contribuição a esse debate, ela não é realizada em proveito de uma teoria da produção ou da economia política, também não se estabelece em relação exclusiva com o Estado (Batista e Guimarães, 2009).

Escapa, portanto, de qualquer ontologia do trabalho ao mesmo tempo que lhe retira centralidade na realização da crítica da sociedade contemporânea, observando-o apenas como mais um dispositivo complexo: “o trabalho seria uma ideia complexa, historicamente construída no interior de múltiplos dispositivos sociais” (ibid., p.127). Nesse sentido, a discussão não estaria restrita à fábrica, à captura de mais-valia, ou a uma ética do trabalho. Esse é interpretado, dessa vez, em sua função discursiva, disciplinar, normativa e subjetiva. Também, enquanto dispositivo, o trabalho aparece nas formas da realidade empírica condizente com aquilo que já dissemos sobre o dispositivo. Não é trabalho em geral, mas idiossincrático e relativo à determinada forma histórica, a determinada organização política e articulado às específicas tecnologias de poder. Há, em Foucault, um deslocamento das tensões em torno do

trabalho e os respectivos conflitos, com isso ele “migra das lutas que giram em torno da exploração econômica para se lançar contra as sujeições políticas, embora não fosse por ele descartada a existência da exploração econômica” (ibid., p.132)

A otimização dos corpos posta pela tecnologia disciplinar, ainda que essa não tenha surgido em instituições estritamente ligadas à produção, acopla-se à organização da produção no momento fabril do capitalismo. A vigilância, a cooperação dos corpos e suas respectivas arquiteturas foram, de todo, utilizadas nas fábricas para promover o aumento da capacidade produtiva individual e social. Isso coloca a próprio corpo como submisso às tecnologias da gestão do trabalho, podendo levantar questões sobre a relação dessa organização dos corpos com a composição orgânica do capital e com o aumento vertiginoso da capacidade produtiva. Organização dos corpos não apenas no sentido mecânico, mas nos procedimentos relativos às subjetividades dos sujeitos ativados pelo dispositivo do trabalho (Foucault, 1987).

A importância desses mecanismos na organização do trabalho, na produção e nas instâncias da vida externas ao trabalho podem ser vistas no início do século XX, na incipiente indústria brasileira. Rago (1985) nos mostra os dispositivos disciplinares utilizados pelo empresariado brasileiro para otimizar a produção e desarticular a resistência operária.

O trabalho fabril deve ser organizado segundo os interesses da expansão do capital. As relações familiares também devem ser produzidas a partir da constituição de um novo modelo normativo de família. Todo tipo de comportamento desviante, toda forma de relacionamento incontrolável, ameaçadora e impura devem ser curto-circuitados. Assim se pretende formar o novo proletariado, impondo-lhe uma identidade moralizada, construída de cima e do exterior (ibid, p.19)

A racionalização do espaço do trabalho, para uma micropolítica própria, operou a normatização da representação simbólica da fábrica como lugar da racionalidade e da higiene. Rago mostra que, contra a revolta operária ao trabalho e contra a representação negativa da fábrica “associada[s] às imagens da prisão, do convento ou do exército”, muito difundida nas mídias impressas operárias, os patrões tentavam construir uma outra representação. Essa seria aquela da fábrica como lar, como espaço da produção conjunta e cooperativa entre trabalhadores e proprietários. Nessa nova visão, não caberia à imagem do trabalhador que trabalha para enriquecer o patrão, mas que trabalha para o enriquecimento e desenvolvimento da nação. Comprometeu-se o trabalhador moral e politicamente

com o trabalho ao mesmo tempo que operou a despersonalização dos mecanismos da exploração do trabalho ao “despolitizar a fábrica”. Tudo isso em acordo com determinada produção científica: “Ciência técnica e progresso, aparecimento inextricavelmente nesses discursos de valorização da nova fábrica⁸¹” (ibid, p.40). O dispositivo de trabalho não estava dado *a priori*, foi necessária sua construção, levada a cabo por uma série de embates e disputas nos mais diversos âmbitos, sendo seu resultado a relação final do jogo das forças envolvidas.

Mais do que a condição de despossuídos dos meios de produção, a constituição de uma classe apta ao trabalho é tão importante quanto sua necessidade objetiva de remuneração. Os ritmos lentos de trabalho, o desrespeito às normas fabris, o constante abandono dos postos de trabalho, somados aos constantes atos de sabotagem dos operários anarquistas, mostram que:

Reuni-los num espaço facilmente controlável não fora suficiente para garantir a realização das tarefas e seu envolvimento com a produção. Por isso, os industriais procuram definir normas estritas de comportamento para assegurar não apenas o comparecimento diário do operariado na fábrica, mas ainda a execução regular de sua atividade produtiva (ibid, p.22)

Além da organização anátomo-política, que organizava os trabalhadores e geria o processo produtivo, as tecnologias biopolíticas agiram também para o controle e normatização dos processos do trabalho. Essas, por sua vez, atravessadas pelas técnicas políticas governamentais que submetiam a vida biológica ao poder, como nos mostra a medicina social inglesa e seu controle médico-político do corpo do trabalhador (Foucault, 1998).

Apesar de apresentadas aqui algumas linhas que relacionam o trabalho ao aparato conceitual foucaultiano, de maneira geral, o que se estabeleceu hegemonicamente como o entendimento pós-estruturalista do trabalho, atualmente, é o conceito de trabalho imaterial reelaborado e divulgado por Hardt e Negri, com algumas contribuições também de Lazzarato⁸².

⁸¹ A nova fábrica seria aquela da racionalidade científica enquanto a velha fábrica seria aquela baseada na hierarquia e na dominação marcada pelos “caprichos do patrão”.

⁸² Apesar de ter contribuído no início de sua produção científica com a teoria do trabalho imaterial Lazzarato em sua obra mais recente ignora e critica esse termo, propondo em seus últimos livros uma crítica ao trabalho imaterial. (Gumiero, 2017)

4.1 Trabalho imaterial

O conceito de trabalho imaterial, proveniente do operaísmo italiano⁸³ da década de 1960, exprime, a partir da ideia de *general intellect*, presente nos *Grundrisse*, que a reestruturação produtiva do pós-guerra, o aumento exponencial da aplicação da ciência e da técnica na produção e a autonomia dos movimentos contra o trabalho, conquistada nesse período, fundaram uma nova forma de organização do trabalho: o trabalho imaterial. A nova organização acompanhada de uma nova gestão e de um aumento da capacidade de decisão e de controle da produção são as características imateriais do novo trabalho. Distanciando-se de um controle absoluto da ciência e da técnica sobre a produção, a nova organização produtiva tende a depender cada vez mais das subjetividades dos trabalhadores. Essa subjetividade voltada para o trabalho se tornaria um dos mais importantes eixos de valorização do capital, e, portanto, apareceria como projeto e efeito da organização pós-fordista.

O trabalho imaterial estaria tornando-se hegemônico. Sua aplicação crescente na indústria submete o trabalho fordista à nova organização imaterial, qualificando-a, virtualmente, como categoria hegemônica dos novos processos de acumulação. Com essas transformações, o trabalho imediato não seria mais a referência de acumulação, nem o tempo de trabalho faria essa mediação. A socialização exponencial da produção e a aplicação exponencial da tecnologia à produção garantem a diminuição progressiva do tempo necessário de trabalho, que passa a depender menos das quantidades de trabalho realizadas e mais da capacidade do trabalho (*powerful effectiveness*) enquanto “apropriação da produtividade geral pelo homem” (Lazzarato, 2001, p. 28). Ou seja, sua relação total com o intelecto geral (*general intellect*) e o uso “da sua compreensão da natureza e o domínio através da sua existência enquanto corpo social - em uma palavra, é o desenvolvimento do indivíduo social que se apresenta como grande pilar de sustentação e da riqueza” (ibid). Implicando em uma crise do processo de valorização que não mais reconhece

⁸³ “Operaísmo (“operatism”), também conhecido por “marxismo autonomista”, se refere a uma corrente política e teórica do pensamento marxista que surgiu na Itália no começo dos anos 1960. Uma leitura original de Marx no contexto das lutas radicais dos trabalhadores, ocorridas no país durante toda a década, e que levaram à invenção de novos conceitos teóricos (como: composição técnica e política de classe, operário massa, recusa ao trabalho) e uma nova metodologia política (a copesquisa, ou investigação militante). Na Itália, o desenvolvimento do operaísmo influenciou profundamente uma cultura política e movimentos sociais, nos anos 1960 e 1970.”. Fonte: <http://uninomade.net/tenda/o-que-e-operaismo-italiano/>.

no tempo de trabalho abstrato seu eixo. Com isso, se dá a diminuição do tempo necessário de trabalho liberando na outra ponta o desenvolvimento das individualidades na criação científica e artística. Esse novo arranjo estrutural da produção se funda numa contradição:

O capital é ele mesmo contradição em processo, pelo fato de que tende a reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, enquanto do outro lado põe o tempo de trabalho como única fonte de riqueza. Ele diminui, portanto, o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário, para crescê-lo na forma de tempo de trabalho supérfluo; fazendo, portanto do tempo de trabalho supérfluo - em medida crescente - a condição *question de vie e de mort* daquele necessário (Marx apud Lazzarato e Negri, op cit., p.29)

Essas transformações repercutem na própria organização do trabalho, caracterizada como pós-fordista e pós-industrial, na qual consumo e produção estão cada vez mais imbricados. As transformações estariam na mudança qualitativa da produção fordista de mercadorias homogêneas para um momento de culturalização e de aumento do potencial comunicativo das mercadorias. O *general intellect* move as pesquisas de perfis dos consumidores e cria produtos a luz das subjetividades específicas, que também são produzidas pela própria indústria das mercadorias. Constituindo um processo criativo (de invenção de mercadorias) que subordina a organização do trabalho. Se no fordismo o imperativo era a gestão do trabalho, agora, o carro chefe é a gestão das subjetividades do consumo, realizadas na participação do trabalho imaterial no processo produtivo.

Tão importante quanto produzir mercadoria é constituir uma subjetividade correlata a ela. Assim, o processo produtivo volta-se para uma instância comunicacional, ou seja, de trabalho imaterial.

A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (pois o seu valor de uso consiste essencialmente no seu conteúdo informativo e cultural) não está no fato de que ela se destrói no ato do consumo, mas alarga, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Ela não reproduz a capacidade física da força de trabalho, mas transforma seu utilizador. (Lazzarato & Negri, p. 2001, 47)

Essa particularidade tem a produção ampliada das subjetividades e a repercussão da relação capital sobre os mais diversos âmbitos da vida social como desdobramento. Enquanto negatividade, o trabalho imaterial torna econômico e produto de valor a própria linguagem, pertencente à comunicação⁸⁴. Essa é, dentro

⁸⁴ Lazzarato e Negri insistem que não se trata da comunicação como esfera separada do econômico, mas trata-se da interseção do econômico, do social e do político.

da teoria do trabalho imaterial, o âmbito da produção do valor na contemporaneidade. A comunicação embaralha a relação produtor-consumidor através da participação ativa do segundo na concepção e criação de produtos. É por isso que a produção de valor, para esses autores, não se resume mais ao processo imediato de trabalho, mas à dinâmica mediata de comunicação e criatividade incessante, postas pelo capitalismo pós-fordista (ibid). É aqui que temos a grande diferença da teoria marxiana do valor.

Vemos tratar-se de uma ruptura parcial com a teoria marxista. Os autores da teoria do trabalho imaterial postulam uma mudança histórica da lei do valor. Há ainda um processo de produção de valor, que está profundamente atrelado ao trabalho. Porém, as transformações do processo laboral readequaram a própria produção em imaterial. Os autores creem ser a comunicação, e nesse caso com todas as possibilidades e limites, a esfera mais importante da produção de valor⁸⁵. Essa subordina as esferas do trabalho material ainda existente aos ditames da produção imaterial, e faz da produção de subjetividades um importante momento da realização do valor.

É nessa fissura que desponta a potência do trabalho imaterial. Uma vez libertadas as individualidades e a potência criativa do trabalho, essas não mais se submetem à organização direta do capital nem renunciam sua autonomia. Para esses teóricos, é o capital que se adapta às novas organizações do intelecto geral (*general intellect*). A organização dominadora do capital passaria a ser uma organização cada vez mais formal e o capital deve reunir, cada vez mais, elementos políticos para a dominação da produção. Uma vez que a produção estaria auto-organizada pelas formas do trabalho imaterial, novas formas de controle e dominação devem ser engendradas para a reprodução das relações capitalistas. O eixo desse novo arranjo de dominação não estaria mais no nível do trabalho e da produção, mas foi transferido para a esfera da comunicação, espaço central da disputa para esses autores. Para eles, “a unidade do político, do econômico e do social é determinada na comunicação; é no interior desta unidade, pensada e vivida, que os processos

⁸⁵ Negri e Lazzarato afirmam que os situacionistas teriam chegado no mesmo modelo (op cit., p.48). Questiona-se aqui se a negatividade do espetáculo, como suspensão de qualquer comunicação possível, não seria justamente o oposto da possibilidade criativa da comunicação enquanto lugar da produção de valor.

revolucionários podem hoje ser conceituados em atividades” (ibid). Mais uma vez, temos a identificação do trabalho imaterial e de *general intellect* com o campo da comunicação. Sua abrangência extrapola a produção e se internaliza nas subjetividades socialmente produzidas.

Como vimos, a subsunção do trabalho material ao trabalho imaterial estaria relacionada ao desenvolvimento técnico-científico e a supressão do trabalho material devido ao aumento da composição orgânica da produção. Essa proposição aponta que o desenvolvimento necessário, forçado pelos efeitos da concorrência, libera o trabalho e os trabalhadores para atividades criativas. Também, é a apropriação possível desses novos instrumentos técnico-científicos que possibilita a transformação revolucionária da produção (Negri e Lazzarato, op cit.).

É interessante, destarte, notar como autores que têm como ferramenta metodológica os escritos de Deleuze e Foucault, quando a matéria é a questão do trabalho, abandonam rapidamente a posição desses filósofos para retornar às vertentes teóricas marxistas defensoras do trabalho como forma de libertação. E creditam ao capitalismo uma possibilidade de libertação que aparece quase como consequência direta (e talvez mecânica) das transformações tecnológicas engendradas pelo processo produtivo⁸⁶.

A centralidade do trabalho na teoria do trabalho imaterial, recolocando-o como principal forma de produção das subjetividades, que estaria paulatinamente se libertando e se apropriando do próprio capital, negligencia a variedade de dominações existentes, que lateralmente compõe as diversas subjetividades que atravessam os sujeitos. Essa teoria também ignora o funcionamento dos dispositivos, sua circulação e os rearranjos complexo que não se submetem exclusivamente à economia, mas, como bem demonstrou Foucault, são também

⁸⁶ Vale ressaltar que não há relação mecânica entre o aumento da produtividade e diminuição do tempo de trabalho. A partir dos anos 1970 temos uma grande transformação na capacidade produtiva do capital e o aumento da sua velocidade de circulação; podemos constatar também que não houve, na mesma proporção, uma diminuição do tempo de trabalho 20 e, portanto, não houve aumento do tempo de fruição possível aos trabalhadores. As jornadas de trabalho, mundo afora, continuam mais ou menos com os mesmos patamares da primeira metade do sec. XX. O que temos, de fato, com o aumento da composição orgânica do capital, é o aumento da quantidade de lucro e da taxa de exploração do trabalho.

formados por exercícios de poder provenientes de outros campos e são formulados por outras epistemes.

Soma-se à essa crítica do trabalho imaterial, a fragilidade da leitura política dessa teoria que vê potência naquilo que, no geral, tem se apresentado como aumento da precarização, da concentração de riquezas e do desenvolvimento das tecnologias de vigilância e controle, por meio da comunicação, da tecnologia e da desarticulação política das possibilidades de mudança.

Para traçarmos a relação entre trabalho e dívida, por meio das ferramentas dadas por Lazzarato, Foucault e Deleuze, devemos nos afastar daquilo que seus intérpretes elaboraram para as discussões sobre trabalho. Como bem aponta Lazzarato, em sua crítica posterior a teoria que ele ajudou elaborar:

Ela [a recusa do trabalho] exprime uma recusa subjetiva que visa a relação de poder dominante no capitalismo: o trabalho (assalariado) [...] A recusa do trabalho não diz respeito apenas aos trabalhadores, já que ela significa sobretudo e primeiramente não querer ser condenado a uma função, a um papel, a uma identidade estabelecida *a priori* e pela divisão social do trabalho. Dese ponto de vista, trabalhador, artista, mulher ou “trabalhador cognitivo” são exatamente a mesma coisa. Com ou sem padrão direto, todos são capturados nas relações de exploração e dominação. A produção para o mercado submete a todos, de maneira diferente, a um empobrecimento econômico subjetivo, a uma explosão, a uma normalização e a uma padronização de seus saberes, de seus *know-how* e das suas vidas. (Lazzarato, 2017 p. 232 -233)

A disciplina e uma subjetividade adequada ao trabalho são condições importantes para a produção nos moldes capitalistas. As formas históricas da organização da produção, como o fordismo e o taylorismo, produziram formas históricas de subjetividade e disciplina. As mudanças recentes observadas no trabalho, sejam devidas à financeirização, ao neoliberalismo ou às novas formas de organizações produtivas, podem conter formas disciplinares e subjetivas análogas a elas. Pensar a partir desse prisma nos leva a indagar sobre as interferências e articulações que a dívida para o trabalho produz na atualização desse dispositivo.

Desdobrar a relação crescente entre trabalho e endividamento é um interessante ponto de partida para rejeitarmos qualquer entusiasmo com as recentes mudanças das formas empíricas de trabalho. Partindo da crítica de Lazzarato a Foucault, relativas aos limites de pensar o neoliberalismo sem ter em conta as finanças, faz-se necessário indagarmos como o financeiro chega nas mais diversas práticas de trabalho, principalmente na forma da dívida.

4.2 Microcrédito produtivo: dívida para o trabalho

Uma forma particular de dívida que tem sido constantemente utilizada, e se firmou como um projeto de superação da pobreza através do endividamento, é o microcrédito produtivo. Essa forma de microcrédito diz respeito a pequenos empréstimos⁸⁷ (do ponto de vista do capital financeiro⁸⁸) voltados exclusivamente para um plano de negócios ou para microempreendimentos. Apesar das “belas” palavras usadas pelas agências que vendem esse produto, ou dos bancos que os apoiam, nada mais são que financiamentos para trabalhadores autônomos ligados ao trabalho informal e à “pobreza, privação e desigualdades, porque seus mecanismos estão relacionados com a desindustrialização e informalização da economia” (Siqueira, 2020, p. 57)⁸⁹.

As dívidas oferecidas aos “microempreendedores”⁹⁰ apareceram primeiro no Brasil através de bancos estatais, sendo a experiência mais marcante o programa CrediAmigo do Banco do Nordeste⁹¹, surgida no final dos anos 1990. Em seguida,

⁸⁷ O Banco Central nos RIFs tem colocado o valor máximo de 3 mil reais como o limite do microcrédito. Porém, até mesmo iniciativas de Oscips que emprestam 50 reais são citadas na literatura. Há uma vertente que denomina de nanocrédito esses valores extremamente baixos (do ponto de vista dos credores). Essa denominação se propõe a ressaltar a insignificância econômica dessas formas de crédito. (Thé e Santos, 2019)

⁸⁸ Não poderíamos chamar a dívida gerada pelo microcrédito de “microdívida” pois do ponto de vista dos endividados, os valores emprestados e as taxas de juros nem sempre podem ser reembolsadas pelas rendas dos endividados. Provando que, se para o capital financeiro ou para o Estado esses valores são minúsculos, para aqueles que tomam os empréstimos, o pagamento pode comprometer até mesmo os “níveis de consumo” (nas palavras dos economistas), ou seja, o que se pode comprar com o baixo rendimento de seu trabalho informal

⁸⁹ Há uma bibliografia que entende o microcrédito como toda e qualquer pequena transação ou pequena dívida existente entre pessoas. Assim, desde sempre qualquer empréstimo no interior de uma comunidade, ou um empréstimo concedido a um familiar, seriam formas de microcrédito. Discordamos fortemente dessa afirmação. Entendemos o microcrédito como um arranjo particular das tecnologias do poder, das formas de saber e das subjetividades possíveis formadas pelo contexto da dívida já explicitados em capítulos anteriores. O crescimento das finanças, da governamentalidade neoliberal e das instituições daí decorrentes são alguns dos exemplos do arranjo atual que permite a existência do estado contemporâneo do microcrédito. A última virada que caracteriza esse momento é descrita por Thé e Santos: “[...] se guardam diferenças fundamentais entre as iniciativas de microcrédito dos anos 1970 e as mais atuais, que se situam em aquelas serem mais voltadas ao assistencialismo enquanto estas se propõem ao fomento à produção” (2019, p.13)

⁹⁰ Utilizo esse termo entre aspas pois o que é chamado de microempreendimento ou microempreendedor para os credores, muitas vezes, são apenas formas de trabalho informal individual, comumente precarizado. Não contando com nenhuma estrutura, nem rendas ou capital das dimensões de uma empresa.

⁹¹ “O Programa CrediAmigo é o programa de microcrédito do BNB, em funcionamento desde 1998 via uma ação pioneira de um banco público no Brasil, com o apoio do governo federal e de parceiros internacionais. Abrangendo toda a área de atuação do Banco (Região Nordeste, Norte

uma legislação permitiu a criação de “organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) para pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e incluiu o microcrédito como uma das finalidades das Oscips, o que possibilitou que essas instituições acessassem recursos públicos”⁹². As formas de acesso ao microcrédito social⁹³ aparecem como política pública e, só posteriormente, a partir de novas legislações que garantiam benefícios aos grandes bancos, esses se interessaram pelos empréstimos de maior risco, como o microcrédito. Atualmente, já existem empresas de diferentes dimensões, e até mesmo Oscips, que se valem do capital financeiro para operar esses microempréstimos (Siqueira, op cit).

O que nos interessa nessa forma específica de dívida é sua capacidade de articular os mecanismos do dispositivo da dívida com novas formas de organização e novas práticas de trabalho. É fundamental que o microcrédito produtivo propicie as condições de sua realização futura, ou seja, ele deve gerar certa forma de renda e de trabalho (ou fundar um empreendimento, na linguagem do empreendedorismo) para garantir o pagamento da dívida. Portanto, é preceito de seu funcionamento, enquanto produtivo, a orientação e a supervisão de processos do trabalho para que o endividado alcance o pagamento da dívida. Essa é uma modalidade de dívida para o trabalho⁹⁴. Ela é motivada por ele e só pode ser concedida para a atividade que garantirá seu reembolso. A partir dessa dívida, o endividado deve organizar sua própria forma de trabalho⁹⁵.

de Minas Gerais e Espírito Santo, além de Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro), contando com cerca de 1.445.000 clientes ativos. Uma das características básicas do programa Crediamigo é a garantia relacionada ao aval solidário para os empréstimos, com valores que variam de R\$100,00 a R\$6.000,00, de acordo com a necessidade e o porte do negócio. (Thé e Pereira, 2012) É ainda o maior programa de microcrédito do país e, apesar de incluir algumas capitais do sudeste, está majoritariamente na região da antiga SUDENE.

⁹² Fonte: BNDES, Microcrédito no Brasil: histórico e legislação. Disponível em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/microcredito-brasil

⁹³ O microcrédito produtivo é visto constantemente com o nome de microcrédito social pois seu intuito é sempre “aliviar a pobreza e permitir uma forma de geração de renda”, oferecendo um produto de crédito para aqueles que apresentam grande risco de inadimplência. Assim, aparece quase como uma caridade do Estado ou de instituições privadas, sendo até mesmo chamado de uma vertente do “capitalismo consciente” por um CEO de uma grande empresa de microcrédito

⁹⁴ Fora do microcrédito produtivo, outra forma de endividamento para o trabalho que tem se ampliada é a dívida da compra de um carro para trabalho como motorista Uber. Existem, atualmente, linhas de crédito especializadas para esse tipo de compra, com financiamento específicos – e que se mostram como mais uma das formas de endividar-se para trabalhar.

⁹⁵ Outro assunto que poderia ser desenvolvido a partir dessa organização é a função do microcrédito em relação ao pagamento das rendas imobiliárias como uma das partes fundamentais para a criação das microempresas. Indagamos qual a pressão que a disponibilidade

A produção da subjetividade empresarial é recolocada frente aos processos do trabalho informal que deve assumir - para que contemple os requisitos de concessão da dívida pelas agências de crédito, Oscips e bancos - a forma de uma microempresa. Essa microempresa, como bem destaca a literatura, muitas vezes não passa da produção familiar ou mesmo individual⁹⁶.

A dívida do microcrédito promove o embaralhamento das relações casa-empresa, ao mesmo tempo que está fundada sobre essa mescla⁹⁷. Baseia-se, muitas vezes, em processos de trabalho que articulam e tornam inseparáveis lar e empresa; vida pessoal, vida familiar e trabalho são fundidos nas formas dos empréstimos lastreados no corpo dos próprios endividados.

O microcrédito que deveria ser apenas para a produção serve para pagamento de outras urgências e dívidas, como uma das entrevistadas relata a Siqueira:

Perguntei sobre cartão de crédito. Bia [entrevistada] então me explicou que ela não tem nada para pagar de cartão, mas que o marido teria muito, porque além das próprias contas, eles emprestam o cartão para familiares e amigos. [...] Mas, como o movimento “afracou”, alguns clientes não pagaram e ele acabou atrasando o pagamento do cartão, das contas e até das facções e ficou endividado. Voltando a questão do empréstimo, sem que eu tivesse perguntado novamente, me explicou que o dinheiro que emprestou na Plataforma Microcrédito, utilizou para cobrir as dívidas. [...] Pegou o valor de R\$3.000 para pagar em 6 parcelas de aproximadamente R\$582,00. (ibid., p.220)

Não é possível separação entre aquilo que é pessoal e aquilo que remete ao trabalho, aos negócios do endividado. O dinheiro proveniente da dívida pode facilmente ser utilizado para outras finalidades. As dívidas do trabalho invadem as esferas pessoais dos endividados, pois a separação entre microempresa e sujeito não pode ser efetivamente realizada. O lastro da dívida não se encontra no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da “microempresa”, pois na grande maioria dos casos não há qualquer registro formal delas. Os empréstimos são todos feitos para o Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos trabalhadores que não podem declarar

de microcrédito exerce sobre as rendas da terra para determinado bairro, ou cidade, uma vez que, a ação local é uma importante marca dos programas e agências de microcrédito.

⁹⁶ A literatura abordada nesse trabalho parte, majoritariamente, de experiências urbanas. Porém, há também a vertente do microcrédito rural que deve ser explorada sob outras bases conceituais, por agenciar processos que não necessariamente são análogos às formas urbanas da dívida.

⁹⁷ Retiro esse termo da pesquisa de Verônica Gago (2015), em seu livro sobre práticas neoliberais nas economias populares. Apesar da autora utilizar esse termo (*hogar-empresa*, no original) para destacar a relação específica entre as oficinas de costuras de imigrantes bolivianos em Buenos Aires, penso que é possível estender essa afirmação para algumas realidades fundadas pela dívida.

falência pessoal. A suspensão dos limites entre o pessoal e familiar e o referente ao trabalho é ela mesmo absorvida e reutilizada pelos credores na gestão das dívidas.

Na palavra dos economistas:

Uma vez que, neste tipo de empreendimento, o orçamento doméstico encontra-se quase sempre fundido com o do negócio [...], a casa é uma fonte básica de informação sobre o andamento da atividade profissional de seus membros. O convívio doméstico substitui vantajosamente o monitoramento formal dos resultados do próprio negócio. (Moreira e Abramovay, 2012, p. 122)

Essas formas também baseiam-se no embaralhamento das relações comunitárias com as relações de dívida e de trabalho. Pois, a maioria dos empréstimos concedidos por bancos e Oscips valem-se de empréstimos de grupos. Essa forma de dívida é feita a um grupo ligado por laços familiares ou comunitários. Os endividados passam a responder pelos empréstimos de todos do grupo. O atraso de um único participante é motivo para cadastramento de todos os nomes em listas de inadimplência. Há todo um saber econômico produzido sobre essa relação entre grupos no interior de uma comunidade. Vejamos:

O aval solidário, tal qual o empregado pelo SP Confia, supõe relações permanentes entre os participantes de um grupo e deste com a instituição que lhes empresta os recursos: os pagamentos são periódicos e o atraso de um dia já é considerado inadimplência: estas relações são, evidentemente, muito mais densas que as que marcam as relações habituais entre os bancos e sua clientela. (Moreira e Abramovay, 2007, p.115)

A citação acima provém de uma pesquisa sobre uma Oscip credora de microcrédito produtivo, que opera com capital da Prefeitura de São Paulo e de alguns investidores do mercado financeiro. Essa organização localiza-se em um bairro da zona leste de São Paulo, fundado a partir de uma ocupação urbana planejada e atende majoritariamente moradores dessa localidade⁹⁸. Entre os endividados pesquisados, a maioria frequenta recorrentemente a casa de outros membros do grupo de empréstimo, possuindo relação de confiança e conhecimento tanto na pessoa endividada quanto no negócio tocado por ela (se é que essa distinção possa ser feito dentro dos relacionamentos comunitários, nos quais estão inseridas essas relações)⁹⁹.

⁹⁸ Os autores revelam as condições de extrema pauperização da região e como essa experiência de pequenos empréstimos de alto risco pode ser levada a cabo com pouquíssima inadimplência

⁹⁹ Os economistas citados só podem seguir sua pesquisa a partir da constatação científica de que “boa parte” pobres não são desonestos por vocação (atestando sua desconfiança à honestidade dos pobres): “boa parte dos pobres têm restrições cadastrais, por razões que não estão associadas a

A proposta desses pesquisadores é tentar mostrar como apoiar o crédito em bases comunitárias, nas relações locais e familiares, possibilita um aumento da confiança por parte do credor, já que agora ele estaria avançando os mecanismos de vigilância e controle para todo um grupo. Ao mesmo tempo que responsabiliza os próprios membros do grupo de endividados para que se inteirem dos negócios, do trabalho e da “gestão financeira” dos outros participantes.

Dessa maneira os empréstimos são concedidos com os objetivos primordiais de absorver o conhecimento local acerca dos demandantes de crédito e de potencializar o valor das relações sociais existente na comunidade. [...] A maior punição que o integrante do grupo pode sofrer não é financeira, e sim a má reputação na comunidade que o abriga, de onde capta proventos não monetários. (ibid.)

O que os processos apontados acima vêm afirmar é como as relações são capturadas e transformadas pela dívida. O apoio comunitário de determinado grupo possibilita os ajustes de arranjos necessários para a manutenção da dívida de todos, garantindo uma gestão do grupo sobre os indivíduos, promovendo também a culpabilização do indivíduo frente ao grupo, em caso de inadimplência. E disso sabem muito bem os credores:

Group lending takes advantage of people's desire to project their reputation. This reputation effect could take many forms, with economic repercussion such as reduced trading partners for one's business or social or psychological repercussions such as loss friends or self esteem (Karlan citado em Moreira e Abramovay, op cit.)¹⁰⁰

No interior de determinado grupo ou comunidade, a concorrência econômica entre os sujeitos pode ser acirrada por essas formas de dívida. As dívidas do microcrédito, que servem para impulsionar e expandir os negócios informais em certa localidade, geralmente com um mercado consumidor limitado pelas realidades materiais do bairro, ou da vizinhança, acirra entre os próprios negócios locais a necessidade de maiores rendas para o pagamento da dívida. Porém, esse crescimento pode se dar pela superação do concorrente, seja ele amigo ou parente, ao mesmo tempo que

desonestidade ou mesmo a incapacidade real de honrar seus compromissos: muitas vezes, o nome foi emprestado para um parente ou amigo; em outros casos, a burocracia para levantar a restrição cadastral é excessiva e cara. Em suma, parte significativa dos que têm restrições cadastrais é capaz de pagar os empréstimos que toma restrição cadastral, frequentemente se choca contra uma reputação de seriedade e respeito na comunidade em que vive o indivíduo.” O que os autores não conseguem perceber é que endividar-se é também uma tática de sobrevivências e não pagar uma tática de resistência.

¹⁰⁰ “Empréstimos de grupo aproveitam-se da vontade das pessoas de proteger sua reputação. Esse efeito sobre a reputação pode ocorrer de várias formas, desde repercussão financeira, como redução do número de parceiros comerciais para os negócios até repercussões sociais e psicológicas como perda de amigos ou de autoestima.” Tradução nossa.

reforça a desigualdade existentes entre os sujeitos integrados e aceitos no mercado de microcrédito e aqueles aos quais a dívida é interdita (Thé e Santos, 2019).

A crítica feminista tem apontado também o caráter feminizado das economias informais e populares que tem acessado à dívida para o trabalho. As mulheres, de acordo com os entusiastas do microcrédito, são melhores pagadoras, pois possuem menores níveis de inadimplência ao mesmo tempo que os mecanismos de ataque à moral da mulher é mais eficaz que a dos homens – tornando as pressões sobre o pagamento da dívida mais efetivas e mais violentas¹⁰¹. Apesar de haver uma variada literatura sobre o papel de empoderamento das mulheres devido ao uso de microcrédito, o que tem escapado a essas análises são as novas formas de exploração que acompanham a entrada das mulheres nas economias de dívida. Há, na crítica feminista contemporânea, um rechaço dessas políticas como uma forma de emancipação via mercado que reafirmar violências machistas e econômicas (Gago e Cavallero, 2020 e Frederici, op cit)

Os mecanismos de endividamento se valem do diferencial de exploração sobre o trabalho feminino e sobre as funções domésticas das mulheres para reforçar o embaralhamento das relações domésticas e de trabalho. Apesar de Siqueira não desenvolver esse tema, em sua pesquisa, a maior parte das pessoas que lidam com a gestão financeira da habitação e do trabalho, ao mesmo tempo que produzem (trabalham) e mantêm a casa são mulheres.

Essa preferência em endividar mulheres para o trabalho não se remete apenas à questão moral, mas também tem fortes razões econômicas:

[Micro-finance] also enables it to bypass the world of male relatives as mediators in the exploitation of women's labor and to tap the energies of a population of women who in the wake of "structural adjustment" have been able to create new forms of subsistence outside or at the margins of the money economy, which micro-credit attempts to bring under the control of monetary relations and the banks (Frederici, op cit., sem paginação)¹⁰²

¹⁰¹ Frederici relata toda uma série de mecanismos perversos que tem sido utilizado contra as mulheres em países com grande espraiamento de microcrédito: "In Bangladesh, defaulting women are being punished by being deprived of the large pot for cooking rice that they use to feed her families, the ultimate shame a woman can suffer, an insufferable loss of face with respect to the community that can lead to abandonment from the husband and at times suicide [...] In some countries, like Niger, the pictures of women who have not repaid their debts are posted on the doors of the banks [...] Public punishments and sanctions also include...flogging, pouring pitch over bodies, tonsuring women's hair [...] publicly spitting on a person every time she or he walks by..." (op cit., sem paginação)

Por fim, a dívida para o trabalho acompanha um escrutínio pessoal, do sujeito sobre si, apoiando, como em outras situações descritas no capítulo anterior, a responsabilidade de êxito profissional

[A] financeirização da pobreza por meio do microcrédito é possibilitada por um autodisciplinamento, no qual o microcrédito é uma tecnologia de gestão de si mesmo. Comparativamente ao investimento produtivo, o microcrédito é uma forma mais fácil de extração de mais valia [...] já que não requer investimento empreendedor, nem atividades de controle por parte do capital, dado que esse controle é facilitado pelas narrativas e pelo autodisciplinamento (Siqueira, op cit., p.59)

As experiências apontadas mostram que essas operações de dívidas contam com um controle ostensivo das “microempresas”, seja dos sujeitos ou dos grupos, pelos credores ou pelo próprio grupo sobre os indivíduos que o compõe. Essa é uma tática propriamente biopolítica de normalização, controle e embaralhamento das relações para o governo dos corpos e das populações, sob a organização do trabalho:

la gobernabilidad del mercado de trabajo requiere actualmente incluir el gobierno de dimensiones que desbordan cada vez más los límites del «ámbito laboral». O dicho a la inversa para hacer su formulación positiva: el ámbito laboral incluye de manera cada vez más directa dimensiones que deben ser gobernadas como «internas» a la fuerza de trabajo. (Gago, 2015 p.102)¹⁰³

Na pesquisa de Siqueira, a autora acompanha concessões de dívida para produtores de roupas, que tem suas confecções instaladas em suas casas. Na maioria dos casos não possuem funcionários e contam com o trabalho de toda a família, por longos turnos que ultrapassam a carga horária de trabalho estabelecida por lei¹⁰⁴. Os empréstimos fornecidos pela empresa estudada pela autora são

¹⁰² “[As micro-finanças] também permitem contornar a mediação masculina da exploração do trabalho das mulheres, e drenar as energias da população feminina que no surgimento do ‘ajuste estrutural’ foi capaz de criar novas formas de subsistência fora das margens da economia monetária, que o microcrédito tenta trazer para o controle das relações bancárias e monetárias”

¹⁰³ “a governamentalidade do mercado de trabalho atualmente requer incluir o governo de dimensões que ultrapassam cada vez mais os limites do ‘âmbito laboral’. Dito de outra maneira, para fazer sua formulação positiva: o âmbito laboral inclui de maneira cada vez mais direta dimensões que devem ser governadas como ‘internas’ à força de trabalho.”

¹⁰⁴ A pesquisa desenvolvida por Siqueira é realizada em torno de cidades da região agreste de Pernambuco, conhecida como Agreste das Confecções. Essa região é marcada por muitas empresas familiares de produção de roupas. Essas empresas costumam operar nas garagens das casas, contam com o trabalho familiar (pouquíssimas tem funcionários contratados) e, na maior parte das vezes, não contam com nenhuma formalização da microempresa. São trabalhadores contratados para costurar peças para confecções maiores ou que vendem produtos desenhados e produzidos nas próprias confecções familiares na Feira de Sulanca, em barracas típicas de feiras populares. “As facções recebem por produção e não há remuneração fixa. Costureiras podem ganhar de 0,50 a 2,50 por peça, algumas outras atividades como limpar a peça (tirar resto de linha de costura), dobrar, colocar botões, elástico, podem ser pagas por 0,10 a peça. Em um dos vários relatos a autora aponta que se inicia o trabalho às 7h da manhã, o horário de finalização das atividades é por volta das 22hrs (Siqueira, op cit., p.136 e p.221)

oferecidos, vendidos e cobrados por funcionários do credor (empresa ou Oscip) que tenham conexões sociais com a localidade onde o funcionário atua. O agente de crédito orienta os endividados em seus negócios e atua estabelecendo planos e orientações financeiras e administrativas sobre as atividades dos endividados:

o processo de análise [de crédito] depende mais do agente no sentido de que esse tem de fazer todo um acompanhamento inicial e estabelecer um plano de negócio junto do cliente. São negócios bem menores, pouco estruturados ou, às vezes, trata-se ainda de uma ideia de negócio. Por isso, a avaliação não é por algoritmos ou score de crédito. [...]

Outro papel do agente é o de levar educação financeira aos microempreendedores. Em todos os casos o agente diz que é seu papel orientar o microempreendedor no sentido de oferecer uma educação financeira. A orientação tanto evitaria que ele ou ela pegasse um crédito que não é “oportuno” quanto também poderia servir para orientar formas de investir no negócio. Por isso, levar alguma forma de educação financeira parece ser uma função do agente de microcrédito. Todos eles falaram sobre esse tema e educação financeira é um termo que apareceu nas palavras deles. (ibid., p.229)

Esse tipo de relação implica novos ritmos aos trabalhadores que devem alcançar rendimentos suficientes para o pagamento dos empréstimos realizados, aumentando a velocidade de produção e a necessidade de constante renovação dos empréstimos para a manutenção das rendas pela e para a ampliação dos negócios. Como nos mostra o relato de um agente de crédito que empresta para confecções de roupas:

Sua taxa de renovação é de mais de 85%. Quando perguntei quantas vezes um cliente renova, em média, ele não soube me dizer, especulou: “pra sempre”. Diz que 20% dos empréstimos é para clientes cujo negócio é de sobrevivência e 50% para clientes que ele considera “acumulação simples”, na qual um pequeno lucro no negócio pode ser reinvestido. Os outros 30% são para clientes mais estruturados, os quais ele classifica como “acumulação acumulada”, nessa faixa, o investimento no negócio é maior que o pró-labore dos sócios. (ibid., p.238)

Ainda que informalizado, o processo de trabalho encontra-se submetido às métricas, configurações e rendimentos, próprias do mercado financeiro. Alinhando-se às rendas exigidas pelos credores, a partir de um controle tanto do processo de produção quanto de um escrutínio financeiro do próprio sujeito endividado – que é sempre averiguado pelos mecanismos e plataformas que medem e classificam seu potencial de cumprimento da dívida. Isso mescla qualquer distinção abrupta entre o formal e o informal, uma vez que, essa microprodução, ou o trabalho informal do endividado, está submetida às formalidades financeiras e jurídicas do crédito que deve ser reembolsado de diversas maneiras. É importante esse mecanismo que articula o crédito na forma de uma dívida infinita no interior do processo laboral, pois

impossibilita as aberturas para as possíveis contracondutas de resistência à dívida. As altas taxas de renovação desses empréstimos mostram sua constante necessidade após a primeira contratação. E qualquer falha financeira ou disciplinar será severamente punida pela negação de crédito no futuro.

Outras formas que tem se estabelecido como produtoras de ritmos e organizações em torno do trabalho são aquelas ligadas à plataformização do trabalho. Esse termo refere-se à gestão e administração do trabalho por meio de plataformas, algoritmos e aplicativos que mensuram, organizam e agenciam o trabalho ou a dívida. O exemplo mais cotidiano dessa experiência tem sido o algoritmo desenvolvido pela Uber¹⁰⁵. A localização, as rotas, o tempo de trabalho e o tempo ocioso são constantemente monitorados e organizados pela plataforma da empresa. Ao mesmo tempo que essa dispõe do deslocamento do motorista, indica sua forma de trabalhar, de se portar apenas através da relação entre trabalhador e plataforma, “são as empresas-aplicativos que definem valores de serviço, quanto o trabalhador vai receber, distribuição do trabalho e regras que definem essa distribuição” (Siqueira, op cit., p.79)

Siqueira observa algo semelhante em uma plataforma de microcrédito disponível para pequenas confecções. A plataforma de um banco possibilita a obtenção de microcrédito e, ao mesmo tempo, serve como loja online para vender produtos dos devedores, entre outras funções. A dívida, nessa situação que une mercado financeiro e a nova organização da informação, põe em contato direto e constante credor e devedor por meio da plataforma. “Nesse sentido, o microcrédito aparece como produto intermediado, transacionado entre os lados (banco e microempreendedor) em uma relação de trabalho, a partir da qual, parte da produção de um microempreendedor pode ser extraída, a título de juros” (p. 267). Contato que produz uma relação indireta de trabalho entre banco e “microempreendedor”:

[...] enxergo cada microcrédito aprovado como uma atribuição de tarefa ao microempreendedor. Ele é contratado para executar qualquer atividade como microempreendedor, pelo qual receberá seu pagamento em crédito e não em salário. Estabelece-se, a cada novo microcrédito, relação crédito-trabalho ao invés de

¹⁰⁵ Siqueira cita que o termo Uber tem sido utilizado para designar uma forma de se operar empresas, e denomina um tipo de empresa que opera a partir de procedimentos, plataformas e organização similares à Uber (op cit.).

salário-trabalho, como defende [...]. As decisões sobre atribuição de tarefa, portanto, dar ou não um novo microcrédito, são centralizadas na Plataforma. (ibid., p.268)

Articulando os dados dos endividados fornecidos pela plataforma, sua possibilidade de pagamento, o número de transações, seu *score* de crédito, etc, o credor pode decidir a quem emprestará ou não, ou seja, quem poderá obter trabalho por mais uma ocasião, uma vez que para essas pessoas a dívida é a forma de acesso ao trabalho.

Aquela e aquele microempreendedor que possui histórico de transações com a Plataforma e alta legibilidade (dados, caráter) amplia suas possibilidades de ter trabalho (microcrédito) atribuído. Nesse sentido, manter-se legível [...] é função do microempreendedor que necessita do microcrédito. (ibid., p.268)

Martins (op cit), em sua pesquisa sobre a financeirização e o endividamento para a compra de habitação, localizou uma ampliação dos ritmos e da necessidade de maiores rendimentos para arcar com a compra da moradia, para a reprodução do trabalho. O que temos visto, com essas pesquisas sobre o microcrédito, é que esse tipo de aceleração e controle por parte do capital financeiro já encobre o trabalho dos “microempreendedores” e não está restrito à reprodução ou ao consumo desses.

As formas de trabalho endividado existentes realiza a extração de rendas até mesmo sobre o trabalho informal, conectando as exigências, velocidades e dispositivos de controle e de vigilância do mercado financeiro, sem que necessariamente os trabalhadores estejam ligados a formas de organização próprias das formas hierárquicas da administração empresarial e das formas anteriores dos processos de trabalho (fordismo, taylorismo e toyotismo). O contrato do endividado com o credor, e as reais consequências em caso de falha em cumprir a amortização da dívida, são suficientes para a obtenção de determinada produtividade.

O trabalho futuro colateralizado, ou o trabalho futuro cativo, não apenas prometem um trabalho a qualquer ritmo, mas a velocidades e produtividades que possam corresponder às necessidades crescentes e cambiantes do mercado financeiro. O endividamento pelo microcrédito promete pagamento sobre expectativas futuras de maior rentabilidade dos negócios e do trabalho do endividado, colocando-o numa espiral de reinvestimento sobre seus negócios, de aumento da sua produtividade, e

de maior disposição do tempo de trabalho, podendo, também, se dar em aumento de endividamento para repor as promessas de trabalho feitas.

Nisso, o trabalho apresenta-se também, articulado à sua função produtiva, como um dispositivo de governo da vida, dos corpos e da população por meio do qual parte da tecnologia política neoliberal e da governamentalidade opera. O empresariamento de si indicado por Foucault, Dardot e Laval como uma racionalidade e uma subjetividade é ele mesmo uma prática econômica, como bem demonstra o funcionamento do endividamento para o trabalho, na forma do microcrédito. Tudo isso não se detém em determinada individualidade ou subjetividade restrita, mas funda e se apropria das relações sociais próprias a essas tecnologias de governo e de exploração.

APONTAMENTOS FINAIS

A crítica da dívida e o desvelar de seu funcionamento se mostram importantes para dissipar as reminiscências de uma teoria da reciprocidade. Essa crítica pretende retirar o conceito de troca de seu pedestal, para apontar as impossibilidades de uma equidade e igualdade abstratas, pensadas e produzidas no âmbito da economia política. A dívida foi apresentada como conceito possível para analisar os conflitos que atravessam as relações sociais, submetendo os endividados a situações de violência e de exploração. Diferentemente do pretendido pelo conceito de troca, a dívida não funda a sociabilidade em um ato de igualdade econômica. Ingenuidade que só poderia servir aos teóricos do capitalismo. Ela desloca essa imagem idílica da reciprocidade para o cenário conflituoso das relações muito mais que econômicas, impedindo qualquer naturalização do ato econômico e qualquer separação desse de outras formas de exercícios de poder.

Assim, só pode ser analisada e criticada a partir de sua organização atual nas formas contemporâneas do capitalismo. E a genealogia é o procedimento que permite encontrar as particularidades, o estado atual dos jogos de força, que produzem a dívida. Não enquanto forma genérica, em qualquer lugar ou qualquer tempo, mas como um arranjo histórico preciso e cambiante, portanto, como um dispositivo.

A forma do dispositivo nos permitiu ver o arranjo de procedimentos e táticas que as formas particulares da dívida, como a dívida estudantil e a dívida para o trabalho, apoiam-se. As situações analisadas dão sentido às particularidades, já que o dispositivo só pode existir atuando, sendo ativado e em contato com outras tecnologias do poder. A forma dispositivo não é uma organização em si, mas uma ferramenta analítica para vermos operar essa ou aquela realidade.

A partir do dispositivo é possível traçar os elementos positivos do poder, que não servem apenas para proibir ou reprimir, mas que produzem relações, saberes, poderes e subjetividades em seu funcionamento. O dispositivo da dívida elabora saberes, ativa subjetividades e rearranja os jogos de força produzindo um campo de disputa. O dispositivo não está fechado em si e está aberto à lateralidade das interferências de outros (e em outros) dispositivos e de novas subjetividades.

Espaço que abre para a possibilidade da transformação, do rearranjo das forças, a partir da lateralidade das mudanças. Não há qualquer ponto central, qualquer raiz, ou eixo principal; as transformações e as contracondutas podem se instalar em diversos pontos estratégicos.

Para o endividamento estudantil é de grande importância que esse dispositivo interpele as subjetividades dos endividados a partir de uma determinada ideia de futuro. Para o estudante endividado a dívida da graduação se apresenta como uma grande promessa que deve fazer coincidir sucesso profissional e financeiro com todas as outras formas de êxito possíveis. A dívida projeta sob a subjetividade do estudante uma ideia determinada de futuro que corresponde às intenções dos credores: um futuro que possa garantir o reembolso da dívida. As aberturas possíveis do devir são substituídas por planos de carreiras, por promessas de salário, por trabalho e nada mais. O endividamento estudantil atua para imputar ao corpo do endividado uma promessa de trabalho futuro concomitante à formação de uma culpa em caso de falha ou inadimplência.

A dívida se encontra, então, como um dos paradigmas de organização do tempo na atualidade, ao produzir uma relação com o porvir de subsunção deste ao presente. O que chamamos de redução da possibilidade à virtualidade. É a organização do tempo de maneira contínua e ilimitada, que não corresponde mais ao tempo dessa ou daquela instituição (como nas sociedades disciplinares), mas apresenta-se como a forma atual do controle nas sociedades biopolíticas.

Essa operação de redução do possível ao virtual, operada pela dívida, acompanha uma sujeição dos corpos ao trabalho. A dívida é a hipoteca do corpo - uma promessa de corpo dócil e apto às condutas não apenas no momento de contração da dívida, mas durante todo o tempo de reembolso. É também promessa de corpo produtivo para o trabalho, já que esse é justamente o colateral possível em uma forma de dívida tão arriscada quanto a dívida estudantil. O endividado sem renda, ou ativos, só pode prometer seu corpo vivo enquanto espécie e máquina, correspondendo a articulação das tecnologias anátomo-políticas e biopolíticas.

Porém as condições de realização desse trabalho futuro estão socialmente determinadas e, muitas vezes, impossibilitadas de serem cumpridas, não pelo

fracasso pessoal desse ou daquele endividado, mas pela inexistência de trabalho disponível ou pelos rendimentos e salários não corresponderem às rendas exigidas pelos credores. Nesse impasse, entre promessa de pagamento e impossibilidade socializada de pagamento da dívida, vimos o dispositivo se despontar em duas linhas distintas que configuram sua organização política e econômica. Observamos a existência dos fluxos de dívidas, que são os valores, as rendas e os juros que podem ser imediatamente pagos, ainda que com atrasos, multas e tomada de bens. Esses fluxos são as dívidas imediatas, os pagamentos possíveis de serem realizados e que garantem os rendimentos dos credores.

A combinação de todas essas formas de fluxos imediatos configura uma situação de estar sempre endividado, uma somatória geral das dívidas, que não pode ser amortizada financeiramente; uma dívida infinita. E essa forma articulada aos fluxos imediatos, que assegura a continuidade do dispositivo de dívida, faz funcionar as práticas disciplinares e de controle para além de uma única dívida específica. A dívida sistêmica, portanto, não pode ser reembolsada e a única possibilidade de perdão, recusa ou solvência é política.

Constatamos também que o endividamento não se dá por igual em todos os corpos, pois o dispositivo explora as diferenças. No caso do endividamento estudantil, vimos como são as mulheres as principais endividadas e ao mesmo tempo as mais vulneráveis ao abandono do curso e inadimplência. Assim, o dispositivo de dívida também se articula às formas de violência de gênero, valendo-se de formas de exploração machista para instalar a dívida. Esse funcionamento é ainda mais nítido no endividamento para o trabalho.

O embaralhamento das relações laborais com as domésticas, a suspensão dos limites entre trabalho doméstico e trabalho reafirma as formas de exploração do trabalho de reprodução não remunerado exercido pelas mulheres. Estende esse trabalho aos pontos de produção, às “microempresas”, muitas vezes instaladas nas próprias habitações, nas quais as mulheres devem dividir seu tempo lidando com o trabalho doméstico e garantindo os rendimentos pelo trabalho.

Essa mescla, entre a esfera privada e a do trabalho, mobilizada pela dívida, agencia formas de empresariamento das relações sociais, familiares e comunitárias. Ao

ativar a subjetividade do sujeito empresa da governamentalidade neoliberal, a dívida para o trabalho financeiriza as relações pessoais e as transporta para o reino da concorrência generalizada, ao mesmo tempo que utiliza dessas relações como garantia do pagamento das dívidas pelas famílias e comunidades. Essa operação faz recair sobre os indivíduos em sua vida pessoal os fracassos profissionais, uma vez que a falência de uma empresa com CNPJ é permitida por lei, enquanto um indivíduo não pode declarar falência de si.

A dívida associada ao microcrédito também eleva a pressão sobre o trabalho produzido, pois o endividado deve aumentar suas rendas para garantir a amortização da dívida e o reembolso do credor. Isso o coloca sobre a pressão e vigilância do mercado financeiro, a partir dos dispositivos e plataformas que organizam e normalizam o trabalho e capturam os rendimentos do trabalho informal, agora formalizado pela dívida com o mercado financeiro. Essa mesma pressão reforça a normalização da concorrência entre parceiros, vizinhos e família, ao mesmo tempo que aumenta o descompasso entre aqueles incluídos pelo mercado da dívida e os que são deixados de fora.

O dispositivo da dívida está profundamente acoplado às formas de trabalho, realizadas ou prometidas. Há atividades laborais que só podem existir a partir de um endividamento pessoal, anterior a obtenção do trabalho. Formas que tem sido cada vez mais difundidas na ausência do trabalho assalariado. Porém, a crítica da dívida apontada pelos mais divulgados autores pós-estruturalistas tem deixado de lado as novas configurações das formas empíricas do trabalho, ditadas pela organização atual da produção em geral.

Nesse sentido, a crítica da dívida abre um importante caminho para identificarmos as tecnologias de poder atuantes nas formas empíricas de trabalho, mas sem trazer centralidade a esse, relacionando-o lateralmente às outras formas de exercício do poder. Para isso, resgatamos o conceitual teórico foucaultiano, que, ainda que indiretamente, pôde abrir novas formas de analisar o trabalho, enquadrando-o até mesmo como um dispositivo.

Tentamos, assim, produzir uma crítica que escapasse aos economicismos e não se apoiasse nos universais dados de antemão, para desdobrarmos as reais

repercussões da dívida e do endividamento em suas formas particulares. Para fazer aparecer os exercícios de poder, as formas de dominação e a ativação de determinadas subjetividades atravessadas pela dívida.

Esse projeto não está finalizado aqui, pois, mais que uma conclusão, trouxe aberturas para tratar de outros temas que não foram contemplados aqui - por falta de tempo ou pelo desvio necessário para trazê-los à tona.

Vemos que, no geral, os desdobramentos desse endividamento generalizado ainda estão em uma fase inicial, uma vez que, muitas das formas de endividamento vistas aqui, são processos recentes e que vem se ampliando nos últimos anos. O endividamento estudantil foi visto do ponto de vista dos estudantes endividados, mas seria extremamente profícuo acompanhar a situação dos graduados endividados no Brasil. Ainda não há nenhuma pesquisa empírica que tenha mapeado a situação desses estudantes, nem a situação geral de endividamento que o FIES produziu. Essas novas informações poderiam nos pôr a par da relação entre a dívida estudantil e as outras dívidas que seriam (ou não) contratadas pelo endividado. E ainda, com o abandono crescente do FIES enquanto política pública, é preciso ver quais os procedimentos do endividamento estudantil pelo setor privado e sua relação mais dependente de flutuações e práticas do mercado financeiro.

Outra possibilidade que se abre, de cunho mais teórico, é a temática da marginalização do trabalho na perspectiva dos pós-estruturalismo, também com o intuito de ver as novas aberturas que esse método poderia trazer para o debate sobre o trabalho. Debate esse que poderia promover um diálogo com o marxismo, historicamente responsável pela crítica e desenvolvimento dessa temática. A abordagem proposta seria a apreensão do trabalho enquanto dispositivo, como apresentado no capítulo 1 deste texto. Isso configuraria uma abordagem que descentraliza o trabalho ao mesmo tempo que o põe em interlocução com um emaranhado de outros dispositivos, como a dívida e as finanças, por exemplo.

Em relação ao microcrédito tratamos aqui apenas de suas formas urbanas. Assim, a relação que determinadas formas de emprego, pequenos negócios e a transformação dos bairros e comunidades pelo microcrédito deve ser investigada do ponto de vista da relação desses processos com a urbanização. Os processos de

produção do espaço pela financeirização das práticas laborais podem estar conectados aos processos de extração de renda da terra, por exemplo. E o próprio embaralhamento da vida pessoal e das atividades domésticas com o trabalho pode configurar transformações na produção social do espaço e do urbano.

Também, podemos ter em conta como o espraiamento da oferta de dívida pelo interior do país, para as cidades médias e pequenas, está levando a financeirização da vida a regiões não metropolitanas. Aqui, seria possível desenvolver uma antropologia do capitalismo nas configurações específicas de sociabilidade produzidas e transformadas pela “chegada do estranho”. Processo que muitas vezes é puxado pelas políticas públicas de assistência social, ligadas à bancarização das populações vulneráveis, principalmente onde esse tipo de relação não está bem estabelecido.

As formas de resistência à dívida não foram de todo contempladas nesse trabalho. Há relatos de movimentos sociais organizados unicamente contra a dívida em alguns países da América Latina, como México, Bolívia e Argentina. No Brasil não há relatos dessa forma de organização, mas o que não impede, de todo, táticas de resistência e contraconduta, sejam elas espontâneas ou organizadas. Entender como apesar da dívida vivem os endividados, como reagem a ela e se organizam para recusar-la seria uma importante colaboração para uma crítica propositiva da dívida.

REFERÊNCIAS

Agamben, Giorgio. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009. 91 páginas.

Ambrósio, Aldo. 2012. Governamentalidade neoliberal: disciplina, biopolítica e empresariamento da vida. *Kínesis*, Marília, v. 4, n. 8, p. 40-60. Acesso em: 10 nov. 2016

Balibar, Etienne. The Politics of Debt. Disponível em: <http://www.pomoculture.org/2016/07/25/politics-of-the-debt/> Acessado em: 08 jan. 2016

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de inclusão financeira. – n. 1 - Brasília: BCB, 2010. Disponível em: www.bcb.gov.br/?microfin

_____. Relatório de inclusão financeira. – n. 2 - Brasília: BCB, 2015. Disponível em: www.bcb.gov.br/?microfin

Batista, J. L. C.; Guimarães J. R. A gestão do trabalho, do homem e da vida a partir do pensamento de Michel Foucault. *Kínesis*, Vol. I, n° 02, outubro-2009, p. 124 –133.

Berardi, Fraco. Depois do Futuro. Traduzido por Regina Silva. Editora Ubu. São Paulo, 2019. 192 páginas

Bourdieu, Pierre. Marginália. Algumas notas adicionais sobre o dom. In: *Mana* 2(2): 7-20. Rio de Janeiro, 1996.

Cardoso, André Luís Jankovski; Nagai, Nathália Prochnow. Diversidade de gênero e a evasão universitária em cursos de graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Sistemas de Informação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMG -Campus Rondonópolis) **Revista de Estudos Sociais**, [S.l.], v. 20, n. 41, p. 61-86, feb. 2019.

Carvalhoes, Flavio; Ribeiro, Carlos Antônio Costa. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo soc.**, São Paulo , v. 31, n. 1, p. 195-233, abr. 2019 .

Castellano, Nina de Oliveira. Brasil : proteção social pelo endividamento? 2016. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2016.

Cavallero, Lucía - Gago, Verónica. Una lectura feminista de la deuda: ¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos! / Verónica Gago ; Lucía Cavallero. - 1a ed . -Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Fundación Rosa Luxemburgo, 2019.

Chignola, Sandro. "Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze". Cadernos IHU ideias. Ano XII – No 214 – V. 12 – 2014.

Dardot, Pierre, Christian Laval, and Gregory Elliott. Never-ending nightmare : the neoliberal assault on democracy. London New York: Verso, 2019. Print.

Dardot, Pierre. e Laval, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016

Deleuze, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento, disponível em: <https://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/>

_____. Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle - Conversações, 1ª Edição, 3ª Reimpressão, Editora 34, Rio de Janeiro, 2000 Tradução: Peter Pál Pelbart.

Dwyer, R. E., Hodson, R., & McLoud, L. (2013). GENDER, DEBT, AND DROPPING OUT OF COLLEGE. Gender & society : Sociologists for Women in Society, 27(1), 30–55. doi:10.1177/0891243212464906

Esposito, Roberto. Bios:biopolítica e filosofia. Tradução de M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, 2010

Federici, Silvia. (2014). From Commoning to Debt: Financialization, Microcredit, and the Changing Architecture of Capital Accumulation. South Atlantic Quarterly. 113. 231-244. 10.1215/00382876-2643585.

Foucault, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

_____. Microfísica do poder. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998

_____. História da Sexualidade vol. 1: A vontade de saber. Paz e Terra, 2007.

_____. Segurança, território e população. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. O Nascimento da Biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

Gago, Verónica. ¿Hay una guerra “en” el cuerpo de las mujeres? Finanzas, territorios y violências. Conferência realizada na Universidade Torcuato di Tella, 2019. Disponível em: <http://www.tlaxcala-int.org/article.asp?reference=25235>.

Gago, Verónica. La razón neoliberal Edición: Traficantes de Sueños. Madrid, 2015

Graeber, David. Dívida: os primeiros 5000 anos, de David Graeber. São Paulo: Três Estrelas, 2016. 702 páginas.

Guimarães, Rodrigo Gameiro. As Transformações do Mercado do Ensino Superior e o Endividamento Estudantil no Brasil: uma produção do Estado Neoliberal. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração. 2018.

Gumiero, G. B. (2017). Entrevista com Maurizio Lazzarato. *Idéias*, 7(2), 249-264. <https://doi.org/10.20396/ideias.v7i2.8649504>

Lazzarato, M. (2013). La fábrica del hombre endeudado: Ensayo sobre la condición neoliberal. (H. Pons, Trad.). Buenos Aires: Amorrortu

_____ (2017). O governo do homem endividado. São Paulo: n-1.

Lefort, Claude. A troca e a luta dos homens. In: O método estruturalista. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 1967

Lemke, Thomas, et al. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. NYU Press, 2011. JSTOR, www.jstor.org/stable/j.ctt9qg0rd.

_____ Foucault, Governamentalidade e Crítica, Editora Politeia. São Paulo, 2017

Lévi-Strauss, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosacnaify, 2003;

Madsen, Nina (2013). Entre a dupla jornada e a discriminação contínua. Um olhar feminista sobre o discurso da “nova classe média, em Bartelt, Dawid Danilo (org.). A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

Martins, Flávia. A (re)produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo. Tese de Doutorado em Geografia Humana - Universidade de São Paulo, São Paulo.]

Martins, Luiz Alberto Moreira e Peixoto Junior, Carlos Augusto. Genealogia do biopoder. *Psicol. Soc.* [online]. 2009, vol.21, n.2, pp.157-165. ISSN 1807-0310. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000200002>.

Mauss, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosacnaify, pp. 185-314. 2003

McClanahan, Annie; Coming Due: Accounting for Debt, Counting on Crisis. *South Atlantic Quarterly* 1 April 2011; 110 (2): 539–545. doi: <https://doi.org/10.1215/00382876-1162579>

Moreira, Luiz Maurício Franco; Abramovay, Ricardo. Laços sociais no monitoramento do microcrédito. *Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, [S.l.], v. 18, n. 1(31), out. 2012. ISSN 1806-9029.

- Nietzsche, Friedrich. Genealogia da moral. Companhia das Letras. São Paulo, 2017
- Oliveira, Zenaide dos Reis Borges. O Crédito Educativo: mecanismos de distribuição e percepção de dirigentes e alunos de IES privadas sobre sua contribuição para a expansão da educação superior. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Brasília, 2008.
- Pelbart, Peter Pal. Vida capital: Ensaio de biopolítica. São Paulo: Editora Iluminuras. Livro digital.
- Pereira, Carolina Rezende. *A dívida na dívida: um olhar antropológico do endividamento doméstico* / Carolina Rezende Pereira. – São Paulo, 2012. 120 f. : il.
- Perez, Vyrna Valença. Fundo de financiamento estudantil – FIES: inclusão para exclusão? In: Seminário Interlinhas, 2015.2: (16 a 17 de dezembro de 2015, Alagoinhas, BA) Anais: Organizadoras Gislene Alves da Silva e Vyrna Isaura Valença Perez; Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós- Graduação em Crítica Cultural. Alagoinhas: Fábrica de Letras, 2015.
- Peters, Michael. Economias Biopolíticas da Dívida. Cadernos IHUideias. n 236, vol 14. 2016
- Queiroz, Viviane. Fundo de Financiamento Estudantil (Fies): uma nova versão do Ceduc. Universidade e Sociedade, ano 24, v. 55, p. 44-57, fev. 2015. Disponível em: . Acesso em: 18 dez. 2016.
- Revel, Judith. “Dicionário Foucault”. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011
- Ribeiro, Ana Sylvia Maris. 'Vai crédito hoje?': do 'curto-circuito' ao blackout da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo. 2015. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana - Universidade de São Paulo, São Paulo
- Roberts, Adrienne. (2012). Financing Social Reproduction: The Gendered Relations of Debt and Mortgage Finance in Twenty-first-century America. *New Political Economy* -18. 1-22. 10.1080/13563467.2012.662951.
- Siqueira, Érica. Capitalismo de Plataforma, (Micro)Finanças e a Relação Dialética entre Controle e Resistência no Trabalho dos Microempreendedores da Sulanca. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas (FGV). São Paulo, 2020.
- Roudinesco e Plon. Dicionário de Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Sigaud, Lygia. Doxa e crença entre os antropólogos. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo , n. 77, p. 129-152, Mar. 2007
- Soederberg, S. (2014). Student Loans, Debtfare and the Commodification of Debt: The Politics of Securitization and the Displacement of Risk. *Critical Sociology*, 40(5), 689–709. <https://doi.org/10.1177/0896920513513964>

Thé, Raul da Fonseca Silva e dos Santos, João Bosco Feitosa. Microcrédito, trabalho e a dualidade: examinando a literatura para avaliar o Crediamigo - Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 50, n. 3, p. 9-22, jul./set., 2019

Thé, Raul da Fonseca Silva e Pereira, Janainna Edwiges de Oliveira. Interpretando narrativas sobre microcrédito: histórias de vida de clientes do Crediamigo em Fortaleza. CAOS. n. 21. nov. 2012. Dossiê Cultura e Ambiente.

Veyne, Paul. Foucault: seu pensamento, sua pessoa. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, 256 p.

Villela, Jorge Luiz Mattar. A dívida e a diferença. Reflexões a respeito da reciprocidade. Rev. Antropol., São Paulo, v. 44, n. 1, p. 185-220, 2001.

Wacquant, L. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. Caderno CRH [online], v. 25, n. 66, p. 505-518, 2012 SIGAUD, Lygia. Doxa e crença entre os antropólogos. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 77, p. 129-152, Mar. 2007.

Wozniak, J. (2016). The rhythm and blues of indebted life: notes on schools and the formation of the indebted man. In E. Duarte (Ed.), Philosophy of Education 2015 (pp. 71–80). Urbana: Philosophy of Education Society.